

A Defesa Nacional



EXÉRCITO — MARINHA — AERONÁUTICA

N. 561

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1958/1960

Diretor-Presidente

Gen João Baptista de Mattos

Diretor-Secretário

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas

Diretor-Gerente

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Cel Golbery do Couto e Silva

Maj Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Gen Armando Batista Gonçalves

Cel Adailton Sampaio Pirassununga

Ten-Cel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello

Suplentes

Cel João Batista Peixoto

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu

Maj Nilton Freixinho

Chefias

De expedição — Maj Dario Ribeiro Machado

Maj Lauro Lima dos Santos (Rio)

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DÉMANDE L'ÉCHANGE

ONI PETAS INTERSAGON

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
XLVIII

Rio de Janeiro, GB — Abril de 1961

Número
561

SUMÁRIO

EXÉRCITO

Págs.

- Apoio de Engenharia às Forças Combatentes do Exército — Coronel
A. H. Davidson Jr. 3

CANDIDATO A ECEME

- I — Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão à ECEME para 1961 15
II — O Problema da Exportação de Minério de Ferro — Major Ayrton de
Carvalho Mattos 25

DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

- I — Bases Filosóficas — Dia do Aviador — Major Amerino Raposo Filho 41
II — Guerra Revolucionária — Operações Especiais — Ten Thaumaturgo
Sotero Vaz 47
III — Organização — Como Deveriam Ser Nossas Grandes Unidades —
Major Alexandre M. Amêndola 51

GUERRA QUÍMICA

- Guerra Química e Técnica de Tiro do Morteiro 4.2 — Capitão José Murillo
Beurem Ramalho 55

CASOS DE ESPIONAGEM

- O Caso Petrov — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas 61

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

- Homenagem ao Sesquicentenário 87

GEOGRAFIA

	Págs.
República do Sudão	113

HISTÓRIA

A Importância da História Militar — Major J. R. de Miranda Carvalho ...	119
---	-----

ASSUNTOS MILITARES

A Religião do Povo Japonês — Prof. Nobukiyo Nomura	127
--	-----



N. R. — O número da Revista referente ao mês de março é n. 560, e não como saiu publicado.



EXÉRCITO

Coordenador: Ten-Cel HUGO DE ANDRADE ABREU

APOIO DE ENGENHARIA ÀS FORÇAS COMBATENTES DO EXÉRCITO

Coronel A. H. DAVIDSON JR.

(Traduzido do número de outubro de 1959 do
"Army Information Digest", pelo Tenente-Coronel
de Engenharia Fernando Allah Moreira Barbosa)

Os anos, a partir de 1945, têm testemunhado muitas modificações no panorama político do mundo e no equilíbrio do poder industrial. Nossos antigos camaradas de armas da II Grande Guerra, os soviéticos, reuniram uma poderosa coligação de nações dominadas pelos comunistas, que ameaça a liberdade do Mundo Livre. A Rússia tornou-se um gigante industrial. E, mais que isso, tornou-se um dos líderes mundiais na pesquisa científica e esses conhecimentos têm sido adaptados para aumentarem o poderio de sua imensa máquina militar.

Os progressos soviéticos, particularmente nos setores da Engenharia Militar e do aperfeiçoamento do equipamento de Engenharia, constituem um desafio direto ao Exército dos Estados Unidos. Como parte das forças combatentes do Exército, a arma de Engenharia tem um papel vital, na resposta a esse desafio. Fundamentalmente, seu papel permanece inalterável, segundo a missão tradicional da arma — facilitar a progressão das tropas amigas e impedir o avanço do inimigo. Somente o material, os métodos técnicos e os processos táticos estão se modificando.

Como o principal órgão de pesquisas e aperfeiçoamento da arma de Engenharia, o Laboratório de Pesquisas e Aperfeiçoamentos do

(1) O Coronel A. H. Davidson Jr. da arma de Engenharia, é o Diretor dos Laboratórios de Pesquisas e Aperfeiçoamentos do Exército dos Estados Unidos, em Fort Belvoir, no Estado da Virgínia. No Exército americano o "Chief of Engineers" corresponde, aproximadamente, ao nosso Diretor-Geral de Engenharia e Comunicações. (Nota do tradutor)

Exército dos Estados Unidos (ERDL) está orientado segundo diretrizes firmes, de longo alcance e de visão ampla, visando proporcionar aos soldados do exército do futuro tipos de equipamentos que possam ganhar guerras.

Dito em poucas palavras, sua missão é proporcionar os melhores materiais e métodos, que possam ser imaginados. Isso significa o aperfeiçoamento de materiais de engenharia rústicos e fôveis, capazes de apoiar os rápidos Grupos de Batalha da Divisão Pentômica, nas operações dispersas e de grande amplitude, exigidas nos campos de batalha modernos.

Localizado no "Fort Belvoir", no Estado da Virgínia, 15 milhas (23 km) ao Sul da cidade de Washington, o laboratório é, predominantemente, uma organização civil. Cerca de 1.400 empregados civis — inclusive cientistas, engenheiros e técnicos — 250 oficiais e praças constituem a força do trabalho. A organização está, sob o comando do General-de-Divisão Geral E. Gralloway, Comandante do "Fort Belvoir" e do "Centro de Engenharia". O Diretor, assessorado por um Estado-Maior executivo de cinco oficiais e quatro civis, supervisiona as operações e executa as diretrizes de pesquisas e aperfeiçoamentos de Engenharia, do Chefe dos Engenheiros. (2)

ÁREAS DE PESQUISAS

A missão do ERDL, em apoio de nossas forças terrestres, pode ser dividida em duas grandes partes: mobilidade para o Exército e proteção individual para o soldado. No momento, o Laboratório está empenhado em 24 projetos principais de pesquisas e aperfeiçoamentos:

- Pontagem e travessia de cursos d'água;
- Edificações e instalações;
- Camuflagem e disfarce;
- Combate ao fogo;
- Equipamento para estocagem e distribuição de petróleo;
- Energia elétrica;
- Pesquisas com raios infra-vermelhos;
- Visão noturna;
- Orientação terrestre;
- Guerra de minas;
- Pesquisas sobre guerra de minas;
- Fortificações, obstáculos e destruições;
- Suprimento d'água e saneamento;
- Equipamento de construção e manutenção;
- Motores industriais;
- Gases líquidos e comprimidos;
- Compilação cartográfica;

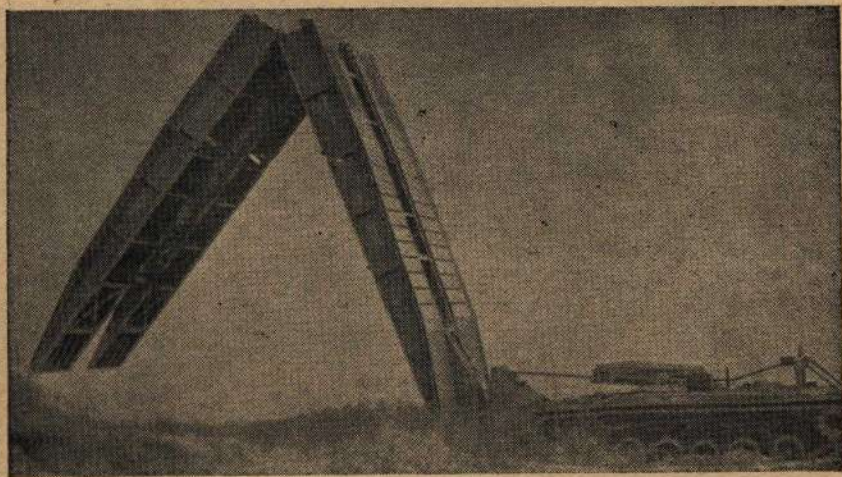
(2) No Exército americano "Chief of Engineers" corresponde, aproximadamente, ao nosso Diretor-Geral de Engenharia e Comunicações. (Nota do tradutor)

- Reprodução cartográfica;
- Pesquisas sobre cartografia e geodésia;
- Geodésia e levantamentos topográficos;
- Processos geodésicos e cartográficos de combate;
- Pesquisas sobre materiais;
- Efeitos das armas atômicas;
- Pesquisas sobre as regiões frias.

Para o soldado que tem de combater em terra, provavelmente as perguntas mais importantes, referentes ao apoio de engenharia, são: "Que estão os engenheiros fazendo para ajudar a ganhar a batalha?" e "De que forma os engenheiros nos estão dando melhor proteção?"

A resposta à primeira interrogação é, naturalmente, que um exército de grande mobilidade, capaz de dar golpes rudes e dispersar-se, rapidamente, levará uma tremenda vantagem sobre uma força lerda. As pesquisas de engenharia aumentam a mobilidade do exército em quatro setores principais: pontagem e travessia de cursos d'água; construção e equipamento de construção; operações noturnas e guerra de minas. Têm sido feitos e devem continuar a serem feitos consideráveis progressos em todos esses setores. Por exemplo, a nova ponte "Tesoura" uma estrutura articulada de alumínio de 60 pés (18,18 m), que é transportada e lançada hidráulicamente, por um carro de combate M-48, já está nas mãos da tropa — uma ponte realmente móvel.

Além disso o ERDL está procurando pontes, que sejam suficientemente móveis para deslocar-se à testa dos mais rápidos Grupos de Batalha da Divisão Pentômica e apoiá-los. Nossos engenheiros estão pensando em bases das mais revolucionárias, e estamos otimistas a

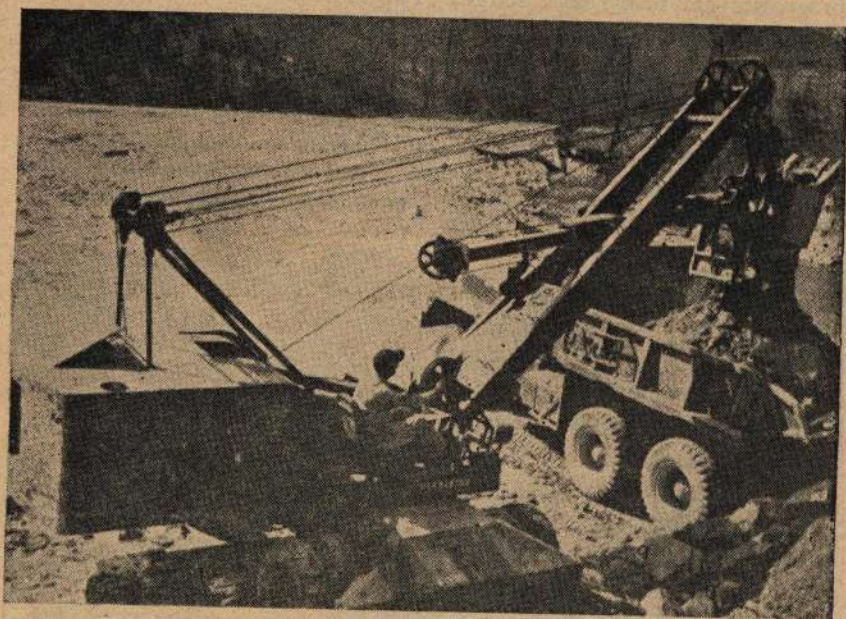


Estes 60 pés de pontes em forma de tesoura podem ser carregados, hidráulicamente, pelos tanques, mesmo sobre obstáculos do terreno. São de alumínio e constituem precioso auxílio para manter as tropas mobilizadas

respeito de alguns desses equipamentos invulgares, que vão desde um "tapete voador" até uma ponte de espuma plástica.

As pontes flutuantes, como as que estão em uso, atualmente, constituem excelentes alvos, especialmente para as armas modernas, como os projetis teleguiados. Conseqüentemente, estamos procurando embarcações anfíbias de assalto, que possam mover-se, rapidamente pela terra a dentro, até um local de travessia, onde uns poucos homens possam constituir as Unidades improvisadas para a transposição de equipamento pesado. Até que embarcações de assalto satisfatórias possam ser aperfeiçoadas teremos que usar as pontes e pontadas que existem.

Já está aperfeiçoada uma pontada de alumínio que pode ser montada em 15 minutos e transporta uma carga de 12 toneladas. Os processos de pontagem e os equipamentos auxiliares para o lançamento das pontes também foram aperfeiçoados para tornarem mais rápidos os lançamentos das pontes e estão sendo usados helicópteros para o transporte do material.



Este guindaste a ar pode levantar peso maior que o seu próprio, que é de 8 toneladas. Pode também ser usado com u'a massa viscosa, dragline ou pás agadoras

Novos botes de assalto plásticos e pneumáticos, de pequeno peso, mas duráveis e capazes de fazerem a travessia de 15 infantas completamente armados, já foram aperfeiçoados e, em breve, serão entregues à tropa.

A necessidade de lançar, rapidamente, forças terrestres do Exército em uma zona de combate pressupõe operações aeroterrestres maciças. O sucesso de uma operação assim depende de muitos fatores, inclusive a capacidade da Engenharia para preparar pistas de aterrisagem de circunstância para aeronaves de assalto pesadas, poucas horas depois do lançamento dos primeiros elementos. Para realizá-lo, os engenheiros criaram uma família completa de equipamento aeroterrestre de construção, inclusive "bulldozers", guindastes escavadoras — transportadoras, compressores de ar e caminhões basculantes. Tudo pode ser lançado do ar ou desembarcado em lanchões de desembarque (ver o artigo "A Engenharia torna-se aeroterrestre", no "Digest" de abril de 1957).

Nossos engenheiros estão, também, à cata de equipamentos que atendam à exigência de velocidade, dispersão e mobilidade, que a engenharia enfrenta. Ao contrário do equipamento comercial, que continua tornando-se maior e mais pesado, a fim de remover escombros a baixo custo, as máquinas militares serão menores e mais leves e projetadas de modo a terem maior mobilidade e necessidades de manutenção reduzidas.

Estão sendo aperfeiçoados dois tratores revolucionários de múltiplas finalidades. Um é o BAT (trator "lashável" de uso geral). É de rodas de pneumáticos e tem as seções dianteira e trazeira destacáveis, a fim de permitir a substituição de diferentes corpos centrais, como uma caçamba de carga, um transportador de líquidos ou um



Sem auxílio das mãos, este aparelho esterilizador de águas que é montado sobre um caminhão, pode livrar a água de quaisquer contaminações, inclusive de radioatividade. Pode esterilizar 3 mil galões por hora

guindaste. Essa máquina, quando carregada de cascalho, pode trabalhar como "dozer" e realizar operações preliminares de limpeza. Pode expelir o lastro e trabalhar como caminhão basculante ou pode mesmo ser adaptado para transporte de cargas em geral ou de pessoal. Suas duas secções fundamentais podem ser transportadas em helicópteros. O BAT está começando a ser experimentado, agora. Seu companheiro, a escavadeira lasticável de uso geral está na fase de projeto.

MOBILIDADE A DESPEITO DAS TREVAS

A história registra que a maioria das grandes batalhas foi travada à luz do dia. Os exércitos começavam o ataque ao alvorecer. Quando a noite caía, retiravam-se para seus respectivos acampamentos, acendiam suas fogueiras — freqüentemente à vista do inimigo — e acomodavam-se para a passagem da noite. Gradualmente, as operações noturnas foram aumentadas e, na guerra moderna, tornaram-se mais importantes que nunca. A escuridão oferece proteção contra as vistas e uma oportunidade para dispersar-se.

Em consequência de esforços de pesquisa e aperfeiçoamento, toda uma nova família de instrumentos de raios infra-vermelhos possibilitará nossas forças combaterem, deslocarem-se e trabalharem na mais completa escuridão. Recentemente, foi aperfeiçoada uma miratelescópica melhorada e outros instrumentos versáteis, baseados nos raios infra-vermelhos, quer de pequeno, quer de longo alcance. O "metascope", um instrumento do tamanho de um punho, permitirá aos soldados lerem cartas topográficas e marcos de sinalização na mais completa escuridão e assinalará os instrumentos inimigos de raios infra-vermelhos de pequeno alcance. Os binóculos adaptados ao capacete de aço são artificios portáteis para a construção e direção de viaturas, à noite.

A mira telescópica, inicialmente aperfeiçoada, durante a II Grande Guerra, para uso dos fuzileiros foi melhorada e adaptada para ser usada com várias armas de infantaria, inclusive o canhão sem recuo de 106 mm.

Os pesquisadores da Engenharia estão trabalhando no campo do assinalamento das radiações térmicas — a captação, em uma tela, do reflexo das ondas de calor geradas pelos homens ou objetos. Também em elaboração, mas ainda muito longe da fase das experiências reais, está um instrumento para a visão noturna, que trabalha com a luz refletida das estrelas ou das cintilações do céu. (Ver "Artifícios para ver à noite", no 1º de janeiro de 1959, do "Digest").

GUERRA DE MINAS

A missão da Engenharia — de facilitar a progressão das tropas amigas e impedir a do inimigo — é claramente resumida pelas operações da Engenharia na guerra de minas. É responsabilidade da

Engenharia abrir passagens seguras através dos campos de mina inimigos, para a progressão de nossas tropas e criar campos minados como obstáculos eficientes, que atrapalham a marcha do inimigo. Nossos campos minados canalizam-se em estreitas faixas, através das quais tem que desfechar o ataque, causam perdas de homens e de material e atingem-lhe o moral.

Uma vez que se espera que os campos minados desempenhem um papel importante em qualquer guerra futura, os especialistas do ERDL aperfeiçoaram uma máquina automática, que ativa e enterra minas, com grande rendimento. Montada em um "bogie" (3) de pneus de borracha, é rebocada por um trator de esteiras, quando em operação e por um caminhão, quando se desloca pelas estradas. Também já estão disponíveis uma perfuratriz montada em jipe e uma pá mecânica montada em um "dozer" para tornarem mais rápido o lançamento das minas isoladas.

Para abrir brechas através dos campos de minas inimigos, o TRDL conseguiu um melhoramento na "Serpente" da II Grande Guerra. O artifício, de 400 pés (120 m) de comprimento é empurrado para dentro do campo de minas, por um carro de combate, e então, detonado, fazendo com que as minas terrestres das proximidades explodam inofensivamente. O novo artifício contém uma carga de forma especial, que é detonada por tiros de uma das metralhadoras do carro de combate com a qual é alvejada uma espoleta sensível a balas.

Os detetores de minas também estão sendo melhorados, para a penosa tarefa do assinalamento das minas isoladas ou de inquietação.

PROCESSOS CARTOGRAFICOS MELHORADOS

Outras partes do programa do ERDL, que contribuem para o apoio das forças terrestres do Exército são seus estudos relativos à cartografia e à geodésia.

Está, atualmente, sendo objeto de verificação de exeqüibilidade, um instrumento para inserir, automaticamente, dados topográficos nos originais das cartas. Um teodolito automático traçante — um instrumento topográfico capaz de acompanhar objetivos em movimento estará pronto para emprego operacional em 1962.

Há uma impressora, eletrostática, que pode imprimir foto-cartas e croquis topográficos coloridos, em um furgão topográfico motorizado. Outros meios auxiliares de cartografia incluem novos modelos de feodolitos, um comboio cartográfico motorizado, um comboio motorizado para a confecção de foto-cartas um estéreo-restituídor de precisão, que permite o fabrico de cartas topográficas tridimensionais, um novo sistema para a guarda e a distribuição rápida de Planos Diretores de Tiro, e um novo processo para a localização de objetivos, que está sendo aperfeiçoado.

(3) Espécie de carreta rústica, de construção especialmente reforçada e própria para ser rebocada através campo, sobre a lama ou em outras condições desfavoráveis. (Nota do tradutor)

Os cientistas do ERDL experimentaram e padronizaram o telurômetro, um aparelho eletrônico para levantamentos topográficos, que proporciona um processo rápido e econômico de medir distâncias, precisamente, no campo, até o máximo de 40 milhas (64 km). Pode ser usado com qualquer espécie de tempo, de dia ou à noite.

Entre os aperfeiçoamentos, que proporcionarão proteção rápida, para o soldado em campanha estão a valetadora de alta velocidade e a perfuratriz, para a construção de fortificações de campanha. A valetadora — ou máquina de cavar trincheiras — pode ser transportada, rapidamente. Especialmente adaptada à execução de todos os tipos de escavações militares, pode abrir abrigos ("foxholes") para um ou dois homens em 1 minuto e um espaldão para metralhadora pesada em 3 ½ minutos. Na execução de lances retos de trincheira, pode cavar uma trincheira de 20 pés (6 m) de comprimento, 4 pés (1,2 m) de profundidade e 2 pés (0,606 m) de largura, em 1 minuto. Além disso, é montada em um caminhão e pode se deslocar à velocidade de 35 milhas (56 km) por hora. A valetadora consta dos programas de aquisições para 1959.

Para a proteção dos operadores de máquinas, nas áreas contaminadas de radioatividade, o ERDL aperfeiçoou cabines especiais de chumbo, equipadas de rádio "duplex" e alimentador de ar filtrado. Também se está trabalhando em um trator controlado pelo rádio, que pode ser usado nas zonas contaminadas de radioatividade, até a distância de 15 milhas (34 km).

APOIO AOS TELEGUIADOS

A pesquisa da Engenharia também desempenha um papel capital, no setor da equipe de teleguiados. Foram aperfeiçoadas no ERDL, fábricas móveis de oxigênio líquido, para suprirem as grandes quantidades desse combustível oxidante, usado nos sistemas propulsores do poderoso teleguiado do Exército, o "Redstone". O oxigênio líquido é instável e não pode ser conservado por muito tempo, de modo que tornou-se necessário dispor de equipamentos de produção perto dos locais de lançamento dos teleguiados. As fábricas móveis, com a produção diária de 5 a 20 toneladas, já estão sendo usadas pelas Companhias de "Redstones". A capacidade de produção de 5 toneladas diárias de nitrogênio líquido a serem usadas como resfriador, no "Redstone", foi acrescentada às fábricas de oxigênio líquido de 20 toneladas. Atualmente, estão sendo feitos esforços para melhorar a mobilidade das fábricas.

Os mecanismos de pontaria das novas armas exigem um fluxo constante de energia elétrica. Os grupos eletrogênicos para os teleguiados devem, não somente serem portáteis, mas produzirem corrente da melhor qualidade e serem dignos de confiança. Além disso, devem estar em condições de serem operados e mantidos pelo pessoal combatente. O ERDL tem, em estudos, toda uma família de geradores compactos e de pequeno peso, que vão, desde o de 50 libras (22,73 kg) e

3 kw, que pode ser transportado nas costas de um homem até um de 1.500 kw, que pode ser transportado por via aérea. Um gerador de energia de precisão de 60 kw, aperfeiçoado pelo ERDL, é usado no "Redstone".

Além disso novos furgões dotados de ar condicionado, adaptados para nêles trabalharem os delicados instrumentos eletrônicos indispensáveis aos sistemas de teleguiados, equipamento especializado para o combate das chamas, usinas móveis, para a produção de dióxido de carbono, equipamento de construção, camuflagem e raios infra-vermelhos, também foram projetados, em apoio às organizações de teleguiados do Exército.

Ainda um outro problema é o da localização do ponto de lançamento, em relação ao alvo escolhido. Estão sendo obtidos progressos importantes, na rápida e precisa identificação dos objetivos, dentro do campo tático, com o emprêgo de equipamento fotográfico para uso noturno, e de instrumentos eletrônicos e óticos, recentemente aperfeiçoados. Os teodolitos, telurômetros e os helicópteros, juntamente com o Radar, estão tornando possível acelerar a confecção de cartas e os trabalhos de geodésia.



O Tellurometer é um aparelho de grande utilidade. Pode fazer a medição da terra de dia ou de noite, eletronicamente, com a mesma precisão

Conquanto o maior empenho do ERDL refira-se à mobilidade, a proteção da tropa e o apoio aos teleguiados, que são outros setores, não estão sendo negligenciados. Por exemplo, estamos aperfeiçoando toda uma nova família de pequenos motores militares a gasolina, com

potência, que variam de $\frac{1}{2}$ a 20 HP. Seis motores dessa família, com uma alta percentagem de peças intermutáveis, substituirão os 78 modelos e tipos diferentes, agora em uso. O número de peças sobressalentes será reduzido de milhares e algumas centenas, dessa forma aumentando-se a eficiência e deixando, somente, um mínimo de problemas logísticos e de manutenção. Três dos motores — $\frac{1}{2}$, 1 $\frac{1}{2}$ e 3 HP — já estão sendo fabricados.

Em qualquer guerra, que envolva armas atômicas, a purificação de água torna-se motivo de grave preocupação. Para resolver esse problema, o ERDL aperfeiçoou uma família de purificadores de água, chamados "Erdlators", cuja capacidade varia dos 600 galões horários do modelo destinado às tropas aeroterrestres, aos 10.000 galões horários da usina semipermanente. Todos os modelos são próprios para a purificação de água contaminada de radioatividade.

OBJETIVOS DE ESTUDOS EM CURSO

As pesquisas e aperfeiçoamentos do ERDL abrangem outros setores, como o aperfeiçoamento de instrumentos eletrônicos, para assinalarem fendas nos gelos árticos, projeto de oficinas de manutenção móveis, "vanigans", ou sejam, abrigos montados em trenós, para o pessoal em viagem sobre as camadas de gelo; hangares de aviação e outros edifícios pré-fabricados; oleodutos flexíveis e vasilhame para a guarda provisória de produtos de petróleo a granel; destilação da água do mar; materiais diversos e embalagens; estudos dos efeitos das explosões em certos tipos de estruturas.

Espera-se que aumentem, nos anos vindouros, as solicitações feitas aos programas de pesquisas e aperfeiçoamentos do ERDL. A medida que surgirem novas missões nos setores da engenharia e da ciência, uma tecnologia mais avançada será empregada, para acompanhar o ritmo acelerado de uma possível guerra nuclear. Nesse empenho conjunto, o ERDL fará sua parte, contribuindo para a tarefa incessante de manter o Exército dos Estados Unidos como um instrumento progressista e providente, para operações de combate terrestres.

DEVER MILITAR E POLÍTICA PARTIDÁRIA

UM LIVRO PARA MILITARES E CIVIS

pelo

MARECHAL E. LEITÃO DE CARVALHO

Livraria Civilização Brasileira

Cr\$ 250,00

RUA 7 DE SETEMBRO, 97

RIO DE JANEIRO



Seção
do **CANDIDATO**



Coordenador: Maj GERMANO SEIDL VIDAL

SUMÁRIO

- I — Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão à EsCEME para 1961.
- II — O problema da exportação de minério de ferro — Major AYRTON DE CARVALHO MATTOS.



DOCUMENTOS BÁSICOS PARA O PREPARO DO CANDIDATO À Es ECEME

GEOGRAFIA

- Geografia do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Regional do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Humana de 1934 — Aroldo de Azevedo
Geografia Humana do Brasil — Pierre Deffontaines
Notas de Geografia Militar Sul-Americana — P. de Paula Cidade
História Econômica do Brasil — Roberto Simonsen
Realidades Econômicas do Brasil — Pires do Rio
Partes da Geologia da História Natural — Waldemar Potsch
Geologia do Brasil — Avelino — Oliveira e Othton A. Leonardos
As Grandes Regiões do Brasil — Conselho Nacional de Geografia
Alguns Problemas brasileiros (subsídios para o seu estudo, coligidos pelo Conselho Técnico Consultivo da Confederação Nacional do Comércio — 1955)
Aspectos geográficos sul-americanos ou Projeção continental do Brasil — Mário Travassos
O Domínio da Bacia Hidrográfica do Prata — Francisco de Paula Cidade (Rev Mil Brasileira — Jan, Mar, Jun, Jul e Set 1930)
Sobre os fundamentos para o estudo dos aspectos militares da Bacia do Prata — Cel R1 João Batista de Magalhães (idem Jan-Jun 1940)
Perspectivas da Economia Brasileira — Industrialização da Economia Nacional — ISEP — 1958.

HISTÓRIA

- História do Brasil — João Ribeiro (Curso Superior)
Manual de História do Brasil — Basílio de Magalhães
História do Brasil — Barão do Rio Branco
História Geral do Brasil — Visconde de Pôrto Seguro, anotada por Rodolpho Garcia
História do Brasil — Rocha Pombo
História do Brasil — Pedro Calmon
Evolução do Povo Brasileiro — Oliveira Viana
História das Américas, publicada sob a direção de Ricardo Levone, Ed Bras dirigida por Pedro Calmon, 14 vol (Ed Jackson) — 1947
História da América — Gastão Ruch
(Das Instruções para o Concurso, atualmente em vigor)

I — INSTRUÇÕES REGULADORAS DO CONCURSO DE ADMISSÃO À ESCME PARA 1961

I. GENERALIDADES

a. As presentes Instruções destinam-se a regular a execução do Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 1961.

b. Referências

Regulamento da ECEME (Decreto n. 36.955, de 25 Fev 55) — Título VII, modificado pelos seguintes decretos:

- Decreto n. 37.191, de 18 Abr 55 (BE n. 17, de 23 Abr 55);
- Decreto n. 37.878, de 12 Set 55 (BE n. 38, de 17 Set 55);
- Decreto n. 39.432, de 19 Jun 56 (BE n. 25, de 23 Jun 56);
- Decreto n. 42.029, de 13 Agô 57 (BE n. 33, de 17 Agô 57);
- Decreto n. 46.213, de 12 Jun 59 (BE n. 27, de 4 Jul 59);
- Decreto n. 47.806, de 15 Fev 60 (BE n. 10, de 5 Mar 60);
- Decreto n. 48.657, de 3 Agô 60 (BE n. 37, de 10 Set 60).

2. PROVAS DO CONCURSO

a. Conhecimentos militares

(1) Comportará duas provas, comuns aos oficiais das Armas e dos Serviços:

- Conhecimentos táticos e técnicos;
- Topografia.

2) Conhecimentos táticos e técnicos.

Esta prova abrangerá questões referentes aos regulamentos básicos e comuns às Armas e Serviços. Comportará questões práticas no quadro de situações táticas simples, considerando os escalões estudados na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

(3) Topografia

Esta prova abrangerá questões referentes ao estudo do terreno sob o ponto de vista morfológico e tático, bem como problemas de topografia de campanha, comportando a utilização de cartas, fotocartas e fotografias aéreas.

4. As provas de Conhecimentos Militares terão, cada uma a duração de 2 (duas) horas, devendo realizar-se em um mesmo dia.

b) Cultura Geral

(1) Comportará duas provas:

(a) Para Oficiais das Armas:

- Geografia;
- História.

(b) Para Oficiais Intendentes:

- Geografia Econômica;
- Economia Política e Estatística.

(c) Para Oficiais Médicos:

- Antropogeografia e Antropologia;
- Higiene e Profilaxia.

(d) Para Oficiais Médicos-Veterinários:

- Produção e Inspeção de Alimentos e Forragens;
- Higiene Veterinária e Zootecnia.

(2) Os programas pormenorizados para as provas de Cultura Geral constam dos anexos I a IV.

(3) Cada uma das provas de Cultura Geral terá a duração de 4 horas, devendo realizar-se com um intervalo de 48 horas.

(4) Cada prova de Cultura Geral deverá constar, pelo menos, de duas questões, organizadas de forma a exigir reflexão e conclusões sobre o assunto proposto. Serão evitadas proposições cujo desenvolvimento dependa exclusivamente de memorização.

(5) As provas serão apreciadas, também, quanto à clareza de exposição, método e objetividade de apresentação, espírito de síntese e correção de linguagem (vocabulário, ortografia e sintaxe).

(6) Para a solução de cada prova de Cultura Geral, o candidato receberá somente quatro folhas de papel almaço (16 páginas) e duas folhas simples de papel para rascunho (4 páginas).

c. Línguas estrangeiras

(1) Comportará duas provas, comuns aos Oficiais das Armas e dos Serviços:

- Espanhol;
- Inglês.

(2) As provas de línguas estrangeiras terão, cada uma a duração de 2 (duas) horas, devendo realizar-se em um mesmo dia.

(3) Cada prova constará de duas questões: uma tradução e uma versão.

(4) As provas de línguas estrangeiras visam, sobretudo, a verificar a aptidão do candidato para utilizar textos em estilo militar corrente, considerando principalmente:

- fidelidade na preservação das idéias do texto original;
- propriedade e correção de linguagem;
- uso adequado da terminologia militar;
- observância das regras gramaticais.

(5) Para ambas as provas será permitida a consulta a dicionários encontrados no comércio ou de uso oficial, sendo vedada a utilização de quaisquer outros vocabulários.

3. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Os comandantes de Região Militar providenciarão hospedagem para os candidatos que se apresentarem para a realização das provas.

b. Os trabalhos da Comissão de Exame terão caráter Secreto. O preparo e o julgamento das provas deverão ser realizados de modo que somente sejam identificados os candidatos que tenham sido habilitados na forma do art. 86, do Regulamento da ECEME.

4. CALENDÁRIO

— Entrada dos requerimentos no EME (CPS), remetidos pelos diversos Órgãos: Até 1 Jun.

— Trabalhos da CPS: Até 1 Nov.

— Trabalhos da Comissão de Exame (Preparatórios, Julgamento, Ata final e Relatórios): De 1 Set a 20 Jan.

— Passagem dos candidatos à disposição do EME nas sedes de suas Unidades ou Repartições: 18 Nov.

— Apresentação dos candidatos aos Cmdo de RM em cujas sedes se realizarão provas: 9 Dez.

— Realização das provas: 18 a 23 Dez.

— Publicação do resultado final em Boletim Interno do EME: Até 23 Jan.

— Apresentação à Escola: Até 7 Fev para os oficiais dos Serviços; Até 23 Fev para os oficiais das Armas.

ANEXO I — PROGRAMA DE GEOGRAFIA E DE HISTÓRIA

A — GEOGRAFIA

1º. Geografia geral e regional do Brasil — aspectos gerais:

- da geografia física;
- da geografia humana; e
- da geografia econômica;
- as grandes regiões geográficas brasileiras. (Divisão do CNG)

2º. Estudo geográfico-militar do Rio Grande do Sul, quanto aos fatores fisiográficos, psico-sociais e econômicos.

3º. Estudo das bacias do Paraguai, Paraná, São Francisco, Amazonas, Paraíba do Sul e Doce, encarando-se, principalmente, aspectos econômicos e militares.

4º. Estudo geográfico-militar das fronteiras do Brasil, particularmente, com a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina; pontos, ou zonas, de fricção atuais, ou potenciais, em nossos limites territoriais.

5º. Plano e Política Nacional de Viação. Aspectos econômicos, militares e sociais dos transportes para as fronteiras internacionais do Sul e Oeste (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso); e para o nordeste brasileiro.

6º. Política Nacional de Combustíveis, Petróleo, Carvão, Xistos, Piro-betuminosos e Turfas, Países que, na América do Sul, industrializam o Carvão e o Petróleo. Possibilidades e reflexos militares.

7º. Aspectos econômicos e militares da mineração na América do Sul, principais núcleos industriais sul-americanos. Aspectos da indústria brasileira que mais interessam às Forças Armadas. Matérias-primas dos países sul-americanos essenciais às indústrias do Brasil.

8º. Aspectos geográficos-militares das fronteiras marítimas do Brasil, encarando-se, principalmente, o litoral compreendido entre a Baía de Guanabara e o Rio da Prata.

9º. Siderurgia no Brasil e na América do Sul. Sua influência na economia e na indústria militar.

10. Política Nacional de Energia. Potencial hidráulico das bacias e seu aproveitamento, principalmente o das do São Francisco, Paraíba do Sul, Doce, Iguaçu e Paraná. Plano Nacional de Energia Elétrica. Minerais fissionáveis (Urânio e Tório).

B — HISTÓRIA

1º. Formação das nacionalidades sul-americanas.

2º. Lutas militares com franceses, holandeses e ingleses no Brasil, em particular a Guerra Holandesa (1624-1654).

3º. Lutas militares na Baía do Prata e parte restante do Sul do Brasil, entre luso-brasileiros e espanhóis, e seus descendentes, desde a fundação da Colônia do Sacramento até 1821.

4º. Campanhas militares da Independência dos países sul-americanos, focalizando-se o papel de Bolívar e San Martín.

5º. Guerra Cisplatina, de 1826 e 1828.

6º. Guerra de 1851 a 1852.

7º. Guerra do Uruguai (1864-1865) e Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai.

8º. Campanhas militares internas brasileiras durante o Império, estudando-se, principalmente, a ação de Caxias.

9º. História das fronteiras do Brasil.

10. Evolução política, social e econômica do Brasil durante o Século XIX, focalizando-se a Abolição e a República.

ANEXO II — PROGRAMA DE GEOGRAFIA ECONÔMICA E DE ECONOMIA POLÍTICA E ESTATÍSTICA

A — GEOGRAFIA ECONÔMICA

1º. Países da América do Sul produtores de petróleo: apreciação sobre o valor econômico dessa produção. O Petróleo, no Brasil, situação atual e possibilidade; sua importância no desenvolvimento econômico do país; sua influência na motorização do Exército.

2º. Regiões agrícolas do Brasil que mais produzem gêneros alimentícios e forragens, importância, exportação e expressão em nossa balança comercial.

3º. Principais centros industriais brasileiros que manuseiam, tratam e beneficiam produtos alimentícios dos reinos mineral, vegetal e animal: sua influência na balança comercial do Brasil e no suprimento dos Serviços de Subsistência do Exército.

4º. Regiões pecuárias da Argentina, Uruguai e Paraguai e do Sul do Brasil; valor econômico e influência recíproca. Possibilidades da pecuária brasileira; sua expressão em nossa balança comercial e no abastecimento do Exército.

5º. Importância relativa dos centros industriais do Brasil que produzem materiais necessários ao Serviço de Intendência do Exército; reflexos no comércio exterior do Brasil; produção principal; aproveitamento pelo Exército.

6º. Análise e apreciação geral da situação relativa entre os centros produtores do Brasil e seus diversos meios de transporte (ferroviário, rodoviário, marítimo, fluvial e lacustre), tendo-se em vista o abastecimento dos grandes núcleos brasileiros de população e das principais guarnições militares.

7º. As comunicações no Brasil: correios, telégrafos, telefones e rádios — valor e importância no desenvolvimento do intercâmbio comercial entre os Estados.

8º. Comércio exterior do Brasil: volumes, valor, perspectivas e dificuldades; reflexos nas finanças do país.

B — ECONOMIA POLÍTICA E ESTATÍSTICA

1º. Economia Política — Relações com outras ciências. Objeto, método e princípios.

2º. Escolas Econômicas — Clássica ou Liberal; Socialista; Católica, Histórica; suas doutrinas.

3º. Valor e Riqueza — Utilidades e Necessidades — Valor, definição e objetivo, relação entre valor e riqueza. Necessidade, seu conceito e influência da civilização. Utilidade, definição e teoria; relação entre valor e utilidade.

4º. Preço e Moeda — Preço. Definição. Preço e valor; moeda, suas variações. Considerações que deve satisfazer toda boa moeda. Papel-moeda.

5º. Produção e seus fatores — O trabalho. A Natureza e o capital. Condições sociais da produção.

6º. Circulação e Riqueza — As trocas: o convênio; o protecionismo e o livre cambismo; o crédito.

7º. Produção e Imigração — O crescimento da população e a Lei de Maltus; a limitação da produção e a Lei do rendimento proporcional. Causas e efeitos. Excesso e equilíbrio da produção. Crise e imigração; causas e conseqüências de ordem política, social e econômica.

8º. Aplicação e Economia Brasileira — A economia no Império: açúcar, ouro, café. A economia na República: a agricultura e a indústria, a grande indústria; os transportes; a energia; os minérios raros.

Estudo especial da economia do café, males da monocultura. Importância do Brasil na economia da América e do Mundo.

9º. Metodologia Estatística — Coleta das Unidades. Questionário. Crítica e apuração dos dados. Exposição dos resultados e interpretação dos fatos. Inquéritos estatísticos.

10. Demografia — Efetivos e densidade demográfica. Estudo e representação estatística das correlações demográficas.

11. Estatística Militar — Finalidade. Informes estatísticos necessários às Forças Armadas. Órgãos Militares de Estatística. Utilização dos dados das informações estatísticas militares.

ANEXO III — PROGRAMA DE ANTROPOGEOGRAFIA E ANTROPOLOGIA E DE HIGIENE E PROFILAXIA

A — ANTROPOGEOGRAFIA E ANTROPOLOGIA

1º O meio e o homem à luz dos conceitos de Ratzel e dos autores modernos; geografia antrópica, antropogeografia, ecologia e geografia humana (campos de estudos e propósitos).

2º. Interferências dos fatores mesológicos e dos fatores hereditários na diferenciação psico-somática das raças: mentalidade, cor, craniometria, cabelos, fossas nasais e outros caracteres raciais.

3º. Fatores climatológicos que influem na fisiografia do biótipo terrestre e condicionam o sistema de vida do homem: sedentarismo, nomadismo, migração.

4º. Grupos técnicos euro-afro-asiáticos que se caldearam na península Ibérica e passaram às colônias ibero-americanas.

5º. Elementos étnicos da América pré-colombiana que interferiram no miscigenismo dos povos sul-americanos.

6º. Fatores geográficos que influíram na expansão do Ecúmeno da América Meridional, principalmente do Brasil, no período colonial.

7º. Estudo brasileiro de antropologia: o índio, o negro, o branco colonizador e os imigrantes de outras origens (elementos germânicos, atlântico-mediterrâneos, bantus e sudaneses).

8º. Fatores climatológicos interferentes na geopatologia das regiões fisiográficas do Brasil.

9º. Influência dos fatores geopatológicos na expansão e progresso do ecúmeno brasileiro.

10. Forças evolutivas na vida étnica: fatores evolutivos externos, forças evolutivas internas, fatores sociais.

B — HIGIENE E PROFILAXIA

1º. Higiene: Objeto, importância, história e evolução da Higiene. A Higiene Militar; Generalidade e aplicações de seus princípios no Exército. Responsabilidades pela Higiene no Exército.

2º. Higiene do Quartel: natureza do solo, localização, insolação, cubagem e ventilação dos alojamentos, instalações sanitárias, potabilidade da água, cozinha e refeitórios, destino dos resíduos.

3º. Higiene do Fardamento e do Equipamento: natureza, cor e outras características do tecido; condições anatômicas do calçado, das peças de fardamento e do equipamento. O peso do equipamento do infante e sua distribuição.

4º. Higiene da alimentação: Alimentos minerais, animais e vegetais. Rações e calorias. Higiene do rancho. Problema da nutrição nos Exércitos.

5º. Higiene das marchas: Etapas de marcha, alto horário, equipamento nas marchas, fadiga, estafa e acidentes de marcha. Exercícios físicos e esportes. Acidentes do frio e do calor; pé de trincheira, insolação, intermação.

6º. Controle das doenças transmissíveis respiratórias, intestinais, transmissíveis por insetos, venéreas e outras não enquadradas nos

grupos anteriores. Disseminação, fonte de infecção, meios de transmissão e medidas de controle.

7º. Higiene industrial nos Estabelecimentos Fabris do Exército: duração do trabalho, acidentes profissionais, intoxicações.

8º. Higiene Militar em Campanha: Das epidemias em Campanha e medidas gerais de profilaxia. Emprêgo do DDT na profilaxia das doenças transmissíveis por insetos. Proteção individual. Controle militar da malária: medidas ambientais e medidas individuais.

9º. Higiene Militar em Campanha: Suprimentos de água em campanha — generalidades e responsabilidades pelos suprimentos. Fontes de suprimentos: reconhecimento, localização e proteção. Depuração da água em campanha.

10. Higiene do Estacionamento. Escolha do local; características favoráveis e desfavoráveis: instalação das cozinhas e ranchos: distribuição dos alimentos. Destino dos resíduos alimentares e de cozinha (sólidos e líquidos). Destino dos excrementos humanos: tipos de fossa e mictórios.

ANEXO IV — PROGRAMA DE PRODUÇÃO E INSPEÇÃO DE ALIMENTOS E FORRAGENS E DE HIGIENE VETERINÁRIA E ZOOTÊNICA

A — PRODUÇÃO E INSPEÇÃO DE ALIMENTOS E FORRAGENS

1º. Conceito atual de inspeção de alimentos nas Forças Armadas do Brasil e de outros países. Atuação do Serviço Veterinário neste setor durante a II Grande Guerra (1939-1945).

2º. Conceito moderno de indústria. Indústria de produção de origem animal. Exploração da indústria do abate, no Brasil.

3º. Emprêgo de frio industrial como agente de conservação dos produtos perecíveis. Sua importância no suprimento dos órgãos de Subsistência. Frigorificação das carnes.

4º. Apreciação geral dos últimos avanços na técnica de conservação dos alimentos: desidratação, frigorificação, pasteurização, uperização, emprêgo de antibióticos, ultra-sons, radiações ionizantes.

5º. Conceito geral de inspeção e análise dos alimentos e forragens, focalização do problema segundo o triplice aspecto do valor alimentar, tecnologia alimentar e controle de Saúde Pública. Lei de Thomes.

6º. Indústria de laticínios, no Brasil. Produção higiênica do leite para a tropa e estabelecimentos hospitalares. Doenças transmissíveis ao homem por intermédio do leite.

7º. Vegetação e aspecto filogeográfico do Brasil, aplicando o sistema de Engler. Regiões geobotânicas do Brasil, focalizando as que mais produzem gêneros alimentícios e forragens.

8º. Aspectos essenciais da produção agrária, no Brasil: situação atual da agricultura no país. Das culturas de subsistência. Produtos alimentares vegetais.

9º. ² Regiões pecuárias da Argentina, Uruguai, Paraguai e Sul do Brasil: valor econômico e influência recíproca. Possibilidade da pecuária brasileira; sua expressão em nossa balança comercial e no abastecimento do Exército. A exploração dos subprodutos.

10. Conservação das forragens; fenação, ensilagem, desidratação. Princípios fundamentais na utilização do silo e no emprego da silagem.

B — HIGIENE VETERINÁRIA MILITAR E ZOOTÉCNICA

1º. Higiene veterinária individual e coletiva nos diferentes transportes e marchas.

2º. Doenças comuns ao homem e aos animais. Medidas tendentes ao seu controle e erradicação.

3º. Problemas gerais concernentes ao combate e destruição dos vetores. Eliminação dos portadores. Destino dos excretas.

4º. Higiene veterinária do trabalho das Unidades Hipomóveis.

5º. Higiene veterinária da alimentação.

6º. Introdução do gado bovino nas Américas. Espécies européias e asiáticas. Fixação de tipos regionais em face dos fatores climáticos e alimentares, das raças para corte e produção de leite. Possibilidade das raças mistas.

7º. Papel da Genética na formação dos tipos raciais. Caracteres geno e fenotípicos.

8º. Inseminação artificial: solução econômica para melhoria dos diferentes rebanhos. Possibilidades brasileiras. Conservação e transporte do sêmen a grandes distâncias.

9º. O cavalo e o cão de guerra para as diferentes Armas e Serviços. Raças preconizadas.

10. Seleção, treinamento e emprego do pombo-correio nas Forças Armadas.

UM APELO

PREZADO COMPANHEIRO,
apelamos para **você**, que pode ajudar à
Seção do Candidato à ECEME de "A DEFESA
NACIONAL".

Buscamos orientação para o próximo
ano, que atenda aos anseios dos candidatos
e esteja apoiada na valiosa e indispensável
contribuição dos oficiais de EM, dos alunos
da ECEME e dos próprios candidatos.

Encarecemos o valor de sua ajuda, atra-
vés da remessa de ensaios, resumos ou ques-
tões resolvidas.

Precisamos de suas críticas e de suas
sugestões.

Folgaremos em divulgar os trabalhos re-
metidos e em vitalizar o intercâmbio de idéias
que concorram para o fim precípua destas
colunas: Servir ao Candidato!

Dirija-se ao Major G. Vidal — 5ª Seção
— EME — Palácio da Guerra — GB.

O Redator

II — O PROBLEMA DA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO

Major AYRTON DE CARVALHO MATTOS

1. INTRODUÇÃO

A importância do problema da exportação do minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero levou-nos a um trabalho de compilação que, sintetizando o que tem sido publicado sobre alguns aspectos marcantes do assunto, fôsse capaz de debuxar o quadro geral em que se desenvolve o problema. Vejamos se conseguimos êsse intento.

2. RESUMO HISTÓRICO

2.1 — Desde o início do século atual que o Brasil tem pretendido, em vão, dar aproveitamento condizente à enorme riqueza jacente, representada pelas potentes jazidas de minério de ferro do mais alto teor, existentes no Quadrilátero Ferrífero.

2.2 — Já em 1909, através do Decreto n. 7.733, de 30 Dez, foi autorizada a mudança de traçado da Estrada de Ferro Vitória a Minas, para atingir Itabira, bem como a eletrificação da ferrovia, objetivando o transporte anual de 3.000.000 t de minério de ferro, daquela região para o pôrto de Vitória.

2.3 — Em 1940, a Itabira Iron Ore Company, que fôra autorizada a operar no Brasil, em 1911, foi substituída pela Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A., sem ter conseguido concretizar seu projeto de funcionamento. Esta outra empresa estabeleceu, então, pela primeira vez, embora de maneira precária, a corrente exportadora de minério, entre Itabira e Vitória, mediante o transporte misto em caminhão e trem de ferro.

2.4 — Em 1942, como uma decorrência dos Acôrdos de Washington, firmados entre o Brasil, os Estados Unidos e a Inglaterra, foi criada a Cia Vale do Rio Doce, que substituiu a Itabira Iron Ore Co e a Cia de Mineração e Siderurgia no papel que essas empresas pretendiam desempenhar, na comercialização do minério do Quadrilátero Ferrífero.

2.5 — Com o advento do Governo passado e tendo em vista a difícil situação cambial que se criou, o problema da exportação de minério de ferro foi atacado com redobrado vigor.

2.6 — Após demorados estudos, de que participaram autoridades governamentais, com ingerência no assunto, e representantes das em-

prêças de mineração, ficou constituído, no Conselho do Desenvolvimento através do Decreto n. 42.040, de 10 Agô 57, o Grupo de Exportação de Minério de Ferro (GEMF), que recebeu a missão de "coordenar os estudos, entendimentos e negociações a serem conduzidos pelo Governo, visando possibilitar e estimular a exportação de minério de ferro e seus produtos".

2.7 — Ainda como resultado dos estudos procedidos, surgiu a Meta 26, consubstanciada no atingimento, em fins de 1960, dos índices de exportação de 6.000.000 t para a Cia Vale do Rio Doce, e de 2.000.000 t para os mineradores do Paraopeba.

2.8 — Em 1959, decorridos 50 anos, a meta de 3.000.000 de toneladas anuais, visualizada pelo Decreto n. 7.733, veio, finalmente, a concretizar-se, por intermédio da Cia Vale do Rio Doce.

2.9 — Os dados a seguir (em milhões de toneladas), mostram a evolução da exportação de minério de ferro, em alguns países, após a 2ª Guerra Mundial, quando o grande desenvolvimento da indústria siderúrgica acarretou, em toda parte, o surgimento de novos empreendimentos de mineração e a expansão dos que já existiam.

	1945	1960	1965
Brasil	1	5	12
Canadá	—	19	45
Índia	—	8	12
Libéria	—	3	15
Suécia	—	18	40
Venezuela	—	15	22

2.10 — Como se observa, a posição do Brasil está em completo desacôrdo com suas possibilidades e não atende, em absoluto, às suas necessidades. Uma das causas disso ter acontecido, reside no fato de que, embora sendo um empreendimento de alta rentabilidade, a mineração exige, até iniciar-se a fase de comercialização, volumoso investimento, principalmente, em moeda forte, de sorte que se apresenta, dentro da conjuntura que o país vem atravessando, caracterizada pela carência de capitais e dificuldades cambiais, como atividade pouco atrativa, comparada a outras, de resultados mais rápidos.

3. CONJUNTURA ATUAL

3.1 — *Aproveitamento do Minério do Quadrilátero Ferrífero para exportação.*

3.1.1 — Quadrilátero Ferrífero é a área de, aproximadamente, 7.000 km², localizada no Centro do Estado de Minas Gerais, envolvida pelo quadrilátero que tem por vértices as cidades de ITABIRA, ITAÚNA, CONGONHAS e MARIANA, e onde se situam as reservas conhecidas de minério de ferro, que oferecem condições mais favoráveis para uma exportação, em larga escala, pelo Brasil.

3.1.2 — O minério de ferro do Quadrilátero apresenta grande variedade de tipos, devendo, no entanto, ser classificado em duas categorias: hematita e itabirito.

3.1.3 — Como hematita deve ser considerado todo o minério cujo teor de ferro tem média superior a 66%. Esse material inclui hematita dura, que irá fornecer minério de hematita compacta (lump ore) para os fornos tipo Siemens — Martin, e a hematita branda, parte da qual precisa ser sintetizada ou peletizada para emprego no alto forno e é, também, usada na fabricação do ferro esponja.

3.1.4 — Itabirito é a rocha listrada, rica em ferro, na qual os corpos de hematita são encontrados. Normalmente, é composta de quartzo e hematita. O itabirito brando silicoso, que sofreu decomposição, através dos tempos, tornando-se friável, é considerado um bom minério de ferro; beneficiado, produz um concentrado de 64 — 68% de ferro. O itabirito compacto, no entanto, teria o custo de britagem por demais elevado para ser, presentemente, uma fonte econômica de concentrados, embora, no futuro, possa tornar-se minério de valor.

3.1.5 — As reservas de minério de ferro do Quadrilátero Ferífero ainda não estão, totalmente, medidas, admite-se, contudo, que o minério que exige beneficiamento para sua utilização (itabirito) pode ser exportado sem limites, pois suas imensas reservas permitem atender a qualquer cálculo que se faça, baseado nas possibilidades de sua colocação no mercado mundial. Já a hematita, embora suas reservas estimadas sejam volumosas e sua importância possa entrar em declínio, face os progressos técnico-científico que vêm possibilitando o surgimento de novos processos siderúrgicos, que prescindem desse tipo de minério para produção do aço, convém, enquanto não forem melhor pesquisadas as jazidas, ter sua exportação controlada, e com o aproveitamento obrigatório, não só da hematita compacta, como, também, dos finos.

3.1.6 — Tal não acontece, atualmente. Premido por circunstâncias diversas (mercado altamente competitivo; afastamento dos centros de consumo; equipamento de extração de baixo rendimento, etc), os mineradores do Vale do Rio Doce e os do Vale do Rio Paraopeba, as duas regiões de maior atividade mineradora, vêm empreendendo o que se denomina uma exploração predatória.

3.1.7 — Significa isso que, lavrado o minério, é aproveitado, tão-somente, a hematita compacta que, por ser utilizável, diretamente, nos fornos Siemens — Martin, substituindo, em parte, a sucata, suporta, melhor, a concorrência internacional. O minério restante (finos de hematita e itabirito) fica junto às minas, de mistura com o rejeito.

3.1.8 — Tal procedimento acarreta graves prejuízos para os interesses nacionais, pois a recuperação econômica desse minério, dificilmente, será conseguida, mais tarde, além do que, não existem reservas inesgotáveis. Cumpre, então, estabelecer condições que levem os mineradores a lavar, recionalmente, suas minas, dentro de normas técnicas

corretas, que conduzam ao máximo aproveitamento das reservas minerais, com o mínimo de investimento e de perdas.

3.1.9 — Em 1960, as exportações limitaram-se a 5.000.000 t, deixando, portanto, de ser atingida a Meta 26 (8.000.000 t). A Cia Vale do Rio Doce exportou 4.000.000 t, incluindo algum fino, e os mineradores do Vale do Paraopeba, 1.000.000 t, somente de hematita compacta.

3.1.10 — No corrente ano, é de se esperar que os efeitos da Instrução 192, de 30 Dez 59, da SUMOC, que levou o minério de ferro para o mercado de taxa livre, se façam sentir com toda a intensidade, e isso, somado ao fato de iniciar-se um novo período presidencial, implicará no incremento das atividades dos mineradores do Vale do Paraopeba, devendo ter começo de concretização alguns projetos, atualmente, em estudos. Como a Cia. Vale do Rio Doce já está com seu "Plano dos 6 milhões", praticamente, concluído, podemos admitir que os números da Meta 26 sejam atingidos em 1961 e que, em 1963, a exportação de minério de ferro brasileiro deverá andar pela casa dos 12.000.000 t anuais fruto, ainda, de uma mineração seletiva.

3.1.11 — Torna-se necessário, contudo, encarar a exportação de minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero em bases mais amplas e definitivas, à altura de suas possibilidades, com o aproveitamento, também, dos minérios que exigem beneficiamento. Existem alguns estudos a esse respeito, porém, ainda, em fase embrionária, carecendo de um impulso realizador mais forte.

3.2 — FUNCIONAMENTO DA CIA VALE DO RIO DOCE

3.2.1 — A Cia Vale do Rio Doce tem participado com 80% do total das exportações brasileiras de minério de ferro, sendo, por sua condição de empresa estatal, a executora da política do Governo, nesse setor. Essa condição de empresa estatal, no entanto, tem-lhe acarretado algumas consequências negativas, como sejam: a instabilidade dos dirigentes, ao sabor de interesses políticos; a nomeação de elementos, nem sempre bem indicados, visando, também satisfazer a esses interesses; a menor flexibilidade nas diretrizes de comercialização; e a distração de fatores de produção, da Cia, para o desenvolvimento do vale do rio que lhe empresta o nome, concorrendo esse custo social como uma limitação nos resultados econômicos específicos da empresa, embora trazendo apreciável lucro social para a região.

3.2.2 — Por essa razão, conquanto disponha de três dos quatro elementos que fundamentam a comercialização de minério de ferro: mina, ferrovia e porto, a CVRD vem-se expandindo em ritmo um pouco lento, baseando suas exportações em negociações anuais e restritas à hematita compacta.

3.2.3 — Deve, no entanto, colocar-se, quanto antes, em condições de enfrentar, com êxito, possíveis concorrências partidas do país ou do exterior, e um caminho apontado para isso consiste na colocação de parte da

produção, através de contratos a longo prazo (10 anos), o que não lhe deve ser difícil conseguir, face ao tempo em que funciona. Fica-lhe, assim, assegurado o quarto elemento fundamental da comercialização — o mercado.

3.2.4 — Seguindo êsse caminho; passando a basear sua exportação, necessariamente, no "run of mine"; adotando uma nova e adequada organização comercial que impeça a falta de continuidade em seus programas de ação, fruto da instabilidade dos dirigentes; e aprimorando as diversas fases da operação, a Cia estará em excelente posição para manter a situação dominante que desfruta, atualmente, entre as empresas de mineração que operam no país.

3.2.5 — Com a concretização integral do "Plano dos 6 milhões", a CVRD ficará em condições de exportar mais 30% do que previra e, aumentando sua disponibilidade de material rodante e de tração, poderá atingir os 10 milhões de toneladas anuais, permitidos pelas atuais facilidades portuárias. A via permanente da Vitória a Minas tem capacidade para mais do dobro dessa tonelagem.

3.2.6 — Encaminhado que está o problema do porto, dragado para permitir a utilização de navios de 35.000 t, e com estudos para novo aumento de sua capacidade, o ponto de estrangulamento, na operação da Cia, transferiu-se para o Departamento das Minas, onde a proporção crescente de itabirito, em relação à hematita, no pico de Cauê, confirma as piores previsões, feitas há alguns anos. A Vale do Rio Doce organiza, agora, uma subsidiária, com vistas a resolver o problema do aproveitamento desses itabiritos, e iniciou, em meados do ano passado, cuidadosa pesquisa, com a finalidade de saber, exatamente, o que suas reservas, ainda lhe podem dar e qual o melhor meio de aproveitá-las. Organizou, também, a Cia Siderúrgica Vatu, que aproveitará parte dos finos de hematita de seus estoques para fabricação do ferro esponja. Resta-lhe, ainda, a possibilidade de explorar jazidas pertencentes a outros.

3.2.7 — A empresa colocou, no mercado internacional, para 1961, 6 milhões de toneladas de minério. Acaba de receber, no entanto, três impactos, simultâneos, que muito poderão influir em seu funcionamento: instituição ostensiva de uma comissão de sindicância, que se refletirá, de maneira intensa, no Exterior; transferência de sua sede para BELO HORIZONTE, onde a política minará, ainda mais, a organização da Cia; e substituição de sua direção administrativa, o que quebrará a continuidade de seu funcionamento, justamente, numa fase de ascensão.

3.3 — MINERADORES DO VALE DO PARAOPÉBA

3.3.1 — Funcionam, no Vale do Paraopeba, numerosas empresas de mineração de ferro (acima de trinta), que se congregam no Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Ferro e Metais Básicos, mas que não apresentam coordenação entre si, operando em bases muito modestas. As principais empresas, em número de seis, produzem cerca de

150.000 t anuais, cada uma. A exportação de todo o Vale do Paraopeba pouco ultrapassou o milhão de toneladas, em 1960, sendo êsse o resultado mais auspicioso já conseguido.

3.3.2 — As causas maiores de não terem êsses mineradores logrado expandir suas exportações, residem nas deficiências do pôrto do Rio de Janeiro e, principalmente, da Estrada de Ferro Central do Brasil, embora exista um plano muito antigo, visando o escoamento de 2.000.000 t anuais por aquêlê binário, plano êsse, aprovado, em 1956, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e referendado, em 1957, por ocasião dos estudos de que trata o item 2.6.

3.3.3 — O Pôrto, apesar de vários percalços, pouco edificantes, vem-se aparelhando para cumprir a parte que lhe tóca, no esquema, e, com a conclusão, em setembro de 1959, da 1ª fase dos trabalhos de construção do Parque de Minério e Carvão, permitindo a movimentação nominal de 1.000 t de minério por hora, já se encontra em condições de embarcar os 2.000.000 t anuais, operando na base de 300 dias no ano, 8 horas por dia e 800 t por hora. Realizado todo o projeto, êsse limite subirá para 6.000.000 t anuais, restando encontrar uma solução para a área de estocagem de minério, capaz de satisfazer os exportadores que operam em escala apreciável.

3.3.4 — A Central do Brasil, contudo, ainda não resolveu seus problemas atinentes ao plano, e que são de duas espécies: evitar que o tráfego de minério interfira no de passageiros dos subúrbios cariocas; e a falta de material rodante e de tração.

3.3.5 — Para o primeiro problema, encontra-se em lenta execução, parte, por falta de verba, uma solução, cuja fase inicial consiste na ligação da Linha do Centro da Central do Brasil à Linha Auxiliar, através das estações de Engenheiro Pedreira e Aljezur, e no alargamento da bitola entre esta última estação e São Mateus, complementada pelo preparo do pátio do Arará.

3.3.6 — O empecilho maior, no entanto, a que seja atingida a capacidade de transporte de 2.000.000 t anuais de minério é a deficiência de material rodante e de tração, pesadelo dos exportadores do Paraopeba que, ainda no ano passado, para cumprir seus contratos de exportação, tiveram de movimentar grandes quantidades de minério, em caminhão, tendo havido meses em que a tonelagem escoada por êsse meio de transporte se igualou à transportada pela Central do Brasil.

3.3.7 — Os 500 vagões, adquiridos em consequência do já citado plano, apresentaram a necessidade de terem seus eixos substituídos, o que, ainda não foi feito, por completo, embora já se tenham decorridos dois anos.

3.3.8 — Quanto ao material de tração, a Central do Brasil recebeu a última locomotiva em 1953. Para movimentar 3.000.000 t anuais de minério, seriam necessárias 25 locomotivas, e para acabar com o transporte de caminhão, bastariam 6; a Rede Ferroviária Federal, contudo,

importou, em 1958 e 1959, à conta do empréstimo de US\$ 100 milhões, do EXIMBANK, 248 locomotivas, e acaba de receber mais 55, nenhuma das quais destinadas à Central do Brasil.

3.3.9 — Cumpre acentuar que o Sindicato dos mineradores enviou todos os esforços, em pura perda, para que lhe fôsse permitido financiar a aquisição das 25 locomotivas. Agora, a Rede Ferroviária Federal e a Central do Brasil propendem para adotar isso, como norma, e, ainda, para os usuários que operam em larga escala, que o material rodante seja de suas propriedades, ficando êles responsáveis, também, pela respectiva manutenção.

3.3.10 — Um outro fator que pode vir a constituir-se em óbice à regularidade do escoamento do minério para exportação, reside nas relações de serviço entre a Administração da Central do Brasil e a Administração do Porto do Rio de Janeiro. Urge seja encontrada uma fórmula capaz de tornar o bom entrosamento entre êsses dois órgãos da Administração Pública, menos aleatório e independente dos eventuais ocupantes de seus cargos de direção.

3.3.11 — Na expectativa de serem removidas essas causas limitativas, algumas empresas projetam expandir suas atividades: umas, utilizando o porto do Rio, outras, pretendem escoar o minério pela Linha do Centro, até Japeri; daí, por um ramal a ser construído, até Itaguaí; e, em seguida, pelo ramal de Mangaratiba, até embarcadouros, a serem, também, construídos, na Bahia de Sepetiba.

3.4 — CONSTRUÇÃO DE NOVOS EMBARCADOUROS — TRANSPORTE FERROVIÁRIO

3.4.1 — O porto do Rio de Janeiro escoia minério proveniente de diversas empresas de mineração, carentes de certa regularidade em seus negócios e de melhor entendimento entre si. Por outro lado, o regime de trabalho adotado, pelo fato, principalmente, de não estar intimamente ligado aos interesses dos mineradores, é tido como de baixa produtividade. Essas causas, em conjunto, são consideradas como uma limitação à movimentação de toneladas avultadas de minério.

3.4.2 — Ora, um embarcadouro explorado, com exclusividade, por uma empresa de mineração, permite-lhe evitar os inconvenientes apontados, possibilitando-a seguir uma programação pré-estabelecida, obtendo o rendimento máximo das instalações e adotando o regime de trabalho que mais lhe convém, dentro da legislação em vigor. Por isso, os mineradores que comerciavam em larga escala, preferem fazer um investimento maior e levar mais tempo para concretizar seus projetos, mas ter seu embarcadouro próprio.

3.4.3 — A Baía de Sepetiba oferece condições muito boas para a construção de embarcadouros, e o ramal Japeri-Itaguaí permite, com mais eficiência, o desvio do tráfego de minério, do movimento dos subúrbios cariocas. Cumpre observar, contudo, que, colaborando no esquema para

concretização da Meta 26, a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro empregou vultosos recursos nas obras do Parque de Minério e Carvão, calculando a rentabilidade do empreendimento no escoamento mínimo de 2.000.000 t anuais, na fase atual dos trabalhos. Se êsse limite não fôr atingido, a Nação arcará com os prejuízos decorrentes. Acresce que o projeto foi estudado e está sendo executado para permitir, quando concluído, a movimentação de 6.000.000 t anuais.

3.4.4 — Torna-se necessário, portanto, examinar, detidamente, a oportunidade da entrada em serviço de novos embarcadouros, face as condições de utilização, quanto ao volume movimentado e à qualidade do serviço, que apresentem as instalações do Parque de Minério e Carvão, e a rentabilidade do investimento feito pela Administração do Pôrto do Rio de Janeiro. Não parece muito razoável que o Govêrno aplique novos recursos públicos, com a mesma finalidade e na mesma zona de influência, antes que se esgote a capacidade do Parque de Minério e Carvão, a não ser que isso acarrete resultados, realmente compensadores para a economia nacional.

3.4.5 — Por outro lado, a idéia da construção de embarcadouros, na Baía de Sepetiba, está vinculada à de movimentação de quantidades maciças de minério pela Central do Brasil. Vejamos alguns pontos de vista, a respeito dêsse aspecto tão importante do problema.

3.4.6 — A Rêde Ferroviária Federal e a Central do Brasil argumentam que:

- com os melhoramentos introduzidos na via permanente e no sistema de sinalização, a estrada dispõe de grande capacidade de tráfego, ociosa, principalmente, por falta de material rodante e de tração;

- sanadas essas deficiências e construído o ramal Japeri-Itaguaí, poderão ser escoados, anualmente, 15 milhões de toneladas de minério sem prejuízo da movimentação de carga geral e de passageiros;

- a receita, proveniente dêsse transporte, acabará com o deficit crônico da Central do Brasil, transformando seu resultado financeiro em superavit, o que é muito ponderável, quando se procura, a todo transe, equilibrar o orçamento da República.

3.4.7 — Os que esposam ponto de vista contrário, dizem que — o transporte de 15.000.000 t de minério transformará a Central do Brasil em uma “ferrovia de minério”, o que é incompatível com sua importância político-sócio-econômica, pois que a estrada atravessa a região mais desenvolvida do País, liga o Rio a São Paulo e a Belo Horizonte e o ligará, futuramente, a Brasília, impondo-se, por conseguinte, uma destinação mais adequada para sua capacidade ociosa. Por outro lado, a utilização de cerca de 10 trens diários, de peso bruto superior a 7.000 t, acarretando acentuado desgaste da via permanente, aumentará a probabilidade de acidentes de tráfego, com demorados bloqueios das linhas, interrompendo-se, conforme o trecho em que se verificar a ocorrência, tôdas aquelas importantes ligações;

— as deficiências da Central não se restringem à falta de material rodante e de tração, mas envolvem, também, a parte operativa, donde o consumidor preferir que o produto lhe chegue às mãos, por outro meio de transporte;

— por não ser uma organização industrial, é de esperar-se que ocorram dificuldades, quando a Central passar de um transporte de menos de 1 milhão de toneladas de minério, para um escoamento maciço; teme-se, então, que, para garantir a movimentação, com regularidade, dos trens de minério, haja interferência de exportadores na operação da estrada, sob a forma, por exemplo, de assistência técnica, e isso, em detrimento dos demais usuários;

— o transporte de 5 a 6 milhões de toneladas anuais de minério para o porto do Rio, se não eliminar, totalmente, diminuirá, de muito, o deficit crônico da Central, além do que, se constitui em uma etapa intermediária, imprescindível para que se observem os reflexos que a mudança de escala de operação e do tipo de carga acarretarão sobre a ferrovia.

3.4.8 — Além da Central do Brasil, outras três alternativas têm sido estudadas, com vistas a equacionar o problema do transporte ferroviário do minério do Quadrilátero Ferrífero.

— Rêde Mineira de Viação — porto de Angra dos Reis (concessão Mello Vianna), que tem contra si o traçado da ferrovia e o custo das obras;

— ferrovia especializada (projeto Kaiser), que demandaria o litoral do Estado do Espírito Santo, ao sul de Vitória. Seria a solução mais racional, mas exige da ordem de US\$ 300 milhões para sua concretização, estando, por isso, momentaneamente, fora de cogitações;

— conclusão do novo ramal ferroviário que liga Belo Horizonte a Itabira, obra a cargo do DNEF e de enorme alcance para a economia nacional. Esse ramal permitiria que grande parte do minério do Vale do Paraopeba, particularmente, da região de Belo Horizonte, fôsse movimentada pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, rumo ao porto de Vitória, podendo a Vitória a Minas e a Central do Brasil se completarem no escoamento do minério de todo o Quadrilátero Ferrífero.

3.5 — AS CONDIÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO

3.5.1 — A tendência observada no mercado internacional, é para a produção do minério de ferro exceder, largamente, o consumo. A defesa mais efetiva para essa situação consiste em associar capitais de consumidores ao capital das empresas de mineração. Além disso, levarão vantagem aqueles exportadores que dispuserem de minérios de vários tipos e de mais alto teor, a preço CIF, relativamente, mais baixos, e tiverem adquirido a confiança dos consumidores, quanto à regularidade dos fornecimentos.

3.5.2 — No que se relaciona à qualidade do minério, o Brasil se encontra em ótimas condições, mas quanto a preços, o mesmo não acontece, particularmente, por causa dos fretes marítimos.

3.5.3 — Como solução para isso, além da dragagem dos portos, a fim de permitir a operação de navios de grande tonelagem (a partir de 35.000 t) é indicada a organização de uma frota especializada, para transporte de minério de ferro e de carvão, o que acarretará a baixa dos fretes e, conseqüentemente, dos preços CIF do minério de ferro, permitindo a compra FOB de carvão necessário à siderurgia brasileira, e será fator importante para a regularidade dos fornecimentos.

3.5.4 — A organização de tal frota já foi discutida, no Ministério da Viação e Obras Públicas, mas os estudos se interromperam porque os grandes consumidores de coque, à exceção da Cia Siderúrgica Nacional, ainda se encontram em fase de instalação (USIMINAS, COSIPA, Ferro e Aço de Vitória, etc).

3.6 — PARTICIPAÇÃO MAJORITÁRIA DO CAPITAL DE ORIGEM ESTRANGEIRA — PROJETO DA MINERAÇÃO HANNACO LTDA.

3.6.1 — O exame da conveniência da participação majoritária do capital de origem estrangeira na comercialização do minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero, deve começar pela apreciação do que representam tais participações, no setor dos bens primários.

3.6.2 — A competição que se trava entre os países altamente industrializados, faz com que eles lancem mão de todos os recursos para diminuir os custos de produção. Entre esses recursos, figura, em plano destacado, o de forçar a baixa dos preços dos bens primários, importados, particularmente, de regiões de economia pouco desenvolvida, as quais, obrigadas a aceitar tal estado de coisas, arrastam outras áreas, capazes de opor, ainda, alguma resistência.

3.6.3 — Então, o investidor que aplica seu capital no setor da indústria extrativa terá, para obter um rendimento compensador, de procurar, mais do que qualquer outro empresário, reduzir, por sua vez, seus custos industriais, recaindo, a limitação das despesas, quase que totalmente, sobre a mão-de-obra, que apresenta, em conseqüência, as mais baixas condições de trabalho.

3.6.4 — Por outro lado, os benefícios para a economia nacional, provenientes de uma atividade extrativa, são de pequena monta, pois o efeito multiplicador de uma inversão, nesse setor, tem reflexos muito limitados e, uma vez que o negócio se torne desinteressante, ele será liquidado, sem deixar qualquer vestígio positivo, até pelo contrário.

3.6.5 — Esses aspectos negativos da indústria extrativa terão seus efeitos: ampliados, se o capital aplicado for de origem estrangeira e não houver previsão de reinversão de parte dos lucros em uma atividade permanente, de caráter reprodutivo, pois, nessas condições, nem o rendimento do investimento ficará no País; atenuados, se o empreendimento realizar-se em uma região pioneira, na expectativa de que ele possa atrair outras atividades econômicas que dinamizem a área; e ampliados ou atenuados, conforme a situação dos empresários nacionais, no setor, e a essencialidade da iniciativa, face os interesses nacionais.

3.6.6 — No caso em estudo, a região de aplicação do capital é das mais desenvolvidas do País; a participação dos empresários nacionais,

no setor, embora não totalmente satisfatória, em grande parte, por falhas da Administração Pública, já levou o minério de ferro à posição de 3º colocado na pauta das exportações brasileiras, precedido, somente, pelo café e pelo cacau; e a essencialidade do empreendimento, face os interesses nacionais, vincula-se à possibilidade dele vir a produzir um substancial e duradouro saldo de divisas, que se some às já produzidas. A esse respeito, convém observar que o incremento das exportações de minério de ferro deve ser encarado, não como um fim, mas como um meio de ampliar a capacidade de importar, do País. Assim, o aumento do quantum exportado não deve representar, de per si, um objetivo a atingir, nem constituir, tão pouco, o elemento indicador do valor de um empreendimento, face os interesses nacionais. O que vale, realmente, é o saldo de divisas que ficará no País, em consequência da concretização de tal empreendimento, vindo esse saldo, logicamente, somar-se ao montante de divisas que já era produzido, anteriormente, no setor.

3.6.7 — Vejamos o caso específico da Mineração Hannaco Ltda. Essa empresa foi organizada de acordo com a lei brasileira, na cidade de São Paulo, em 1957, juntamente com outras mais, depois que o grupo HANNA-LEO-MODEL, após operações de bolsa, em Londres, assumiu o controle da Saint John d'El Rey Mining Co Ltda. Leo Model é um capitalista internacional e a The Hanna Mining Company, de Cleveland, Ohio, Estados Unidos é uma das mais poderosas organizações mundiais, no setor de comercialização de minério de ferro, operando, particularmente, nos Estados Unidos e na Europa.

3.6.8 — O projeto apresentado contempla a exportação inicial de 2 a 3 milhões de toneladas anuais de minério de ferro, provenientes da jazida de Águas Claras, na Serra do Curral, em Belo Horizonte, quantidade essa que deverá ser, em seguida, elevada ao dobro. Prevê o escoamento do minério pela Linha do Centro da Central do Brasil, ramal Japeri-Itaguaí, ramal de Mangaratiba, até um embarcadouro, exclusivo, na ilha de Guaibinha, região de Mangaratiba. Não cogita da reinversão de parte dos lucros e o investimento previsto está orçado em US\$ 40 milhões. A participação do capital nacional no empreendimento é muito pequena. Para desvincular o problema do ouro, da mineração do ferro, foi organizada uma nova empresa, a Cia de Mineração Morro Velho, que assumiu os compromissos trabalhistas da Saint John d'El Rey em troca de parte de seu patrimônio, e cujo controle foi entregue a um grupo brasileiro.

3.6.9 — Focalizemos dois aspectos importantes relativos ao projeto: o da receita em dólares e os reflexos sobre os empresários nacionais, especialmente, a Cia Vale do Rio Doce.

3.6.10 — Admitamos que 70% da receita auferida pela Mineração Hannaco fiquem retidos no País, o que, à primeira vista, aparece como grande vantagem para o Brasil. Examinado o assunto detidamente, duas hipóteses podem ser formuladas:

1ª hipótese — a Mineração Hannaco exportará 2 a 3 milhões de toneladas anuais — o incremento da receita cambial, em números absolutos, será pequeno e perfeitamente ao alcance dos mineradores do Pa-

raopeba, desde que resolvidos os problemas do binário Central do Brasil — pórto do Rio, e com a vantagem de que a receita líquida de divisas ficará 100% retida no País;

2ª hipótese — a Mineração Hannaco exportará 6 milhões ou mais de toneladas anuais — os 70%, de divisas provenientes dessas exportações, representarão, em números absolutos, um incremento substancial da receita cambial do País, desde que tais exportações venham somar-se às feitas pelos empresários nacionais e não, em substituição a elas.

3.6.11 — Sobre os reflexos que o projeto possa vir a ter sobre os empresários nacionais, teme-se que a projeção internacional da Hanna, servida pela excelência das jazidas de Águas Claras, pela operação de um embarcadouro exclusivo e por uma frota especializada, de sua propriedade, implique em condições tais de concorrência, que a Cia Vale do Rio Doce tenha seu funcionamento afetado e os mineradores do Vale do Paraopeba não subsistam. A Mineração Hannaco declara que os consumidores tradicionais da Vale do Rio Doce prometeram que as compras, nessa empresa, não seriam afetadas; tôdas as garantias apresentadas, no entanto, tornam-se aleatórias, diante de um único argumento — possibilidade da Hanna baixar mais de US\$ 1,00 o preço CIF da tonelada de minério — fator de extraordinária importância, num mercado de competição tão intensa.

3.6.12 — As principais restrições apresentadas ao projeto da Mineração Hannaco podem ser assim resumidas:

— A construção do embarcadouro de Guaibinha contribuirá para a subutilização do Parque de Minério e Carvão do pórto do Rio de Janeiro, onde o Poder Público vem aplicando alentados recursos. Por outro lado, a exploração de um embarcadouro, com as características do projetado, conferirá à Mineração Hannaco condições excepcionais, em relação ao empresário nacional, exceção feita da Cia Vale do Rio Doce.

— O transporte de quantidades maciças de minério de ferro pela Estrada de Ferro Central do Brasil é motivo de grande preocupação pela importância que a ferrovia apresenta, dos pontos de vista econômico, político, social e militar. O projeto da Mineração Hannaco levará a Central a um esforço a que ela, historicamente, não tem podido suportar, sendo de prever-se, portanto, uma interferência qualquer do Grupo Hanna, na operação da estrada, e a subversão dos interesses dos demais usuários.

— As condições de competição que o projeto da Mineração Hannaco acarretará, implicará na eliminação dos pequenos mineradores e em restrições ao funcionamento da Cia Vale do Rio Doce, já que a participação do Brasil, no mercado internacional, não é tão elástica assim.

— Processando-se a negociação das divisas provenientes das exportações de minério de ferro, e a movimentação de capitais e seus rendimentos pelo mesmo mercado de câmbio, o mercado de taxa livre, o Grupo Hanna fará retornar para o exterior a totalidade dos lucros que auferir.

— Referindo-se o projeto a uma indústria extrativa e não estando previsto o reinvestimento de parte dos lucros, em uma atividade de ca-

ráter duradouro e reprodutivo, seu efeito multiplicador sobre a economia nacional será de muito pequena monta.

— A participação do capital de origem brasileira, no empreendimento, é irrelevante.

— O projeto não contempla assistência social ao pessoal da empresa e a solução dada ao problema da mineração de ouro, deverá agravar, ainda mais, a situação social dos mineradores de Nova Lima.

— O Grupo Hanna — Leo Model aproveita uma infra-estrutura quase toda já existente, o que reduz, de muito, seu investimento e o prazo de execução do projeto, assegurando-lhe dessa forma, alta rentabilidade, com menor risco. No entanto, não cogita de compensações por isso, até pelo contrário, joga sobre o Poder Público, os ônus de situações pretéritas.

3.6.13 — Os argumentos em prol da pretensão da Mineração Hannaco apóiam-se no seguinte — o País atravessa uma situação cambial, particularmente, difícil; o incremento das exportações de minério de ferro é apontado como das melhores fontes para auxiliar a redução do deficit do balanço de pagamentos; os empresários nacionais apresentam ritmo, excessivamente lento, em suas expansões, contrastando com iniciativas semelhantes, que se concretizam em outras partes do Mundo, de modo que, o Brasil, embora disponha de excelente minério, em proporções fabulosas, poderá vir a ser alijado, em definitivo, do mercado internacional. A Hanna, por sua projeção internacional, tornará o minério brasileiro mais conhecido, no Exterior, e com sua experiência, no setor, dará outra dimensão à mineração do ferro, no País, com o que se beneficiarão os empresários nacionais. Somente, assim, o Brasil obterá de suas riquezas minerais, tudo aquilo que elas podem proporcionar.

3.7 — AÇÃO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

3.7.1 — Falhas da Administração Pública, entre as quais se sobressaem a falta de coordenação com que atuam seus diversos órgãos e a ausência de planejamento a longo prazo, é que constituem a principal causa do lento progresso que apresentam os mineradores nacionais.

3.7.2 — Visando corrigir essas falhas, o Grupo de Exportação de Minério de Ferro discutiu e aprovou, em 11 de abril de 1960, uma "Política Nacional para o Minério de Ferro" que, no entanto, não chegou a ser submetida à consideração do Exmo. Sr. Presidente da República, vítima da mesma falta de coordenação, já apontada.

3.7.3 — Com a recente criação do Ministério de Minas e Energia é possível que ele, devidamente estruturado e equipado para absorver as atribuições dos diferentes órgãos que vinham tratando do assunto, e sendo capaz de encarregar-se do estudo das reservas minerais, planejar seu aproveitamento e controlar sua exportação, venha a sanar todas as deficiências apontadas no decorrer do presente estudo e contribua para conduzir o Brasil ao lugar que lhe cabe entre os exportadores mundiais do minério de ferro.

"A DEFESA NACIONAL"

CORPO DE REDADORES PARA 1961

REDATOR-CHEFE — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas

COORDENADORES :

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas ...	Assuntos Militares
Cel-Av Délio Jardim de Matos	Aeronáutica
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu ..	Exército
Cmt J. A. Carneiro de Mendonça ...	Marinha
Ten-Cel Carlos de Meira Mattos ...	Guerra Revolucionária
Ten-Cel Waldyr da Costa Godolphim	Geografia
Ten-Cel J. R. Miranda Carvalho ...	História
Ten-Cel Celso dos Santos Meyer ...	Caso de Espionagem
Ten-Cel Octavio Tosta	Geopolítica
Ten-Cel Mário de Assis Nogueira ..	Psicologia e Liderança
Ten-Cel Ézio de Melo Alvim	Ciência e Técnica
Ten-Cel Danilo da Cunha e Mello ..	Candidatos à EsAO
Maj Adyr Fiuza de Castro	Engenhos-Foguetes e Satélites
Maj Amerino Raposo Filho	Doutrina Militar Brasileira
Maj Leopoldo Freire	Assuntos Diversos
Maj Germano Seidl Vidal	Candidatos à ECEME
Maj Confúcio Pamplona	Guerra Atômica
Maj Dario Ribeiro Machado	Nossas Guarnições Militares
Cap-Ten Ayrton Brandão de Freitas	Ed. Física e Desportos
Cap Diógenes Vieira Silva	Guerra Química



Ano III — N. 3
(Abr — 61)

Coordenador: Maj AMERINO RAPOSO FILHO

SUMÁRIO

I — BASES FILOSÓFICAS

DIA DO AVIADOR

Maj Amerino Raposo Filho.

II — GUERRA REVOLUCIONARIA

OPERAÇÕES ESPECIAIS

Ten Thaumaturgo Sotero Vaz.

III — ORGANIZAÇÃO

COMO DEVERIAM SER NOSSAS GRANDES UNIDADES ?

Maj Alexandre M. Amêndola.



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOUTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

DIA DO AVIADOR

(Palestra proferida na ECEME, a 21-X-1960)

Major AMERINO RAPOSO FILHO

SUMÁRIO

- 1 — INTRODUÇÃO
- 2 — JÚBILLO NACIONAL
- 3 — FÔRÇAS ARMADAS E FAB
- 4 — CONCLUSÃO FINAL

1 — As comemorações que em todo o território nacional nesta semana se promovem, de exaltação dos feitos e da trajetória luminosa de lutas, de sacrifícios e de glórias da FAB, extravasam, Sr., os limites da própria Instituição que, com tanta ufania exhibe a figura de ALBERTO SANTOS DUMONT, seu ínclito Patrono e Oficial-General mais antigo, cujo natalício a 19 transcorreu. Transbordam — distintos representantes da Aeronáutica — transbordam a intimidade de vossa Arma, tão nova e plena de magníficos exemplos, de bravura, de estoicismo, sobretudo de desprendimento e contribuição decisiva à consecução de autênticos objetivos nacionais, naquilo que eles representam de mais expressivo em face da Conjuntura Brasileira e da Estratégia de Segurança Nacional.

2 — Na verdade, o Dia do Aviador, não sugere a lembrança de fastos auspiciosos e de transcendental importância, apenas aos camaradas da Força Aérea, no alinhamento das efemérides de elevado sentido cívico-militar. Pois, antes de assim o ser, configura-se em dia de júbilo nacional e acontecimento de relêvo destacado aos anais das Forças, Terrestre e Naval.

E vejamos por que:

O que temos realizado e desenvolvido no setor da atividade aeronáutica, relativamente ao advento e ao domínio da navegação aérea, são páginas de glorificação para a Nação. O Brasil foi pioneiro nesse campo, sabemos-lo todos e o mundo inteiro reconhece e consagra, sem sombra de dúvida. E essa contribuição, remonta ao período colonial, vale dizer, aos primórdios quase da Formação Brasileira. Porventura, não se enumeram, em sucessivas demonstrações de esplendente fulgor:

- Bartolomeu de Gusmão, o "inventor do aerostato de ar quente";
- Augusto de Severo, apresentando o dirigível semidirigido;

— e Santos Dumont, finalmente, solucionando em definitivo, os intrincados problemas do dirigível e do avião?

Bartolomeu de Gusmão, admirável figura de padre, teve oportunidade de expor suas idéias ao Rei D. João V, de Portugal, em 1709, declarando a certa altura da carta:

“Inventei uma máquina por meio da qual se pode viajar no ar muito mais rapidamente que em terra ou no mar. Poder-se-á também percorrer mais de 200 léguas por dia, transportando mensagens para os Exércitos e regiões as mais afastadas. Libertar-se-ão das praças sitiadas as pessoas desejadas, sem que o inimigo possa impedi-lo. Graças a esta máquina, descobrir-se-ão as regiões mais próximas do pólo.”

E foi assim que, no período de “3 a 8 de agosto de 1709, realizou dentro da praça de Lisboa experiência com pequeno globo de papel dentro do qual havia um foco ígneo. Na primeira vez — assinala Taunay — teve fragoroso fiasco, incendiou-se o balão; na segunda, alcançou notável triunfo. Elevou-se aos ares o aparelho, à altura de uns 4 metros”. Desta forma, construiu-se o primeiro balão esférico e livre de que temos notícia, para operar como “aquêlê tapête mágico de Goethe, o precioso manto de Mefistófeles”. E se desfazia a “utopia de voo do homem à maneira das aves”.

Quase dois séculos depois, seria Augusto de Severo que intentava o dirigível semi-rígido, apresentando outro aparelho em 1893, denominado “Bartolomeu de Gusmão”, logo seguido de um modelo aperfeiçoado, forma alongada e rígida, isto é, com armação resistente e capaz de alcançar grande velocidade, experimentado em Paris, no ano de 1901. Infelizmente, um ano após quando voava no “Pax” em magnífica demonstração de confiança e perícia a 44 m por sobre Paris, “desaparece trágicamente, consequência de violenta explosão, quem se destacara pelo ardor com que pugnou pela navegação aérea por meio de dirigíveis”.

A luta pelo domínio do ar, faz no Brasil seu primeiro mártir, que teve “terrível morte, emocionando profundamente a população parisiense e o povo brasileiro”. Era a “primeira vítima da Aeronáutica do Brasil, caminhando na frente dessa procissão de bravos sacrificados, erguendo o estandarte da FAé”. Morria desta forma, aquêlê que “acreditava que o balão dirigível aperfeiçoado sob forma de um navio aéreo, seria um instrumento para cortar a guerra entre as nações, tal seu poder de destruição”. “Um pacífico inimigo da guerra”, como êle mesmo diria, invocando o belo verso de Rostand.

Finalmente, enfeixando a trindade de heróis-símbolos, isola-se a figura inconfundível de Alberto Santos Dumont solucionando de maneira definitiva e prática o problema do dirigível e do avião. Das inúmeras proezas e lutas dêsse patriota extraordinário, que tantos louros colheu para o Brasil e a humanidade, tendes perfeito conhecimento. Os acidentados e os fracassos, ao contrário de arrefecer o entusiasmo, fascinam-lhe o perigo.

Dos sonhos que acalentava, é ele próprio quem nos dá conta. Leia-mo-lo:

"As primeiras lições que recebi de aeronáutica, foram-me dadas pelo nosso grande visionário: Júlio Verne. De 1888 a 1891, quando parti pela primeira vez para a Europa, li com grande interesse todos os livros desse grande vidente da locomoção aérea e submarina. Algumas vezes, no verdor dos meus anos, acreditei na possibilidade de realização do que contava o fértil e genial romancista; todavia, momentos após, despertava-se em mim um espírito prático a ver o pêso absurdo do motor a vapor, o mais poderoso e leve que eu tinha visto."

Destarte, procura resolver os problemas da aerodinâmica a enfrentar com seus balões, por métodos empíricos sem o apoio da técnica moderna, que hoje "reproduz em laboratório terrestre tôdas as condições que se encontram no ar". Donde a sucessão impressionante de modelos que surgem logo depois do "Brasil", em 1898, e "Música", e batizados em 1899 por "Santos Dumont" ns. 1, 2 e 3. Prosseguindo a série em 1903, a culminar no famoso 14-Bis em 1906, primeiro aparelho mais pesado que o ar. É, então, com o 14-Bis que Santos Dumont se liberta, de certa forma, do balão, convencido que estava "de ter o motor de explosão atingido um ponto satisfatório na relação entre o pêso e a força desenvolvida", resultado, sem dúvida, de 3 longos anos de pesquisas e esforços incessantes, e é ele mesmo quem assinala:

"Abandonei meus balões e meu hangar no parque do aeroclube. Em completo silêncio, trabalhei 3 anos até que em fins de julho, após uma assembléia do aeroclube convidei meus amigos a assistirem minhas experiências no dia seguinte. Foi um espanto geral. Todo mundo queria saber como era o aparelho."

O trabalho de Santos Dumont se completa em 1907 com o aparelho mais pesado que o ar, e sem cauda, chamado "Demoiselle".

Uma vez mais, "o Brasil inscrevia seu nome na história da conquista do ar; primeiramente com o balão de Bartolomeu de Gusmão em 1709; depois em 1901 com o dirigível n. 6 de Santos Dumont, logo seguido em 1903 pelo de Augusto Severo. Para culminar em 1906 com o 14-Bis, ficando solucionado o problema do mais pesado que o ar".

3 — E a gratidão do Exército à Força que caracterizou a terceira dimensão na Arte da Guerra, até onde recua no tempo? Mergulhemos no passado e vamos encontrar aqueles dois balões empregados na Guerra do Paraguai, em reconhecimento do Chaco e das fortificações de Humaitá no TO. Assinala, a propósito, um estudioso: "dois anos após a vitória de Riachuelo, precisamente em 1867, destacam-se a sabedoria e a clarividência de Caxias quando, desejoso de arrancar suas forças dos paludes insalubres de Tuiuti e, por fazê-lo em segurança e informado, fez subir pela primeira vez nos céus sul-americanos no dia 24 de junho de 1867, um balão de observação para reconhecer a posição paraguaia do Sauce e ao do N do Estero Rojas".

Em seguida às vitoriosas e consagradoras experiências de Santos Dumont, por iniciativa do Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, envia-se em 1908 à França, um Tenente de Cavalaria a instruir-se no manejo do aerostato do tipo usado pelo Exército e trazer alguns para nossas Forças Terrestres, criando-se em 1913 um Parque de Aerostatos e, pouco depois, a Escola Brasileira de Aviação visando a instruir civis e oficiais do Exército e da Marinha.

O conflito de 14/18, fêz largo emprêgo do avião, configurando a "guerra espacial" em contraposição à "de superfície" e possibilitando que os aviões penetrassem profundamente no território adversário, qual prolongamento da Artilharia. Como é natural, necessariamente provocou reflexos em nosso País, que se decide afinal pela criação de sua Aviação oficial em 1919 no Campo dos Afonsos, com o Curso de Aviação evoluindo no mesmo ano para Escola de Aviação Militar.

Mas aí não se detêm as glórias iniciais da FAB. Bastaria, no entanto, citássemos dois acontecimentos de extraordinário relêvo à Arma de Santos Dumont, antes e depois da criação do Ministério da Aeronáutica, a 20-I-941, ocasião em que a Escola de Aviação Militar transformou-se em Escola de Aeronáutica dos Afonsos. Queremos referir-nos à instituição do CAN, em 1931, sonho do então Tenente-Coronel Eduardo Gomes, que o apoio do Ministro da Guerra, General Leite de Castro, fêz realidade, se constituindo numa das "Demonstrações mais eloqüentes — já se disse — da capacidade de planejamento e realização da presente geração". E lembrar, por outro lado, que já nesta Casa e aqui na Praia Vermelha nascia a EEM Aer, embrião do que hoje é a ECEM Aer e deslocada para o Galeão.

A FAB, nascida no seio do Exército e da Marinha, cresceu e hoje se alinha com as irmãs mais velhas que lhes deram asas; tão grandes, que ela pôde voar de seu ninho e pairar sobranceira, com altaneria e determinação, no propósito levantado de cooperar decisivamente no soerguimento e na defesa de nossa Pátria. Conquistando os céus do Brasil para ampliar a rede de transportes; cooperando no desenvolvimento nacional e reforçando os laços de união entre os brasileiros, parte que é do Poder Militar e do Poder Nacional.

E assim tem sido na Paz e na Guerra, sendo nesta última extraordinária e heróica a contribuição que prestou à defesa do Brasil e à causa do mundo livre. Os intermináveis e exaustivos vôos de patrulha e de escolta ao longo do imenso litoral e pelo Atlântico Sul, ombrearam-se com as páginas de bravura e estoicismo vividas na Itália pelo 1º Grupo de Caça e pela Esquadrilha de Ligação e Observação. E calma fixar, por oportuno, o que se contém em uma citação de alto Chefe Militar norte-americano:

"Num mínimo de tempo, se tornaram parte vital da guerra contra os alemães na Itália e a eficiência do seu trabalho magnífico e constante

atingiu ao auge a 22 de abril de 1945. Embora mais da décima parte do material aéreo se tivesse perdido ou danificado no correr do dia, os destemidos pilotos — alguns dos quais chegaram a voar três missões — constantemente voltaram a martelar o inimigo que se destroçava...”

Portanto, é com justo orgulho de soldados e de brasileiros, que contemplamos o extraordinário desenvolvimento da FAB. Tanto mais, quanto maior deve ser a unidade de vistas e de propósitos das Forças Armadas, que se irmanam e se interpenetram pelo sentido histórico de sua evolução, emoldurando exuberante lição de perfeita consonância e vibração, que fazem “a glória de um Povo e a soberania de uma Nação”.

4. Conclusão final:

Senhores: Quando vive o Mundo a extraordinária influência da Ciência e da Técnica a serviço da Paz e da Guerra, numa deformação, melhor diríamos desfiguração do simbolismo daquela Pomba, que adverte ser o vôo limitado pelas possibilidades de suas asas. Quando as gerações do pós-guerra assistem estarecidas, terrificadas, ao espantoso duelo que travam as superpotências visando sobretudo ao controle do Espaço, já não apenas de nosso Planeta, mas ousando e invadindo a outras áreas do Universo, definindo os contornos e o acabamento de uma Astronáutica praticamente vencida — não há como fugir à admiração cada vez maior por esse Homem extraordinário que foi Santos Dumont! Autêntico gênio! Não que ele desejasse o campo competitivo e o aproveitamento do avião — e agora dos mísseis — como arma de guerra, que pensava exatamente de maneira oposta e seu espírito profundamente humano e universalista a isso se opunha. A ponto de entender deversem os povos da América formar uma grande Comunidade Continental, insistindo mesmo na Conferência que fez em Washington, durante o Congresso Científico de dezembro de 1915, pelo melhor “entendimento e aproximação entre as nações americanas, sempre prêsas a tantos ideais em comum”. Promovendo máximo intercâmbio no setor técnico-científico, a fim de estimular o progresso e o bem-estar dos povos.

Glorifiquemos, portanto, a Bartolomeu de Gusmão, a Augusto Severo e a Alberto Santos Dumont, e a tantos outros heróis que “pela sua fé, pela sua coragem e pelo seu entusiasmo e dedicação sem limites à causa da Aeronáutica, desbravaram um caminho incerto e cheio de perigos e projetaram por inteiro o Brasil entre os países predestinados às realizações do espaço”.

Eis o sentido da homenagem que a ECEME pretendeu significar aos homens de Santos Dumont, que também foram nossos, do Exército de Caxias e da Marinha de Tamandaré até a sua completa emancipação, com as Asas que o Brasil lhes deu e as Forças Armadas coirmãs prepararam, para o vôo ascensional e vitorioso de sua predestinação histórica.

Segui, pois, valerosos Soldado do Ar, para a frente e para o alto, lembrados sempre da magistral advertência que se contém de Goethe focalizada no vôo de Euphorion por sobre o mar Egeu e recolhida no 2º Fausto, isto é, o sábio conselho Dédalo a seu filho Ícaro, ao dar-lhe as asas feitas de penas de aves, que seriam prêsas com cêra aos braços e recurvados levemente para que imitassem as das aves.

"Ícaro, não esqueças de te manteres a meia altura para que as águas do mar não molhem as penas de tuas asas, nem o calor do sol derreta a cêra que as prende ao teu corpo."

Alegoria de fundo extraordinariamente moral, judiciosa "advertência no sentido de que o homem que sobe não se abaixe em contato com as fraquezas terrenas, nem se deixe deslumbrar pelos triunfos das alturas."

Eis, finalmente, Sr., o simbolismo da vida de Santos Dumont e a glória máxima dos Soldados do Ar, que, hoje, preocupados com os problemas da Defesa Nacional, se lançam ao espaço infinito, cada vez se aproximando mais do Cruzeiro do Sul para, ao invés de se derreterem, inflamarem-se do idealismo cristão e escaldante e verdadeiramente condicente com as Aspirações Nacionais.

DOUTRINA PARA TO SUL-AMERICANO

"Trata-se essencialmente de:

- respeitar a Doutrina, a parte permanente (ou menos variável) da experiência da Guerra;
- utilizar os Processos, tanto na Organização, como na Tática, como na Estratégia, escolhendo e adaptando os mais adequados às circunstâncias particulares ao meio e às modalidades da Guerra em cada Teatro de Operações, encarando quer o caso de se dispor de aparelhamento completo, quer também o de possuírem recursos deficientes e muito aquém das necessidades. É preciso, repito, encarar a Guerra do rico, dos meios poderosos, mas não abandonar a eventualidade da Guerra com recursos reduzidos.

Não se trata de copiar servilmente nenhum regulamento, nenhuma organização, mas de adaptar com inteligência.

Não se trata de aceitar cegamente opiniões alheias, mas de analisá-las, compreendê-las para aplicá-las com critério pessoal.

Adaptação inteligente, flexibilidade de espírito na aplicação dos processos de guerra. Eis a pedra de toque de nossos estudos, das nossas concepções e das nossas realizações. Como vimos, a diversidade dos TO eventuais e a situação ocasional dos meios de guerra, impõem soluções várias para cada caso, as quais, por sua vez, terão que se modificar à medida dos progressos do país e do aumento de possibilidades das organizações armadas."

Ten-Cel T. A. ARARIPE

(Trecho dum trabalho sobre Doutrina na América do Sul)

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

OPERAÇÕES ESPECIAIS

Ten THAUMATURGO SOTERO VAZ

NOTA DO REDATOR

Lamentando o pequeno atraso na publicação do interessante trabalho do Ten Sotero Vaz — decorrência de destinação errada aqui na redação de "A Defesa Nacional", razão pela qual nos penitenciamos junto ao distinto camarada — apresentamos aos leitores de Doutrina Militar Brasileira, verdadeira síntese do que seja o Curso de Operações Especiais desenvolvido no Nú D Aét. E quem o faz é um entusiasta do pára-quedismo no Brasil, excelentemente credenciado para tecer considerações, não apenas sobre o que representa o Curso, mas ressaltando por outro lado a necessidade de sua oficialização tendo em vista as necessidades da Guerra Moderna.

Aguardamos, do Ten Sotero Vaz, e de outros camaradas pára-quedistas, outros artigos ligados às guerrilhas e às operações especiais.

Maj A. Raposo Filho

Nossa história começa há alguns anos atrás, quando a Diretoria de Rotas da FAB-e o nosso Nú D Aét realizaram entendimentos para que fôsse criado na Divisão um Curso com o nome de Busca e Salvamento, que ficaria em condições de trabalhar em conjunto com o SAR, também da FAB.

Nesta ocasião tinha sido planejado e montado um curso com somente aquelas características, tendo isto, sido uma consequência do acidente havido com o avião comercial Presidente. O tempo foi passando e nada foi realizado, até que a volta do Maj Gilberto de Azevedo dos Estados Unidos, onde tinha ido realizar cursos de atualização, deu novo impulso e finalidade ao curso.

Em 1957, foi montado e realizado o 1º Curso de Operações Especiais.

Trouxe o Maj Gilberto, novas idéias empregadas pelo U S Army, no qual, já havia tropas especialmente treinadas e organizadas para emprêgo em uma modalidade de guerra que teve espantoso incremento durante a II Grande Guerra.

Desde lá o curso já formou uma turma e no momento prepara mais outra, no entanto em muito pouco tem sido analisadas e estudadas as possibilidades e limitações da tropa treinada para a realização de Operações Especiais, no âmbito do Exército Brasileiro. Outrossim outros já as possuem em grandes efetivos operacionais. É dentro do conceito da guerra moderna um dos processos mais econômicos de combate.

A principal finalidade é que norteia grande parte de nossas atividades, ao contrário do que pensam muitos, é a da formação e instrução de unidades de guerrilheiros, visando à salvaguarda de nossa imensa extensão territorial.

Não queremos dizer com isto que dependa de nós a eficiência do Exército, mas somente, acrescentamos que um homem da tropa de Operações Especiais está capacitado a sozinho preparar cerca de 200 guerrilheiros. Todos os estudiosos de temas da guerra irregular conhecem a necessidade de segurança nas instalações vitais de suprimentos e comunicações da retaguarda quando há ação de guerrilheiros. Sabemos portanto que para cada guerrilheiro agindo, teremos dez elementos mobilizados. Em Cuba o Primeiro Ministro Fidel Castro, com uma força auxiliada no máximo em 6.200 homes e certo apoio do povo cubano conseguiu derrotar as tropas de Batista.

Na 2ª Grande Guerra o exército alemão empregou 300.000 soldados em áreas da retaguarda combatendo guerrilheiros. Este número equivale a 15 divisões alemães, e naquela época todo soldado fazia falta na frente. No conflito coreano as Nações Unidas tiveram que empregar 4 de suas 10 divisões contra guerrilheiros. Na Grécia, para vencer 30.000 guerrilheiros, foram empregados 200.000 homens do exército local.

É verdade, que o Brasil caracteriza-se por ser um país pacifista. Podemos assegurar que em caso de guerra, nos moldes da atual, seremos respeitados em nossos princípios?

A lógica nos diz sempre que todo risco deve ser calculado e que é bem melhor prevenir que remediar.

E no caso de emprêgo de engenhos nucleares? Pois bem, passaremos a transcrever um trecho do número de fevereiro de 1960 da MILITARY REVIEW.

"As operações de guerra irregular e de guerra eletrônica são combinadas e coordenadas com as ações ofensivas contra o poder de fogo, a fim de neutralizar as defesas aéreas inimigas, a artilharia de campanha, mísseis dirigidos e a força aérea, antes da execução da operação. Há para isto uma larga variedade de meios e técnicas, dos mais simples aos ultra-complexos. Alguns exemplos. corte de cabo de energia e de comunicações, sabotagem de usinas geradoras ou ataque às mesmas, danificação de an-

tenas, destruição de combustíveis, contaminação radiológica residual de posições de lançamento, interferência eletrônica com o radar e outros instrumentos de alerta do inimigo.

Turmas das forças especiais e guerrilheiros, participarão, dêsse modo, da operação de sistemas de mísseis altamente complexos e de aparelhos para ações eletrônicas. (Pág. 39, Assalto Aeroterrestre na Batalha Nuclear — Quando e Como).

Já há hoje em dia a idéia que pequenos grupos de homens resolutos, ardilosos, bem instruídos, possuidores de moral elevado e armados de tremendo poder de destruição podem ser a chave do sucesso no campo de batalha do futuro.

Falaremos de futuro, porque na última guerra temos inúmeros exemplos de tropas que foram treinadas para a realização de tais operações e que obtiveram êxito absoluto, como a operação do Gran Sasso e com êxito parcial a operação Greif (Fôrça-tarefa especial "alemã" que infiltrou-se atrás das linhas aliadas para tentar matar os chefes do I Exército Americano, sem falar no próprio exército brasileiro que no TO da Itália, inspirado no golpe de mão deferido por um pelotão de choque do 29/1045º alemão, contra a 7ª Cia do 3º/6º RI.

Deu-se o fato no 1º/11º RI o qual organizou idêntica unidade, cujo comando atribuiu ao 2º Sgt Max Wolff Filho. (Extraído do livro "O Brasil na II G G do Ten-Cel Manoel Thomaz Castello Branco).

Os elementos de Operações Especiais são selecionados dentre pára-quedistas experimentados, e submetidos a rigorosos exames físico, intelectual e psicotécnico. Suas atividades são as mais diferentes, pois um homem além de ter sua função por especialidade dentro da equipe, está em perfeitas condições de desempenhar a função de qualquer dos outros. A tropa é formada por equipes comandadas por Capitão.

O homem de Operações Especiais está em condições de trabalhar em baixo d'água, em qualquer tipo de terreno (montanha, selva, pântano, deserto), utilizar qualquer tipo de veículo sobre trilho, roda, lagarta ou água, exceto avião.

Tem as especialidades de emprêgo e adestramento de cães de guerra, guia de montanha pesada, mergulhador até a profundidade de 20 metros básico de sabotagem e outras.

Os elementos de Operações Especiais devem conhecer-se mutuamente, sem reservas, não só as suas virtudes bem como os seus defeitos. Isto lhes traz um ambiente de inteira confiança, respeito e consideração uns pelos outros. Um sabe perfeitamente o que pode esperar do outro, e o entendimento é tão grande que o fazem às vezes só pelo olhar. Alguns que não os conhecem bem, comentam desabonadoramente seu modo de vida. Vivem como companheiros leais, irmanados na luta por um só ideal com tôdas as forças.

Jamais houve sequer uma desconsideração ou mínimo sinal de desrespeito de um subordinado por um superior.

O Curso atualmente ministrado consta de três fases distintas, sendo a 1ª de Seleção e avaliação de conhecimentos básicos militares; a 2ª fase abrange instrução especializada e em diversos tipos de terrenos; a 3ª fase consta de um período de aplicação e na qual são realizados grande parte de exercícios práticos.

Atualmente luta o curso para que seja devidamente reconhecido pelo EME, e perfeitamente regularizada sua situação. A propósito, o Centro de Instrução Especializada Aeroterrestre apresentou o currículo dêste curso ao Comando do Nu D Aét.

Achamos que é nossa obrigação lançarmos esta nova idéia no seio do Exército e temos certeza que justificará porque, a tropa de Operações Especiais é uma arma de grandes possibilidades e relativamente barata, adaptável às guerras clássica e nuclear. Seu emprêgo simultâneo no início de operações deve ser planejado desde já.

A "novidade" à intolerância do curso consiste no seu esforço para ter os seus homens prontos para emprêgo em:

Qualquer coisa !

Qualquer lugar !

Qualquer hora !

Qualquer maneira !

Os conceitos emitidos nos artigos assinados em a SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR, são da exclusiva responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, orientação da Diretoria da Revista.

Os originais publicados poderão ser transcritos, salvo quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e o autor.

A correspondência para SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR deverá ser endereçada a :

Maj Amerino Raposo Filho

"A Defesa Nacional"

Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — Brasil.

III — ORGANIZAÇÃO

COMO DEVERIAM SER NOSSAS GRANDES UNIDADES

Major ALEXANDRE M. AMÊNDOLA

NOTA DO REDATOR

Temos a grata satisfação de submeter à meditação dos camaradas, mais um excelente trabalho da lavra do Major Alexandre Amêndola relativamente à Organização de nossas Forças Terrestres. Análogamente ao procedimento que tivemos quanto ao tema anterior, nada diremos sobre o desenvolvimento do presente estudo, dada a maneira essencialmente sintética e objetiva com que o assunto é tratado.

Que nossos leitores meditem sobre as idéias aí contidas e recolham os ensinamentos apontados, são os votos que formulamos. São idéias sérias, altamente interessantes do ponto de vista das Forças Terrestres e sua adequação aos fins operacionais e a sugerir profunda meditação de todos os profissionais.

E, agora, para completar transcrevemos a carta que o Major Amêndola nos enviou, de Santa Maria, e datada de 10 de fevereiro do corrente ano:

“Prezado Raposo:

Saúde.

Encorajado pela publicação do artigo que perpetrei, e que veio precedido de um esplêndido comentário sob tua chancela; encorajado pelas diversas referências que tenho recebido por trabalho tão modesto e desataviado; encorajado, finalmente, pelas congratulações, pedidos de esclarecimentos, discussões e polêmicas em torno de uma simples exposição de pensamentos, feita sem grandes pretensões, decidi-me a enviar-te um outro subsídio.

Atenção:

O movimento causado pelo escrito anterior não se deve, decididamente, à beleza da literatura empregada: nota bem que a “idéia” é que foi bem recebida, parecendo traduzir um anseio. Isso é importante: indica que há muita gente pensando no assunto.

Agora, o que envio é a resultante de um somatório de pensamentos de muitos companheiros: tem mais de compi-

lação que de originalidade. Portanto, constitui um sintoma mais sério que o anterior.

Talvez não o aprove para publicação, mas sempre servirá para as tuas elucubrações pessoais. Em última análise, tens bastante acuidade para perceber o valor do "sintoma"...

Tudo o que diga para agradecer às referências elogiosas que fizeste, em teu introito publicado, será pouco. Continuo, assim, unicamente, acompanhando a evolução do "sonho" que, aos poucos, vai ganhando corpo, sob a batuta do teu ideal, que, por seu brilho, constitui motivo de admiração do

Alexandre."

Muito grato, Amêndola, e continuamos aguardando outros trabalhos teus relativamente ao Problema Militar Brasileiro.

Maj. A. Raposo Filho

É esta uma pergunta ouvida atualmente em todo o nosso Exército, corporificando um anseio iniludível.

Sim: como deveríamos fazer evoluir a nossa organização, no sentido de torná-la mais eficiente? Por que caminhos devemos conduzi-la, em seu progresso?

Diligentemente os Estados-Maiores rebuscam, pelos escaninhos do cérebro e das bibliotecas, a solução. Angustiadamente a Tropa cogita nas formas e composições que lhe poderiam proporcionar maior alívio, maior número de recursos, maior conforto, mobilidade e proficiência. Através todos os postos e graduações, a renitente interrogação se repete, em tortura incessante, esbarrando nas restrições mais diversas, das quais a mais insistente e taxativa é a de falta de varbas capazes de cobrir as necessidades que todos percebem.

Do trabalho dos Estados-Maiores, dos anseios da Tropa, da conversa informal entre camaradas, do debate apaixonado nas salas de aula, dos apartes nas conferências, das discussões (às vezes, acres) entre argumentadores, das elucubrações dos pensadoras ... havia de brotar uma resposta.

Nós já a temos: resta colocá-la em execução.

Nos pontos principais desta resposta, estão acordes, pelo menos, sessenta ou setenta companheiros com que conversamos. Anotados esses pontos, apresento-os, agora, para o julgamento dos leitores da "A Defesa Nacional":

COMO DEVERIAM SER AS NOSSAS GRANDES UNIDADES ?

DEVERIAM:

— Constituir um conjunto de obtenção passível dentro de um "quantum" semelhante ao atualmente despendido com o Ministério da Guerra, mas proporcionando um emprêgo mais eficiente desse "quantum".

— Ser compostas por **novos tipos de Unidades**, moldadas nos padrões aconselhados pela experiência internacional, porém compatível com as nossas possibilidades:

- em Quadros;
- em equipamentos e armamentos;
- em recursos industriais;
- em recursos financeiros.

— **Possuir Unidades menores**, comparativamente às atuais; possuir, pelo menos em embrião, **todos os tipos** de elementos de reconhecimento, de combate, de apoio e de serviço admitidos na composição das modernas Divisões — para isso, não suprimir a existência de Unidades, mas alterar a Ordem de Batalha atual, por forma a dar-lhe outros encargos operacionais, sem prejudicar as nossas missões de tempo de paz. Possuir, portanto, Unidades pequenas, fáceis de gerir e comandar, e condizentes com os nossos processos de guerra, as possibilidades brasileiras e as condições dos nossos Teatros.

— Possuir **Quadros completos** (mediante o aproveitamento do efetivo atual em Oficiais e Sargentos), e capazes de possibilitar a formação de reservas de escol, ou de intervir instantaneamente em caso de guerra, conduzindo suas Unidades ao combate, enquanto se mobilizam outras Unidades, também pequenas, mas completas e eficientes, para o segundo escalão de forças. Que fôsem capazes, assim, de absorver os Quadros existentes de modo cabal, distribuindo-os equitativamente por todo o território Nacional.

— Poder ser **contidas nos aquartelamentos existentes**, ou, pelo menos, em sua maioria, levando, apenas, as adaptações simples nos restantes.

— Conter Unidades pequenas, **capazes de absorver o armamento disponível**, em uma distribuição mais conforme com as nossas contingências; utilizar armamento novo produzido no País.

— Ser integradas por material **simples** (para plena utilização pelo nosso homem), **de baixo preço** (para admitir relativa quantidade) e **de peso reduzido** (para deslocamento fácil sobre as nossas estradas ou por via aérea).

— Compor-se de Unidades **motorizadas ao máximo**, provocando a real recuperação das viaturas existentes e a fabricação de novos veículos no País, cooperando, assim, com a nascente indústria de motores, e possibilitando a um pequeno Exército, uma tão grande mobilidade, que permita sua rápida concentração em qualquer trecho de nossas fronteiras vivas. De Unidades capazes de deslocar-se de um ponto a outro do País, embora distantes de alguns milhares de quilômetros, **com naturalidade**, para concretizar ações ou reforços requeridos, em curto prazo.

— Admitir a formação de um conjunto de forças de alta velocidade de emprego, **capaz de apresentar-se, em tempo oportuno e com valor ponderável**, em qualquer ponto ameaçado das fronteiras, porém distri-

tribuído normalmente em tal Ordem de Batalha, que evite o nascimento de inquinações internacionais.

— Ser capazes de **dispersar-se ou agrupar-se**, fazendo face às possibilidades de Guerra Atômica, ou, ainda, de, em Guerra Convencional, apresentar-se de modo condizente face à força de potência muito variada, destruindo, sumariamente, as mais fracas, e evitando, sistematicamente, as mais fortes, até envolvê-las ou desbordá-las, conseguindo supremacia pela manobra e pela chegada de novos meios.

— Admitir que, em seu conjunto, se **desdobrasse, triplicasse ou multiplicasse largamente** o efetivo inicial, enquadrando-o com facilidade e desenvolvendo-o com rapidez. Para isso, abandonar os conceitos de efetivos “de paz”, “de guerra” e “orçamentários”, concluindo por um efetivo único e sempre pronto para intervenção imediata: a mobilização para guerra multiplicaria o número de Unidades ou de Grandes Unidades, ao revés de aumentar o volume das existentes.

— Ser capazes de obviar a relativa pequena potência de fogo inicial de que poderemos dispor, pelas características de alta **mobilidade, versatilidade e flexibilidade**; de proporcionar condições de **emprego audacioso e lançamento distante**; de **ceder aos golpes** sem absorvê-los; de **deslocar-se sob qualquer tempo**; de **enquadrar reforços** com facilidade.

— Possuir **grande quantidade de armamento leve**, com particular destaque aos engenhos automáticos, rojões e granadas, distribuídos por todos os tipos de Unidades de Armas e Serviços, a fim de possibilitar a instrução realística a cerca de Guerra Insurrecional.

— Possibilitar, por sua constituição, particularmente, o desenvolvimento dos Princípios de Guerra relativos à **SIMPLICIDADE, ECONOMIA DE FORÇAS, SURPRESA e MANOBRA**; a execução frequente de exercícios combinados e conjuntos, estabelecendo ligação cerrada com a Marinha e a Aeronáutica; a exaltação de todos os tipos de operações de movimento: “golpes de mão”, defesa móvel, aproveitamento de êxito, perseguição, envolvimento vertical, assalto anfíbio, etc.

— Ser contidas em áreas com cerca de **150 quilômetros de raio**, o que asseguraria:

- dispersão desejável;
- aproveitamento dos atuais aquartelamentos;
- utilização de um único Campo de Instrução;
- possibilidades de manutenção fácil da ordem pública;
- auxílio econômico às pequenas cidades;
- manutenção de estímulo cívico;
- cooperação com o Governo no que se refere à colonização e vivificação de fronteiras, socorro às populações em calamidades públicas, saneamento, alfabetização, formação mais fácil, de operários especializados, manutenção ou construção de rodovias, etc.;

sem os inconvenientes da reunião típica dos “campos” e “fortes” norte-americanos, entre os quais se destaca o terrível dispêndio necessário à adoção da idéia.

GUERRA QUÍMICA

GUERRA QUÍMICA E TÉCNICA DE TIRO DO MORTEIRO 4.2

Cap JOSÉ MURILLO BEUREM RAMALHO

I — INTRODUÇÃO

1.1 — O morteiro químico pesado 4.2 surgiu praticamente, durante a Segunda Guerra Mundial. Seu emprêgo tático obedecia a uma sistematização de ordem química, isto é, dentro do quadro de utilização da Guerra Química para o lançamento de cortinas de fumaça em grande escala, num tempo mínimo. Ao passo que os geradores de fumaça eram empregados dentro de um tempo superior ao do emprêgo do Mrt 4.2 devido ao volume do material e à sua mobilidade este armamento, ao contrário, o fazia num tempo recorde. Satisfazia, assim, à progressividade das operações militares no tempo e no espaço, atendendo, em ótimas condições, às características técnicas e táticas de operação nos diferentes períodos de luta.

1.2 — O fato de, paulatinamente, a Cia. Mrt. 4.2 vir sendo empregada, como Unidade tática mais para efeito destrutivo do que para ações fumígenas, pelo menos em nosso Exército, não destrói o fato, realístico, de que à mesma cabe importante e fundamental papel representativo no desenrolar das operações de Guerra Química, face às suas peculiaridades e características técnicas. Além do mais essa Cia. de Mrt., em nosso Exército, vem emprestar substancial cooperação no campo das diversas operações aliviando os encargos da Seção 3 — Guerra Química — da Escola de Instrução Especializada e da Companhia Escola de Guerra e Química, órgãos especializados do Exército.

II — DESENVOLVIMENTO

2.1 — Numa ação tática visando o aniquilamento e o “amolecimento” de posições inimigas, cabe à Cia. Mrt. 4.2 importantíssima tarefa devido às suas possibilidades. Eis porque, inicialmente empregada objetivando lançar cortinas de fumaça, a Cia. Mrt. 4.2 foi sendo paulatinamente empregada mais com a granada (HE) (alto explosivo) do que com a (WP) (agente fumígeno). E isso é interessante ressaltar porque, entre outros exemplos, temos que até a Marinha Norte-americana a usava para complementar seus fogos durante a Segunda Guerra Mundial.

Para sentirmos, melhor, a fundamentação dessa necessidade destrutiva para as ações ofensivas, principalmente, vejamos um exemplo.

Eis:

ESCALÃO	PÊSO DE EXPLOSIVO POR GRANADA	CADÊNCIA RÁPIDA	PEÇAS N.
1 — G O 105	1,8 kg.	5 TPM	12
2 — Cia. Mrt. 4.2	3,1 kg.	20 TPM	12

Conseqüentemente, temos num minuto de fogo:

a) Cia. Mrt. 4.2: $3,1 \times 20 \times 12 = 744$ kg.

b) G O 105: $1,8 \times 5 \times 12 = 108$ kg.

CONCLUSÃO: $744 \text{ kg} : 108 \text{ kg} = 7 \text{ G O}$

Conclusão temos que, surpreendente e praticamente, a Cia. Mrt.

4.2 gera um efeito destrutivo correspondente a cerca de 7 G O.

Deduzir-se-á, assim a potência real, que essa Companhia possui, fazendo com que, entre outras razões, — as quais se acham consubstanciadas num relatório oficial, fruto das deliberações tomadas em Fort Bening, nos EE.UU., em 1946 — a mesma passasse a integrar o efetivo de um Regimento de Infantaria.

2.2 — Ora, o problema da Cia. Mrt. 4.2 foi resolvido nos EE.UU., porquanto nos seus Regimentos de Infantaria figura, em todos eles, a Cia. em questão. E, por outro lado, as Unidades Químicas existentes são tremendamente substanciais, com o que as mesmas podem dar apoio às unidades desprovidas de elementos químicos. Indubitável-

mente, o nosso Estado-Maior do Exército estudou e montou o competente esquema para o caso, face ao nosso caso brasileiro.

Eis porque o nosso Estado-Maior do Exército previu e fixou o competente Q.O.D., para a Cia. Mrt. 4.2 em que o Cmt dessa Cia. deve, ser especializado em Guerra Química da Unidade. Essa fixação é face às necessidades técnicas a serem preenchidas para atender, realmente, às imposições tecnológicas na problemática dos fumígenos e lançamento de agentes outros. Para que, porém, a conduta do tiro venha a ser processada num ritmo corrente, regulamentar e com toda segurança, o especializado em Guerra Química deverá possuir os conhecimentos sobre a técnica de tiro. E esses a EsAO atualmente os ministra em seu currículo para o curso de Infantaria. Conseqüentemente o nosso Estado-Maior jogou, hábil e taticamente, os conhecimentos técnicos da arma com os de Guerra Química.

Lemos, certa vez, num prefácio de um regulamento antigo de tiro de artilharia "sô um virtuoso poderá ser um comandante de tiro excepcional. Entretanto o estudo, reflexão e a prática permitirão a qualquer artilheiro tornar-se um excelente comandante de tiro".

Essa observação aqui pode caber porquanto na condução do tiro do Mrt. 4.2 há semelhança em tudo à conduta no tiro de artilharia.

Verdade é que a EsAO só de alguns anos para cá é que passou a mostrar a técnica de tiro do 4.2 aos seus oficiais alunos de Infantaria — a 20 de julho de 1954 a Cia. Mrt. 4.2 realizou o seu primeiro tiro real no Exército, toda emassada. O ensinamento dessa matéria, antes, era atribuição do curso de Guerra Química da EsOE — antigo Departamento 3 — Guerra Química — dessa Escola. Isso equivale a concluirmos que todos os oficiais-alunos do citado curso — e nesses incluíam-se Oficiais das Armas e Serviços — ficavam a par do mecanismo da técnica de tiro do Mrt. 4.2.

2.3 — Uma cooperação maior entre o Regimento-Escola de Infantaria e os órgãos de Guerra Química da Escola de Instrução Especializada num tipo de ligação específica e técnica, redundaria em substanciais efeitos reprodutivos e êxitos interdependentes face ao objetivo comum.

Demonstração, Exercícios, Manobras, etc., constituiriam oportunidades para o emprêgo mútuo dos órgãos acima citados. No conjunto, a Cia. Mrt. 4.2 leva a vantagem ímpar de fazer parte de um Regimento que constitui peça integrante do Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos. Conseqüentemente, há facilidade na obtenção de material e munição para o acionamento da Cia. Mrt. 4.2 logo, não há praticamente, problema de munição quer no que se refere a HE ou a WP: eis um problema que não constitui preocupações. Tivemos, na situação de Cmt. da Cia. Mrt. 4.2 a prova cabal dessa questão, quando tivemos a oportunidade de executar os diversos tiros no ano de Instrução de 1959 e, mais recentemente, nas manobras do GUEs com o tiro real.

2.4 — O problema do lançamento de agentes químicos correlacionado, com o emprego da Cia. Mrt. 4.2 tem sentido tático. E não é somente de outros agentes químicos o Morteiro 4.2 pode lançar com oportunidade. E mesmo agentes radioativos. Ora na abarcadura de um objetivo para o Mrt. 4.2, temos:

- a) Objetivos de grandes áreas;
- b) Objetivos de pequenas áreas;
- c) Objetivos puntiformes.

Certamente que a conduta de fogo ou a conduta no impulsionamento dos agentes químicos, vai ser diferente ao empregá-lo no ataque a cada um dos tipos de objetivos acima. Se não, vejamos em sua essência:

- a) Objetivos de grandes áreas.
 - 1) Com agentes causadores de baixas, não persistentes. Ora, a finalidade desses agentes, é, como o nome indica, causar baixa, a regulação é preterida pela surpresa, curta duração de fogo e execução de missões noturnas (estas mais do que dependentes das condições atmosféricas);
 - 2) Com agentes causadores de baixas, persistentes. Ora, a objetivação é a de criar obstáculos químicos, face ao perigo de haver baixas, contaminando o terreno. Aí a regulação é permitida, sendo o fator surpresa uma peça secundária;
 - 3) Com agente fumígeno. Para o caso prescrever-se a uma regulação e uma constante observação. Adiantamos, outrossim, que o tipo de tiro será o "observado" com uma regulação de arrastamento.
- b) Objetivos de pequenas áreas. Temos que, em média, esses tipos objetivos medem 100 x 100 J ou 300 J. Como objetiva-se causar baixas, ou reduzir e neutralizar eficiência combativa do inimigo, é desejável o fator surpresa (obtida através de uma regulação sumária), acompanhada de intenso fogo de eficácia.
- c) Objetivos puntiformes. Partindo da premissa de que o tiro sobre esse tipo de objetivo tem o alcance de aniquilar objetivos estáticos, tais como obstáculos, fortificações, casamatas, etc., que estejam dentro das possibilidades das granadas de alto de explosivo (NE) ainda o emprego dos agentes químicos será por seu turno, viável. Como a surpresa e a rapidez são fatores complementares nesse caso, a preparação e a articulação dos agentes fumígenos e outros tipos químicos são desenca-deados com boa preparação e muito bom tempo prévio.

A análise das condições atmosféricas, por exemplo, deve ser processada com maior preparo, visando maior nitidez na interpretação dos elementos atmosféricos. É palpável que desenvolver aqui considerações sobre tipos de tiro a empregar, sua distribuição, processos de observação usadas, etc., escapam à finalidade deste artigo.

Ressalta em tudo isso que é notória a preciosa combinação do especialista em Guerra Química, com a técnica de tiro do Mrt. 4.2 para o exato emprêgo e utilização desse engenho de guerra em condições de potência, neutralização, intoxicação atomização e destruição.

III — CONCLUSÃO

3.1 — Vimos a interdependência dos conhecimentos especializados em Guerra Química com o domínio na técnica de tiro do Mrt. 4.2.

O nosso Estado-Maior do Exército quando previu, estudou e fixou a Cia. Mrt. 4.2 para o Regimento-Escola de Infantaria estava, certamente, se antecipando aos acontecimentos. Porquanto, sem dúvida, o Grupamento de Unidades-Escola ficou com uma organização capaz de, por si só, imprimir alta potência de fogo e respeitável instrumentação química.

Conseqüentemente, a Cia. Mrt. 4.2 está em condições de auxiliar as demais unidades de Guerra Química do Exército com sua potência de fogo químico. Sua flexibilidade, facultada por uma gama considerável de viaturas leves, lhe fornece o poder de desencadear o lançamento de agentes químicos em pontos vitais com rapidez onde a concentração desses elementos, por outros órgãos, demandaria mais tempo com maiores probabilidades de risco à observação contrária. Essa flexibilidade é uma das constantes que figura na pauta de estudos do Oficial de Guerra Química da Unidade, (e que é o próprio Cmt. da Cia. Mrt. 4.2) o dito nos escalões DI e Exército.

3.2 Há fundamento as necessidades em aumentar a ligação e a troca de informações entre os órgãos de Guerra Química do Exército e os do Regimento-Escola de Infantaria. Isso viria provocar o aumento, substancial, da eficiência do serviço nesse setor especializado com resultados mais do que compensadores.

Num Exército como o nosso em que tudo é economia, esforço, dedicação e operosidade, a par de razões financeiras que insubsistem em exércitos ricos, há evidente necessidade dessa ligação para melhor rendimento comum. A lucrar está o exército que merece, que mantém e que continua desenvolvendo, progressivamente, sua eficiência para satisfação e orgulho dos seus integrantes.

Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A.

M
A
R
I
P
Á

MATRIZ:

Rua dos Andradas, 172 — 1º And. — Sala 16 — Telefone 6955
Edifício Oswaldo Cruz

Enderêço Telegráfico: "Maripá" — Caixa Postal 1581
Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul

FILIAL:

TOLEDO — Enderêço Telegráfico: "MARIPÁ" — Estado do Paraná

CASOS DE ESPIONAGEM

O CASO PETROV

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DO CASO

1. Introdução	1
2. Antecedentes de Petrov	2
3. Antecedentes da Sra. Petrov	3
4. A Deserção dos Petrov	4
5. Os Documentos de Petrov	7
6. A Lealdade dos Petrov	8

CAPÍTULO II

AS REDES DE ESPIONAGEM NA AUSTRÁLIA

1. "Gru"	9
2. Modificação de Estrutura	9
3. Redes Legais e Ilegais	12

CAPÍTULO III

RECRUTAMENTO E DOUTRINAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÕES

1. Relações com o Partido Comunista	14
2. Atividades da Embaixada	15
3. Visitas à Rússia	15
4. Listas Oficiais	16
5. Emigrantes	17
6. Fontes Inconscientes	17
7. Nomes Chaves	17

CAPÍTULO IV

OBJETIVOS NA AUSTRÁLIA

1. Métodos Empregados	18
2. Missões Diplomáticas Estrangeiras	19
3. Membros do Parlamento	20
4. Imprensa	21
5. Comércio	23
6. Cientistas	24
7. Emigrantes	25
8. Organizações de Contra-Espionagem e Segurança ..	26

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

CURSO DE INFORMAÇÕES — 1960

SEGURANÇA

CASOS DE ESPIONAGEM — O CASO DE VLADIMIR MIKHAILOVICH PETROV

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DO CASO

1. Introdução

a. Na Austrália, em 3 de abril de 1954, foi concedido asilo político a Vladimir Mikhailovich Petrov, quando abandonou as funções de membro da Embaixada Russa naquele país. Dezesete dias depois, foi igualmente concedido asilo político a sua esposa, Eudócia A. Petrov, como resultado de uma petição feita ao administrador interino da zona norte da Comunidade Australiana (Commonwealth). No momento de lhe ser concedido asilo, a Sra. Petrov encontrava-se sob a custódia de dois agentes soviéticos e do secretário da Embaixada Russa, os quais pretendiam, pela força, levá-la de volta à União Soviética.

b. Poucos dias após, o governo australiano nomeou uma comissão (Comissão Real) com a finalidade de investigar a extensão, métodos, resultados e pessoal envolvido nas acusações formuladas por Petrov, de que havia uma rede de espionagem soviética, operando em todo o território australiano.

c. A investigação, iniciada em 17 de março de 1954, terminou a 31 de março do ano seguinte. Além das provas documentais apresentadas à Comissão Real, foram ouvidas mais de cento e quinze testemunhas. Cinquenta e oito dessas testemunhas foram acompanhadas por seus advogados durante as audiências. É significativo o fato de que um só advogado acompanhasse doze testemunhas diferentes, e que o total de advogados que atuaram no processo fôsse nada menos que quarenta e um.

d. Muitas das testemunhas foram chamadas com a finalidade de estabelecer a autenticidade dos documentos entregues ao governo australiano por Petrov. Outras, para que pudessem apresentar qualquer prova que desejassem juntar ao processo, sobre as circunstâncias relacionadas com a aparição de seus nomes no caso.

Em muitas ocasiões, essas pessoas eram citadas em documentos obtidos por Petrov da Embaixada Russa, o que fazia supor que pertenciam a rede de espionagem. Suas declarações ajudariam a esclarecer as suspeitas, refutando-as ou as confirmando.

e. Nem todas as provas obtidas foram reveladas ao público, porque algumas envolviam outros países, e, outras, questões de segurança que o governo julgava não se devesse revelar.

Algumas testemunhas não foram identificadas no processo, porque estavam empenhadas em serviços de contra-espionagem e não seria prudente comprometer suas posições. Sempre que possível, as testemunhas eram científicas, antes de seu comparecimento à Comissão Real, das informações a elas referentes, contidas nos documentos de Petrov.

f. Em virtude de uma lei aprovada pelo Parlamento australiano, que autorizava o trabalho da Comissão Real, esta teria poderes específicos para conseguir a cooperação máxima das testemunhas pouco dispostas a prestar-lhes declarações voluntariamente. Talvez a arma legal mais importante de que dispunha fôsse o poder de obrigar as testemunhas a responder a qualquer pergunta pertinente. O negar-se a fazê-lo, acarretava uma pena de 3 anos de prisão ou multa de 500 libras. Os documentos solicitados pela Comissão não podiam ser retidos, sob pretexto de auto-incriminação. Tampouco podia uma pessoa alegar auto-incriminação como escusa para responder a uma pergunta. Sempre que um indivíduo insistia em se negar a responder a algo que lhe fôsse perguntado, a Comissão Real, com a autoridade de que dispunha, considerava-o culpado de novo delito. Qualquer intento, nas audiências ou fora delas, de insultar a Comissão, impedir seu trabalho e influenciar uma testemunha ou futura testemunha, constituía também delito previsto com prisão ou multa.

2. Antecedentes de Petrov

a. Petrov nasceu na Sibéria em 1907 e foi batizado na Igreja Ortodoxa Russa. Mais tarde alistou-se na Juventude Comunista ou Kom-somol; em 1927 se incorporou ao Partido Comunista e em 1929 adotou o nome de Proletarsky, para demonstrar seu fervor marxista. Foi mobilizado para o serviço militar na Frota do Báltico onde se tornou especialista em criptografia. Ao terminar seus três anos de serviço, obteve um posto na seção de criptografia do Quartel-General da OGPU, em Moscou. Em 1937 foi designado como chefe de grupo de uma Unidade de Criptografia na Província de Sin Kiang, na China. Depois de um ano regressou ao Departamento de Criptografia do OGPU, que já havia trocado o nome para o de "Comissariado do Povo para Assuntos Internos" (NKVD). Ascendeu a chefe de seção com o posto de Major. Em 1942 foi designado para a Embaixada Russa em Estocolmo, como Secretário de Criptografia, porém com missão especial "SK". "SK" indica Colônia Soviética ou serviço de contra-espionagem junto ao Corpo Diplomático, missões especiais soviéticas num país estrangeiro.

b. Seu nome, Proletarsky, foi considerado inconveniente, por seu significado de mau gosto, tendo em vista o cargo em Estocolmo. Passou a assinar-se com o nome de Petrov, que manteve como identificação permanente. Seu nome de família, Shorokhov, havia sido abandonado quando adotou o de Proletarsky. Para efeito de código seria conhecido sob o nome de "Moujark".

Quando regressou à Rússia, em 1947, foi promovido ao posto de Tenente-Coronel. De 1947 a 1951 dedicou-se a missões de contra-espionagem (S.K.) entre oficiais e tripulantes de barcos soviéticos que tocavam portos ingleses e norte-americanos, assim como entre delegações soviéticas de todas as classes que visitavam áreas sob a jurisdição daqueles dois países. Quando seguiu para seu posto na Embaixada Russa na Austrália, em 1951, levava a missão de trabalhar em contra-espionagem (S.K.) e em assuntos relacionados com emigrantes (EM), os quais envolviam a investigação das atitudes e atividades de todos os emigrantes da Rússia e países satélites. Parte deste trabalho consistia na localização de "traidores" do "Soviet", com penetração em todas as classes de emigrados, e o recrutamento, entre eles, de indivíduos destinados a serviços de espionagem. Um novo nome de código, "Mihail", lhe foi designado.

c. O primeiro cargo oficial de Petrov, na Austrália, foi o de funcionário da Embaixada, sem função específica e sem imunidades diplomáticas. Mais tarde foi nomeado terceiro secretário, cargo que manteve até o momento em que pediu asilo. Ao mesmo tempo, ocupou postos no Departamento Consular e na organização "VOKS", sociedade destinada a promover relações culturais com países estrangeiros. A "VOKS" é uma organização mundial patrocinada pela URSS, cuja finalidade real é a propagação das idéias e dos objetivos dos soviéticos, em todos os grupos culturais e científicos. Durante um ano Petrov esteve desligado da espionagem; entretanto, em julho de 1952, passou a ser Residente de "MVD", posição que manteve em caráter temporário até sua deserção, em 1954.

3. Antecedentes da Sra. Petrov

a. A Sra. Petrov foi também batizada na Igreja Ortodoxa Russa, porém, aos doze anos de idade, converteu-se em "Exploradora" (Pioneira), da seção de jovens da estrutura comunista que, por sua vez, tinha agências em todos os países onde o Partido Comunista estava ativo. Pertenceu à "KOMSOMOL", e, em 1950, ingressou no Partido. Ao terminar seu curso secundário, estudou, durante dois anos, línguas estrangeiras no Colégio Técnico de Moscou. Fez-se membro da "RU", Organização de Informação Militar, mais tarde denominada "GRU". Daí foi designada para a seção de criptografia da "OGPU", onde conheceu Petrov, casando-se com ele e o acompanhando a Estocolmo. Trabalhou, na capital sueca, para o Residente Auxiliar do "MVD". Atuou também como agente de operações para o Residente do "MVD", estabelecendo contatos com sua rede de agentes.

b. A Sra. Petrov ascendeu ao posto de Capitão em 1951, data em que já era perita na direção de atividades de espionagem, graças ao seu trabalho no quartel-general da espionagem, em Moscou. Era também experimentada trabalhadora "SK" e poliglota hábil, falando correntemente japonês, sueco e inglês. O nome do código, "Tamara", que lhe

havia dado em 1943 durante sua estada na Suécia, foi confirmado quando de sua ida para a Austrália, em 1951. Seu cargo fictício na Embaixada era o de Contadora e Secretária do Embaixador Lenando Sadovnikov; o Residente do "MVD" foi chamado a Moscou, naquele mesmo ano e a Sra. Petrov encarregou-se da cifra e dos arquivos do "MVD" na Austrália. Continuou nessa função até o momento em que foi colocada sob custódia pelos agentes de segurança australiana, em 1954. Nem ao Sr. e Sra. Petrov foi dada, jamais, a preparação formal típica para espionagem, observada nos antecedentes de outros agentes.

4. A deserção dos Petrov

a. Petrov tinha 46 anos quando, finalmente, decidiu passar-se para os ocidentais. Havia estado por longo tempo e continuamente em contato com o governo soviético, conhecendo perfeitamente, na teoria e na prática, o movimento comunista. Havia servido em posições importantes em Moscou, na Suécia e na Austrália. Neste último país, havia, mesmo, gozado de liberdade de movimentos sem restrição alguma, tendo oportunidade de mesclar-se com gente de todas as classes, por todo o país. Teve possibilidade de estudar e comparar o mundo soviético e o não-soviético. Desfrutou a liberdade e a vida agradável da Austrália, porém, até julho de 1953, nada havia ocorrido que o inclinasse para o mundo não-soviético, procurando uma vida futura para si mesmo.

b. Sua esposa tinha sentimentos ainda mais profundos e sólidos. Devotava ao Partido lealdade profunda e ativa, até o momento de sua deserção. Possuía laços familiares muito fortes na Rússia. Mas o espírito de cooperação, que normalmente influi nas pessoas, atuava já dentro da Embaixada. O casal Petrov foi ajudado, em grande parte, pelos esforços de um agente do serviço de contra-espionagem australiano, o Dr. Bialoguski, descendente de polacos, mas nascido na Rússia.

c. Com a morte de Stalin, em março de 1953, Beria surgiu como o provável homem forte, pois havia sido chefe do "MVD". Não obstante, em julho de 1953, foi prêso. A partir desse momento, o Embaixador na Austrália Difanov, passou a comunicar ao Kremlin que Petrov era um transviado em potencial, dedicando-se à agitação entre o pessoal da Embaixada, visando a formação de um bloco pró-Beria. Um segundo membro do Corpo Diplomático da Embaixada, o representante do Partido Comunista, fez as mesmas denúncias de Petrov. Graças às dissensões dentro da própria Embaixada, Petrov inteirou-se dessas acusações.

d. A luta pelo poder dentro do Soviet teve seus reflexos no final do ano, quando um novo Embaixador, Generalov, substituiu a Difanov. A categoria da Sra. Petrov foi rebaixada e os seus vencimentos reduzidos ao mesmo tempo que os ataques ao casal tinham prosseguimento nas reuniões dos membros do Partido Comunista da Embaixada. Em 1 de abril de 1954, o Embaixador, oficialmente, acusou Petrov de haver violado as regras de segurança no manuseio de um assunto classificado.

e. Naquela ocasião, Petrov já havia feito do Dr. Bialoguski um confidente. Sua primeira reunião tivera lugar em 1951, no Clube Social Russo de Sydney. Bialoguski havia ganhado a confiança de Petrov de tal maneira, que este comunicou oficialmente seu nome para Moscou como possível agente do "MVD". Moscou autorizou Petrov a continuar cultivando sua amizade e a se associar a ele sem restrições.

f. Convém acrescentar que Bialoguski estava vivendo em Vilna, Polônia, quando esse país foi repartido entre a União Soviética e a Alemanha. Obteve permissão para sair do país e estabelecer-se em Curaçao. Em 1941 transferiu-se para a Austrália onde obteve o título de médico passando a exercer a profissão; em 1945 converteu-se em agente de contra-espionagem. Fêz esforços para ser conhecido, publicamente, como simpatizante dos soviéticos.

g. Por volta de 1953 a amizade entre o espião e o agente de contra-espionagem era íntima e estreita. Quando Petrov foi objeto de ataques por parte do grupo da Embaixada, relatou seus problemas a Bialoguski. Este comunicou ao serviço de segurança australiano que Petrov poderia ser persuadido a desertar, se estivesse certo de proteção e de alguma forma de segurança econômica. Aproveitando a preocupação de Petrov por certos aspectos da vida social, econômica e política da Austrália, Bialoguski começou a assentar com ele as bases para viver na Austrália permanentemente. Por sua vez, Petrov tratou do mesmo problema, reservadamente, com a esposa, a qual não se mostrou satisfeita com a idéia.

h. Para resolver a divergência, Petrov pediu ao amigo, Dr. Bialoguski que convencesse sua esposa. Apesar do tato e dos esforços pacientes para convencê-la, Bialoguski foi violentamente criticado e advertido por ela de que evitaria a deserção do esposo. Durante o debate, a Sra. Petrov alegou, como fatores de sua decisão, seu grande amor pela Rússia e por sua família.

i. Enquanto isso, Petrov decidiu acumular documentos da Embaixada, que serviriam no futuro, caso necessário, como armas defensivas. Chegou ao extremo de, na sua qualidade de oficial, ordenar à esposa a destruição de certos papéis, e esta, por sua vez, assinou um documento confirmando a destruição. Assim armado, Petrov começou a sondar o Dr. Bialoguski sobre o procedimento que deveria adotar para conseguir asilo, o que deu lugar a uma reunião entre Petrov e o Chefe da Segurança australiana, reunião essa que foi providenciada por intermédio de outro médico, a quem Petrov havia consultado profissionalmente. Foi assentado que concederiam asilo a Petrov, sob a condição de que o solicitasse por escrito. Richards, o Chefe da Segurança, comunicou também a Petrov que o governo australiano dispunha de fundos com os quais seriam atendidas suas necessidades econômicas. Apesar dessa segurança, Petrov não se decidiu. A conversação foi gravada em fita, sem conhecimento de Petrov, que, todavia, não fez entrega de qualquer documento. As reuniões posteriores entre os dois, num período de cinco

semanas, foram também gravadas. Finalmente Petrov chegou a marcar uma data na qual desertaria, porém, apesar da absoluta garantia de que poderia dispor de 5.000 libras, ainda vacilou no instante de assinar o pedido de asilo político.

j. Em 2 de abril de 1954, Petrov foi a Sydney para receber um grupo de funcionários soviéticos que deveriam chegar no dia 3, entre os quais se encontrava seu próprio sucessor como Residente do "MVD". Petrov entrou em contato com Richards, o Chefe da Segurança australiana dizendo-lhe que se reuniria a êle tão logo ultimasse os detalhes para embarcar a delegação soviética para Camberra, em avião especial.

k. Petrov cumpriu a promessa, procurando Richards e mostrando-lhe certos documentos em inglês e em russo. Depois que Richards os examinou, Petrov assinou o pedido de asilo e prometeu entregá-los no dia seguinte, o que fez realmente. Aceitou, então, as 5.000 libras e foi com Richards para uma casa especialmente preparada para recebê-lo. Escreveu um relatório extenso e detalhado, que mais tarde haveria de servir de base ao trabalho da Comissão Real.

1. Até o momento, a Sra. Petrov não tinha conhecimento das reuniões com Richards nem da decisão final de seu espôso quanto à deserção. Para ter alguns dias de vantagem, antes que se levantassem suspeitas, Petrov havia reservado certo número de assuntos oficiais para dêles tratar pessoalmente. Esses assuntos permitiam-lhe uma ausência de 4 dias da Embaixada. Não regressando imediatamente, a Sra. Petrov foi mantida sob guarda na Embaixada e interrogada enérgicamente. Mais tarde, foi conduzida ao Aeroporto de Camberra, como primeiro passo para o seu retorno à Rússia. Notícias publicadas pelo governo haviam, porém, despertado agudo interesse público pelo caso; como resultado, havia enorme multidão realizando manifestações anti-soviéticas no aeroporto. O governo estabeleceu contato com o comandante do avião, com a finalidade de averiguar os desejos da Sra. Petrov. O comandante comunicou pelo rádio que acreditava que ela desejasse ficar, mas tinha medo de decidir-se. Quando o avião se deteve em Darwin, os guardas soviéticos que acompanhavam a Sra. Petrov foram informados de que não poderiam conduzir armas em um avião australiano; os guardas soviéticos atacaram as autoridades, porém foram subjugados. A Sra. Petrov continuava vacilando em tomar a decisão de solicitar asilo. Arranjou-se uma conversação entre Petrov e sua esposa e, como resultado, a Sra. Petrov finalmente decidiu-se a permanecer na Austrália.

5. Os documentos de Petrov

Quatro grupos de documentos foram entregues por Petrov ao Serviço de Segurança australiano:

a. Um documento em inglês, dactilografado por um jornalista australiano, Jergen O'Sullivan, em 1951, por solicitação do então Residente do "MVD", Pakhamov, que também representava a agência periodista Tass na Austrália. Este documento constava de três páginas, e continha

uma biografia sucinta de 45 jornalistas australianos, alguns dos quais O'Sullivan assinalava como agentes de segurança daquele país. Outros documentos, entregues por Petrov, provavam que cópias fotográficas dos dados biográficos preparadas por O'Sullivan haviam sido enviadas não à Tass, mas sim ao Quartel-General do "MVD".

b. Um documento de 37 páginas, também dactilografado por outro jornalista australiano, Rupert Dochwood (Nome em código "Varon"), para a Embaixada Soviética de Camberra, nos dias 23, 24 e 25 de maio de 1953. Dochwood era conhecido comunista, e havia preparado o informe para Antonov, então representante da Tass na Austrália e membro da rede do "MVD" de Petrov. O documento estava escrito com vários títulos e subtítulos, tais como "Interesses Japonêses na Austrália", "Espionagem Americana na Austrália" e "Dr. Evatt" (1º Ministro); continha também descrições pessoais de inúmeras pessoas preeminentes do país, assim como a identidade de membros das organizações de segurança australianas.

c. Seis cartas, em russo, conhecidas no caso como "as cartas de Moscou", que continham instruções especiais do Quartel-General do "MVD", datadas de 1952.

d. Um grupo de vários documentos em russo; alguns destes eram notas tomadas por Petrov de cartas de Moscou, entre 1952 e 1954, antes de haver decidido de que documentos deveria se apropriar. Incluía também outros artigos, manuscritos por Sadovnikov, Residente do "MVD" em 1951, os quais haviam passado à custódia de Petrov, que não estava seguro de seu significado. A Comissão Real, depois de várias investigações, chegou à conclusão de que se referiam a australianos, acerca dos quais o Residente do "MVD" havia recebido comunicações de Moscou durante os anos de 1945-1949.

6. A lealdade dos Petrov

a. A Comissão Real informou que prestara particular atenção ao grau de lealdade dos Petrov. Ademais, fizeram-se tentativas, de diferentes procedências, para colocar em julgamento tal espírito de lealdade. Estranhamente, nenhum esforço foi feito, por aqueles que se opunham a Petrov, para ser posta em dúvida a integridade e a exatidão da Sra. Petrov. As declarações de ambos foram consideradas quase de igual peso e valor.

b. A Comissão informou que o Sr. e Sra. Petrov são testemunhos da verdade... Também comentou sua exatidão, como sendo de alto grau, o que não deve surpreender, levando-se em conta que tinham ambos grande experiência em situações em que a exatidão era indispensável. Em quase todos os assuntos sobre os quais eles fizeram declarações, havia provas documentais que as corroboravam.

CAPÍTULO II

AS REDES DE ESPIONAGEM NA AUSTRÁLIA

1. "Gru"

a. A GRU, ou Rede de Informação da Rússia, parece haver tido Sergevitch Zaitzev como seu Diretor Residente. Zaitzev serviu como Segundo Secretário da Embaixada Russa na Austrália de 1943 a 1947. Pode até tratar-se do mesmo grupo russo ligado às operações da rede Sorge no Japão, rede que era também uma unidade de informação militar.

b. Entre 1947 e 1948 a espionagem militar soviética na Austrália esteve sob uma organização chamada "KI", ou Comitê de Informação. Não se dispõe de informações sobre o período 1949-1950, porém em 1951, ano em que Petrov chegou à Austrália, um tenente-coronel do Exército Russo, Gordeev, chegava também, como Residente da "GRU". Como no caso de Petrov na Austrália, Gordeev, obteve de início um posto de menor importância, encarregando-se da escrituração dos passaportes para os cidadãos soviéticos que desejavam ser repatriados. Não lhe foi dado o caráter de Adido Militar. Um segundo Residente da "GRU", o Cel Pavlov, chegou em 1952, ficando, também, adido à seção de aprovação de passaportes. Oficialmente a "GRU" deixou de funcionar em 1953, quando ambos foram chamados à Rússia.

c. Um dos documentos dirigidos a Petrov ordenava-lhe trabalhar com o "Oficial de Informação Militar, camarada Gordeev", a fim de "combater as atividades das organizações estrangeiras de contra-espionagem. Quando estabelecer contato fica-lhe terminantemente proibido tomar conhecimento da identidade do pessoal de sua seção do "MVD", de seus agentes, dos planos de trabalho e das tarefas ordenadas pelo Quartel-General do "MVD". Iguais instruções foram dadas a Gordeev para evitar que revelasse a Petrov as operações da "GRU".

Na época que Petrov desertou (1954), outro Residente da "GRU" estava a caminho da Austrália. Entretanto, ao proceder-se a deserção de Petrov, a URSS retirou da Austrália todo o pessoal de sua Embaixada.

2. Modificação de estrutura

a) Pode ser de valor, para alguns estudantes da estrutura técnica da espionagem soviética, assinalar vários detalhes de transição em seus trabalhos, entre 1948 e 1955. No verão de 1948, os trabalhos da "Colônia Soviética" (SK) e "Emigração" (EM) davam-se sob a direção do "KI" ou "Comitê de Informação". Esta organização existiu durante vários anos. Ao fim de 1948, no entanto, estas duas organizações (SK e EM) passaram para a MGB, até que a MGB por sua vez desapareceu, ao ser incorporada ao "MVD". Por esta reorganização, Petrov e outros foram transferidos para a "MVD". Em 1951 o "KI" foi dissolvido como tal e suas atribui-

ções de espionagem política ficaram a cargo do MGB, mais tarde "MVD". Assim, os trabalhos de EM e SK dos antecessores de Petrov, foram dirigidos por diversos caminhos a um novo ponto de direção em Moscou. Com Petrov, estas operações estavam sendo dirigidas pelo "MVD".

b. Em um dos documentos tornados públicos pela Comissão Real, uma ordem de Moscou ao Residente do "MVD" na Austrália, especificava os setores atribuídos à rede do "MVD". Eram os seguintes:

- (1) Informação Militar;
- (2) Contra-informação;
- (3) Ciência e Técnica;
- (4) N.L. (Nie Legalny, que significa lutas referentes a organizações ilegais);
- (5) E.M. ou trabalho emigrativo;
- (6) S.K. (Colônia Soviética) ou cobertura do pessoal soviético em missões diplomáticas, comerciais e especiais;
- (7) Marítimos;
- (8) Delegações (assistência a grupos australianos que viajassem à Rússia ou países satélites).

Informação Militar (1) incluía o trabalho de penetração no governo australiano em todos os níveis, assim como infiltração nas embaixadas estrangeiras e missões diplomáticas.

c. O Residente do "MVD" e seu auxiliar de criptografia figuravam na cabeça do grupo oficial do país. Logo abaixo estava o Grupo de Trabalhadores de Quadro, colaboradores e agentes. Os membros das redes não se misturavam uns com os outros. Suas identidades eram unicamente conhecidas pelo Residente e auxiliar-criptógrafo. Trabalhador de Quadro, era uma pessoa permanentemente empregada como agente de espionagem para o "MVD" ou a "GRU"; colaborador era um funcionário soviético que tinha posição diplomática ou semidiplomática, ao qual havia sido atribuído tarefa de espionagem temporária ou permanente. Agente era a pessoa que, com a aprovação de Moscou, havia sido recrutada para a espionagem no país onde a rede funcionava.

d. Um notável defeito nos Trabalhadores de Quadro era seu limitado conhecimento de inglês, o que provavelmente significava que eram selecionados principalmente por suas características de lealdade. Em alguns casos, inclusive, o Trabalhador de Quadro era um indivíduo tímido, que fugia às operações de contato indispensáveis à sua missão. O pessoal selecionado como colaborador era melhor preparado. Um deles era o Advogado de Imprensa, de nome Kharkovetz, o qual foi encarregado de estabelecer e ampliar contatos com os correspondentes, empregados do governo e corpo diplomático. Foi cuidadosamente instruído sobre os métodos a usar. Devia estabelecer tais contatos "com a finalidade de observar e selecionar pessoas aptas, capazes de serem atraídas ao nosso trabalho". Um segundo colaborador era Kovaliev, o Adido Comercial. Uma vez mais se evidenciava que tal posto dava amplo acesso à população civil. Suas instruções eram "estabelecer contatos úteis em círculos po-

líticos e industriais e em instituições do governo". O total na Embaixada entre 1943 e 1954 era de dezoito Trabalhadores de Quadro. Petrov dispôs de sete Trabalhadores enquanto atuou como Residente.

e. Dentro da Embaixada existia um gabinete separado, para uso exclusivo do Residente do "MVD" e seu auxiliar de criptografia. Nem mesmo o Embaixador tinha acesso a este local. Continha o equipamento necessário para fotografar documentos, revelar negativos e tirar cópias fotográficas. Também continha um cofre para uso exclusivo do "MVD", do qual somente o Residente e seu auxiliar de criptografia tinham as chaves. Dentro dele eram guardados livros de cifras, dinheiro em moeda para operações clandestinas e os documentos secretos que deviam ser arquivados. Nada, no cofre, estava sob a autoridade efetiva ou sob a responsabilidade técnica do Embaixador.

f. Telegramas e mala diplomática eram normalmente empregados como meios de transmissão de ordens, documentos ou informações. Alguns detalhes ou instruções de Moscou eram remetidos em negativos, sendo revelados depois de recebidos. Os invólucros em que era enviado o material do "MVD", estavam marcados no exterior como exclusivos do "MVD". Isto significava que não deviam ser entregues de forma rotineira, mas sim fechados, ao Residente ou a seu Secretário.

g. As mensagens cifradas do "MVD", enviadas através da correspondência telegráfica da Embaixada, usavam um tipo de cifra conhecido somente pelo "MVD". Uma medida efetiva para salvaguardar essas cifras, era o emprêgo do "Caderno de Fôlhas para serem usadas uma só vez". Neste sistema havia uma série de páginas contendo cada uma sua própria cifra. Somente o Residente "MVD" e o Quartel-General em Moscou tinham cópias desse Caderno. Depois que a cifra de uma página era utilizada, a página era destruída. Isto significava que a interceptação de uma mensagem não constituía material suficiente para a decifração da chave. Funcionários transferidos pelo "MVD" de Moscou para a Austrália ou vice-versa, eram aproveitados também como portadores de mensagens ou informações.

3. Rêdes legais e ilegais

a. A rede do "MVD" na Austrália era um organismo legal na terminologia da espionagem soviética, porque utilizava o endereço da Embaixada e gozava de imunidades diplomáticas. As ordens e instruções chegadas de Moscou deviam ser seguidas literalmente. Cada membro da direção da rede na Austrália, incluindo o Residente, recebia ordens individuais, que não podiam ser alteradas por ninguém fora da Rússia. Somente poucos documentos eram conservados na Austrália pelo Residente do "MVD". As cópias de cartas sobre assuntos do "MVD" eram destruídas quando Moscou acusava seu recebimento, o que se verificava com a maior brevidade possível.

b. Moscou conservava fichas sobre australianos e estrangeiros residentes na Austrália que fôsem de valor real ou potencial para a espio-

nagem. A existência dêste fichário mostra a ilegalidade da atuação do "MVD". Esta organização não tem conexão com a missão clandestina e, portanto, não goza de imunidades. É uma organização clandestina sob todos os aspectos. Por isso, um "MVD" ativo e ilegal pode funcionar sem o conhecimento do Residente do "MVD" e do Embaixador.

Se a Embaixada e as missões comerciais em um país são retiradas por alguma razão, a rede ilegal não é afetada. Para efeito operativo a rede ilegal tem a vantagem de melhor cobertura, já que não está sob a constante vigilância da contra-espionagem, como é o caso do pessoal da Embaixada. O Residente ilegal não concorre aos atos sociais da Embaixada, não a visita, não exerce atividades entre os dirigentes e os membros do Partido Comunista, nem da chamada ala esquerda. É um personagem oculto.

c. As atividades da rede ilegal, estão ordinariamente isoladas da rede legal. Entretanto, em casos muito especiais, o pessoal ilegal está autorizado a estabelecer contato clandestino com o Residente legal. Em 1952, parece que Moscou comprovou haver se descuidado com o potencial das redes ilegais no estrangeiro, e enviou instruções às redes do "MVD" legal para corrigir esta falha. Entre os pontos chaves ou importantes, figuravam:

- (1) a criação de organizações ilegais, que funcionassem efetivamente sob quaisquer circunstâncias;
- (2) a concentração de esforços na seleção de agentes potenciais para incorporá-los à rede;
- (3) a organização sistemática de um programa para os países estrangeiros, que facilitasse a entrada e o estabelecimento de agentes nesses países, quando fôsse necessário.

Ainda quando a maioria das grandes nações, incluindo a Austrália, estavam envolvidas em um conflito armado com os comunistas na Coreia, o comando ordenou: "O recrutamento será levado a cabo com audácia, tato e inteligência". Os Trabalhadores de Quadro foram autorizados "a desenvolver o máximo de astúcia e perseverança, bem como, também, de audácia e decisão, nos trabalhos respectivos para o "MVD". Uma vez recrutado para a rede ilegal, o agente, também ilegal, seria separado de todo contato posterior com os agentes legais.

d. Um jornalista foi designado como Diretor Residente para a rede ilegal da Austrália — Vicent Divisek. Era tcheco-eslovaco e, de acordo com suas declarações, havia sido recrutado pelo exército alemão; desertara, passando para o lado russo; quando estava em um campo de prisioneiros, recrutaram-no para o Serviço de Informação Militar Soviético e inicialmente, trabalhara atrás das linhas alemãs, como chefe de uma rede.

Quando terminou a guerra e quis emigrar para a Austrália, não pôde conseguir a aprovação de seus documentos. Então o agente russo que o havia alistado para o Serviço de Informação Militar durante a guerra, inteirado de seu problema, obteve-lhe os documentos necessários.

Em troca, comprometeu-se a trabalhar para Divisek, no "MVD". Foi-lhe dada uma contra-senha e local e hora para estabelecer contato, no Jardim Botânico de Sydney, com o "MVD". Entretanto, pouco depois de sua chegada à Austrália, em 1949, Divisek deu conhecimento do que se passava às autoridades de segurança. Foi estabelecida a vigilância, porém não se estabeleceram contatos. Mais tarde comprovou-se que Divisek havia dado, por equívoco, uma data errada às autoridades. Moscou havia também informado a Petrov sobre a ocasião que Divisek estabeleceria contato com ele. Divisek negou, em todos os momentos, que houvesse recebido tais instruções. A Comissão Real chegou à conclusão de que Divisek nunca teve a intenção clara de atuar como agente do "MVD".

e. Houve outra tentativa de enviar um novo membro para o "MVD" da Austrália, aproveitando-se o interesse de uma anciã em ver seu neto antes de morrer. A senhora havia pedido repetidamente a seus parentes na Rússia, por meio de cartas, que um de seus netos viajasse para a Austrália a fim de que cuidasse dela. Em troca, deixar-lhe-ia suas propriedades. O "MVD" decidiu fazer seguir um agente em lugar de seu neto visto como a senhora não conhecia muito bem os seus parentes russos. Averiguou-se que a senhora possuía apenas fotografias de seu filho na Rússia, porém nenhuma de seus netos. Petrov recomendou a Moscou que fosse enviado um agente no lugar do neto, tomando-se porém as medidas necessárias para que a correspondência entre a senhora e o filho fosse regulada a fim de que a missão não se comprometesse.

f. Os emigrantes na Austrália eram ajudados por um tal Daghian, que patrocinava os que provinham da Sibéria. Fazia parte de uma rede ilegal que funcionava em um bairro contíguo ao porto, num estabelecimento de material fotográfico, e dedicava-se, além disso, em selecionar lugares apropriados para "fins de conspiração". Encarregava-se também de obter permissão para entrada e saída nas áreas portuárias a fim de verificar as condições existentes no cais.

g. Os fins colimados nos trabalhos do "MVD" na Austrália, depois de 1954, estavam implícitos pelo fato de que o homem indicado para substituir Petrov foi Kovalenov, um membro do quadro especializado em adestrar indivíduos para servir às redes ilegais.

CAPÍTULO III

RECRUTAMENTO E DOUTRINAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÕES

1. Relações com o Partido Comunista

a. Em suas operações, o "MVD" trabalhava como unidade independente. Não era auxiliar do Partido Comunista na Austrália, nem o Partido, como tal, tinha funções semelhantes. Entretanto, a Comissão Real concluiu que todas as pessoas, cuja atuação estava direta ou indiretamente ligada à espionagem, eram membros, efetivos ou potenciais, ex-

membros, ou simples simpatizantes do Partido Comunista. A Comissão Real também apurou a existência de uma força auxiliar, constituída por algumas pessoas que devem ocultar sua filiação ou simpatia ao comunismo e agir como cidadãos australianos leais. Esses elementos proporcionam a mais perigosa classe de colaboradores nas missões de quinta-coluna e espionagem, e é entre eles que Moscou, comumente, busca ajuda.

b. Em 1953, o "MVD" entregou ao Partido Comunista da Austrália cerca de 25.000 libras. Este dinheiro não foi dado como pagamento de serviços realizados ou a realizar. Destinava-se à recuperação do Partido Comunista, em situação econômica difícil, como consequência de sua participação nas eleições australianas de 1951.

c. Dentro do Partido, o "MVD" encontrou homens a quem designou como "selecionadores de talentos". Esses homens destinavam-se a indicar agentes potenciais para o serviço de espionagem entre os filiados do Partido, em função do acesso que tinham às informações classificadas, devido a suas atividades normais ou que podiam consegui-las por seu posto ou amizades.

2. Atividades da Embaixada

Um segundo processo para disfarce de seus objetivos eram as recepções sociais organizadas pela Embaixada ou por seus membros, como atos normais, ou como atividades pessoais de Petrov e seus auxiliares. Um terceiro método consistia no oferecimento de aulas de russo a funcionários australianos ou membros de suas famílias.

3. Visitas à Rússia

a. Os que visitavam a Rússia, individualmente ou em grupos, recebiam uma atenção especial por parte do "MVD". Constavam, sempre, de dois tipos de pessoas: as que tinham possibilidades de ser convertidas em agentes de espionagem ou fontes inconscientes de informações e as que podiam ser agentes de contra-espionagem.

b. Em surpreendente número de ocasiões, verificou-se que a URSS cobria os gastos dos jovens que iam visitar o país. Dêstes jovens foi possível obter-se informações de seus discípulos e amigos, enquanto eles também eram observados, sendo alguns, mesmo, selecionados para futura preparação tendo em vista os fins específicos a que se destinavam — espionagem.

c. Nenhum detalhe era considerado insignificante para a observação meticulosa do Quartel-General do "MVD" em Moscou. Um exemplo dessa afirmação, é o caso de um dentista australiano, Dr. Sandy. Era um "liberal", ou seguidor de diferentes grupos que se propunham a objetivos humanitários. Foi à China como delegado a um Congresso Científico e de lá seguiu para Praga como convidado da Delegação Chinesa Pró-Paz.

Estêve em Viena e Moscou custeado pelos soviéticos. Qual o interesse soviético? O Dr. Sandy possuía uma clínica dentária, regularmente ativa. Moscou julgou sua clínica uma cobertura ideal para contatos entre os organismos ilegais, tendo enviado instruções diretamente a Petrov, determinando que se fizessem sindicâncias sobre o Dr. Sandy. Sua clínica era o primeiro elemento para que se pudesse averiguar suas condições pessoais e sua disposição para colaborar na espionagem. Sandy prestou declarações à Comissão Real de que ninguém lhe havia feito propostas para que trabalhasse para o "MVD". Disse que acreditava existir uma razão provável para que o "MVD" se interessasse por ele — o fato de, quando de seu regresso à Austrália, ter escrito cartas de agradecimento ao chefe da seção britânica da VOKS e a outras pessoas que lhe serviram de intérpretes durante sua viagem por países comunistas.

d. Outra pessoa por quem o "MVD" se interessou foi o marinheiro John Graham. Havia ido à Rússia em 1952, como representante da União dos Marítimos da Austrália. Durante sua estada na Rússia foi hóspede do governo, compareceu a um Festival de Paz em Viena e esteve na China comunista às expensas do Movimento do Sindicato Obreiro Chinês. Depois de regressar à Austrália ingressou no Partido Comunista. Graham parece ter estado sob observação como possível mensageiro.

e. Segundo se comprovou, descobrir fontes de informações entre os que visitavam o bloco comunista não era o único aspecto do programa do "MVD". Tinha também encargos de contra-espionagem. De uma delegação australiana que foi à Rússia faziam parte dois membros que atraíram particular interesse do "MVD". Um deles foi selecionado, mais tarde, como elemento de ligação entre os diferentes grupos de "juventudes", convertendo-se, ainda, em figura chave do Partido Comunista da Austrália. O outro, que como todos os visitantes de Moscou foi pôsto sob vigilância durante sua permanência naquela cidade, deteve-se na Embaixada Britânica várias horas. Quando os demais componentes do grupo perguntaram onde havia estado, não mencionou sua visita àquela Embaixada; pelo contrário, inventou uma história de um encontro com uma jovem russa que falava inglês, com quem havia passado o tempo. O "MVD" comunicou todos esses detalhes ao Residente do "MVD" na Austrália, acrescentando o comentário de que "tal proceder, por parte de Rússel (o rapaz que visitara a Embaixada Britânica); sugere um possível contato entre ele e o Serviço de Informação Militar Britânico".

4. Listas oficiais

a. Entre os meios analisados para resolver o problema de conseguir a cobertura de objetivos, figurava o estudo de listas oficiais do pessoal de vários departamentos do governo australiano. Repetidos estudos dessas listas permitiram anotar as pessoas que, pelos postos que ocupavam, eram de provável valor para o "MVD"; ajudava-os a localizar os indivíduos necessários para o estabelecimento de contatos, ou para serem observados e solicitados. A decisão, em cada caso, era tomada em Moscou,

baseada em seu arquivo de pessoal, em sua evolução e em seus objetivos em um dado momento.

b. O cuidado era essencial no processo de observação e estudo. Normalmente não se levava em conta o fator tempo. Em determinado ponto do estudo far-se-ia algo para comprometer o elemento selecionado. A isso chamavam "pequeno gancho". Prosseguia o estudo até que Moscou decidisse que a pessoa era de "confiança". Algumas vezes a análise de Moscou indicava que a pessoa devia ser obsequiada com um presente, como meio de abalar insidiosamente sua fibra moral.

5. Emigrantes

Os emigrantes também eram observados sob o aspecto "talento" e o trabalho entre eles parece ter produzido alguns resultados bons. Quando esses emigrantes eram originários da Rússia ou dos países satélites, havia, em muitos casos, algum interesse ou lealdade ao serviço da pátria de origem. Imediatamente eram feitas ameaças de premiar ou prejudicar seus parentes atrás da Cortina de Ferro, meios esses que eram usados alternadamente para assegurar cooperação.

6. Fontes inconscientes

Os informantes inconscientes também constituíam fontes de informações. Eram aqueles que, sem o saber, davam informações por indiscrição ou por ignorar o valor de suas palavras. Uma pessoa naturalmente loquaz ou que fala demasiado quando alcoolizada, eram casos típicos de atração para o "MVD". Tais pessoas podiam ser patriotas sinceras, porém falariam sobre o que sabiam e, se conheciam coisas que interessavam ao "MVD", recebiam um nome chave.

7. Nomes chaves

Tão logo uma pessoa de qualquer das categorias anteriores caía sob as vistas do "MVD", recebia imediatamente um nome chave, o que não significava que já fôsse um agente cooperador. Até o momento podia não ter significação determinada, nem estar ainda comprovada suas inclinações comunistas. Era, principalmente, uma medida de segurança.

CAPÍTULO IV

OBJETIVOS NA AUSTRÁLIA

1. Métodos empregados

a. O Ministro das Relações Exteriores era um dos objetivos chaves do "MVD". A evasão, para os soviéticos, de uma informação classificada desse Ministério, foi constatada entre 1945 e 1958, porém não foi obtida.

prova legal do fato. As declarações de Petrov explicam alguns dos métodos usados na obtenção de informações. Relata que um correspondente da TASS (agência de notícias russa) na Austrália, era agente para o Residente do "MVD". Este correspondente tinha apenas um contato: o chefe de uma rede de agentes. Membros selecionados do Partido Comunista eram empregados no Ministério das Relações Exteriores, tiravam cópias de documentos oficiais e as entregavam a um agente de contato, o qual encarregava-se da entrega ao Residente do "MVD".

b. Um meio mais indireto de entregar uma informação consistia no emprêgo de um elemento de "curta-ligação". Uma senhora que se havia filiado ao Partido Comunista, em 1942, abandonou-o em 1945. Seu espôso que nunca sentira simpatias pelo Partido Comunista, conseguiu persuadi-la de que o abandonasse. Um membro do Partido estabeleceu mais tarde contato com ela e induziu-a a receber em seu próprio domicílio a correspondência a êle destinada. Ela concordou, apesar de saber que se tratava de um elemento comunista. Periódicamente o comunista lhe telefonava para saber se havia correspondência para êle e, quando tal se verificava, ia ao domicílio da senhora, para apanhá-la. De acôrdo com as provas existentes, entretanto, nenhum outro fator influiu para que se estabelecesse o contato entre o comunista e a ex-comunista.

c. O indivíduo que usava êste método de "curta-ligação", teve contato até mesmo com o Ministério das Relações Exteriores. Nessa repartição uma das secretárias do Ministro prestou informes verbais e escritos. Sua mesa estava situada em sala contígua à de despachos do Ministro. A secretária, em seu depoimento, declarou não se recordar das informações que entregara a seu elemento de contato. Declarou ainda que acreditava que as informações prestadas se destinassem somente ao Partido Comunista da Austrália. Também declarou que havia abandonado o Partido Comunista em 1946.

d. Um método indireto de conseguir uma boa fonte de informação no governo, foi indicado pelo "MVD" a um químico, Jack Legge. Em 1936, Legge ingressou no Partido Comunista; mais tarde, foi indicado pelo Partido para trabalhar no movimento trotskista e, posteriormente, cumprir missões na Escandinávia. Uma ordem do "MVD" ao Residente na Austrália revela os antecedentes de Legge, com a informação adicional de que sua espôsa estava empenhada em trabalhos científicos e que um de seus parentes trabalhava na Seção de Informações Políticas do Ministério das Relações Exteriores. No banco dos réus, Legge declarou que, como o Partido Comunista representava os legítimos interesses da raça humana naquele momento, havia sido leal à raça humana e ao Partido Comunista. Legge estabeleceu o contato entre seu elemento de controle e o já mencionado primo no Ministério das Relações Exteriores. Esse primo declarou que havia se negado a ajudar o Partido Comunista, fazendo uso impróprio de seus conhecimentos oficiais. Entretanto, nunca declarou que houvesse se negado a ingressar no serviço de espionagem. Mais tarde, êle e Petrov realizaram uma viagem jun-

tos, como companheiros de pesca. Quando Petrov comunicou o incidente a Moscou, foi informado de que esse elemento era muito importante e que deveria ser observado. Nesta época Petrov não tinha conhecimento dos contatos anteriores feitos por intermédio de Legge.

2. Missões Diplomáticas estrangeiras

a. Entre os temas que não foram completamente revelados no relatório da Comissão Real, estavam os resultados da penetração do "MVD" nas Legações Estrangeiras. Esta matéria foi conduzida por canais diplomáticos, porque os fatos revelados poderiam originar situações embaraçosas a representações estrangeiras. Alguns detalhes da penetração, entretanto, foram anotados. Um deles referia-se à Segunda Secretária da Embaixada Francesa na Austrália, cuja função principal implicava no acesso a cifras e comunicações secretas. Foi reconhecido, pela Comissão Real, que as informações que ela prestou haviam compreendido dados sobre a situação na Indo-China durante o período do conflito armado.

b. O "estudo" sobre esta segunda secretária, Madame Ollier, estendeu-se por um período de anos, durante a atuação de três Residentes. Moscou pedia que fossem obtidos detalhes específicos de seus serviços na Embaixada: quando começava a trabalhar; duração do intervalo para o almoço; onde almoçava; hora em que largava o trabalho; lugar exato onde trabalhava dentro da Embaixada; onde se guardavam as cifras e qual o acesso que tinha ao cofre. Ainda outros detalhes, referentes à sua personalidade, deviam ser estudados e remetidos. A ordem do "MVD" dizia que era essencial que ela explicasse, de viva voz, a técnica corrente para cifrar e decifrar mensagens. Moscou observava que "a elucidação desses detalhes é necessária para poder determinar o caminho melhor e menos exposto para chegar às cifras de sua Embaixada".

c. Ordens posteriores sobre Madame Ollier incluíam o momento e o lugar onde deviam realizar-se as reuniões, os assuntos ou matérias que deviam ser abordados, e instruções específicas para tratar os problemas mais importantes "durante um passeio pelo parque ou em rua pouco movimentada". Quando das férias de Madame Ollier, na França, o "MVD" estabeleceu contato com ela em Paris, porém, no relatório dado à publicidade, não houve esclarecimentos sobre tal contato. Todavia, antes da partida de Madame Ollier, Petrov recebeu instruções a fim de que insistisse com ela para que retornasse à Austrália. Madame Ollier não foi identificada como comunista ou simpatizante; as investigações indicam que ela admitia ter necessidade, em caso de vitória do Oriente sobre o Ocidente, de apresentar serviços prestados aos soviéticos para receber tratamento condigno. De outro lado, alegou situação econômica difícil ao "MVD", e Moscou autorizou uma gratificação de 75 libras.

d. Os detalhes de seus trabalhos em benefício dos soviéticos parece que foram bastante sérios, pois deram lugar à intervenção da França. Foi prês, enviada à França, e acusada de violação das leis francesas. porém, por razões que não se conhecem, o caso não foi levado a juízo.

3. Membros do Parlamento

a. O trabalho preliminar de penetração no Parlamento consistiu no contato e estudos de rotina dirigidos por Moscou, sobre algumas personalidades. Num informe sobre possíveis sondagens no Parlamento, Moscou anotou:

Primeiro Caso — Quando bebe, fala com loquacidade. “A” usou-o para obter informação sobre Evatt (Primeiro-Ministro da Austrália);

Segundo Caso — O Ministro de Informações manifestou o desejo de conhecer “A”;

Terceiro Caso — Judeu, ex-membro do Partido e notório por seus discursos esquerdistas, demonstra muito interesse em visitar a União Soviética;

Quarto Caso — Bibliotecário da Biblioteca Nacional, com muitos conhecimentos, pode prestar um assessoramento útil. Tem acesso à Biblioteca do Parlamento. Estava relacionado com o “LIP”.

Tôdas essas pessoas negaram que houvessem ajudado o “MVD” e a Comissão Real aceitou suas negativas.

b. Como um método indireto de infiltrar-se no Parlamento, Moscou ordenou “para descobrir-se os planos políticos dos Estados capitalistas para os países estrangeiros devem ser usados agentes das instituições governamentais e dos círculos de direção do govêrno; um dos principais aspectos é o estudo dos partidos políticos”. Instruções detalhadas para os trabalhos neste campo foram expedidas por esta ordem concisa: “Empregue todo o pessoal do “MVD” e todo o pessoal recrutado na execução desta tarefa”. A Comissão Real nada disse sobre o êxito ou o fracasso dessa operação. Outra questão importante, não revelada, foi a identidade de “A”, o qual parece ter sido a chave para a penetração no Parlamento Australiano.

4. Imprensa

a. Era de esperar que a imprensa recebesse cuidadosa atenção por parte do “MVD” na Austrália, como aconteceu em outras regiões. As múltiplas fontes de informações, o volumoso arquivo de dados existentes nos fichários dos periódicos e a facilidade que os membros da imprensa tinham de estabelecer contatos estreitos com os meios governamentais, científicos, políticos, etc., os tornavam objetivos de grande importância. O “MVD” teve uma ligação ampla com a imprensa australiana, estabelecendo muitas penetrações, chave por meio da qual obteve proveitos relacionados com a espionagem. Há algumas causas referentes a essas penetrações que não foram esclarecidas devidamente no relatório nem em outro qualquer documento. Dois exemplos servirão para indicar os aspectos sobre os quais se necessita de informação mais completa a fim de que se possa compreender as táticas do “MVD”.

b. Forbes Keith Miller era suplente de editor de um periódico importante. Consoante nota do "MVD" ao Residente na Austrália, Miller havia expresso o desejo de transmitir informes aos soviéticos, sistematicamente.

A nota dizia que Miller e sua esposa estavam com disposições favoráveis à URSS. Miller, ainda de acordo com a nota, havia sido membro do Partido Comunista e o tinha abandonado em 1942, por estar em desacordo com sua linha política. Em 1943, Miller persuadiu seu chefe de que seria uma boa idéia facilitar ao representante da Agência Tass (Agência soviética de notícias, "Telegrafodie Agenstvo Sovetskavo Sotniza"), notícias que poderiam interessá-la. Miller deu também ciência ao seu chefe que recebia 2 libras semanais por tal ajuda. Explicando esse ajuste, disse ser prática comum entre os periodistas auxiliar, deste modo, os periódicos estrangeiros. A Comissão, evidentemente, deu um crédito relativo à versão de Miller. A nota do "MVD" estava datada de 1949, porém finalmente ficou comprovado que Miller havia conservado suas simpatias aos soviéticos, após o abandono do Partido em 1942.

c. No caso de outro periodista, Jergen O'Sullivan, o exemplo é mais claro quanto aos fatos principais. Em 1951, havia estabelecido ligação com um agente da TASS o qual, então, atuava como Residente do "MVD". O'Sullivan foi convidado a escrever um artigo sobre 45 periodistas australianos, dos quais tinha algum conhecimento, artigo cujo texto seguiria determinada orientação. Os pontos mais importantes incluíam hábitos ou crenças religiosas, se o indivíduo focalizado era da "direita" ou da "esquerda", se era loquaz, sua posição econômica, se era dado à bebida, etc. O'Sullivan opinaria também se certos periodistas eram ou não agentes do serviço de segurança do Governo. Parte do documento fornecido por O'Sullivan continha alguns pormenores sobre o próprio periodista — Jergen O'Sullivan — escritos na terceira pessoa. Um detalhe importante neste resumo era a evidente ignorância do escritor a respeito da idade de O'Sullivan. Na cadeia das testemunhas, O'Sullivan admitiu haver escrito o documento, porém não esclareceu a razão pela qual demonstrara tão pouco conhecimento de si próprio. O'Sullivan foi considerado tão importante para o "MVD" que o Residente recebeu instruções de Moscou para tirar seu nome da lista das pessoas convidadas aos atos da Embaixada, a fim de que não se tornasse suspeito aos australianos. Esta medida de precaução teve importância, já que O'Sullivan, em 1953, ocupou o cargo de Secretário da Imprensa, além de ser líder da Oposição no Parlamento. Petrov desertou em 1954, e não há provas de atividades posteriores de O'Sullivan. Como Secretário da Imprensa, O'Sullivan trabalhou para o Dr. Evatt que foi nomeado Primeiro-Ministro.

d. Outro agente importante, no campo dos periodistas, era Rex Chiplin, que foi membro do Partido Comunista no tempo em que trabalhou para o "MVD". Segundo Petrov, Chiplin foi quem recomendou O'Sullivan ao "MVD" depois que este abandonara o Partido. Chiplin negou esse fato. Seu periódico era violentamente antiamericano. Antes

de ser desmascarada a rede do "MVD", Chiplin havia-se enredado por difamação, em virtude de um artigo em que procurava desacreditar os Estados Unidos.

Obteve-se uma autorização para que sua casa fôsse revistada, em razão desse caso, tendo sido encontrado um documento copiado das atas secretas de uma reunião do Governo. Não obstante uma investigação minuciosa, procedida não só nessa ocasião como posteriormente, não se conseguiu saber de quem Chiplin havia obtido essa informação, nem a data em que fôra transmitida ao "MVD".

5. Comércio

a. Durante vários anos, um ou mais membros dos escritórios de Adido Comerciais, eram agentes do "MVD". Mesmo quando o pessoal era transferido, em virtude de receber outra missão, a proporção dos agentes do "MVD" continuava aparentemente sem modificação. Houve também um arrendo de rede na Austrália, pela utilização de firmas comerciais que negociavam com a URSS, em vários ramos. Esse comércio significava que representantes dessas firmas faziam viagens à Rússia para efetuar compras ou incentivar vendas.

b. Por exemplo, um importador de peles que havia nascido na Rússia, em 1894, deixou esse país em 1907 estabelecendo-se na Austrália, em 1912. As peles com que comerciava eram quase exclusivamente russas. Em 1950, o importador se transformou em agente do Soviete na Austrália, em conexão com os ramos de madeiras e de peles. Também negociou com madeira compensada, por conta própria, e atuou como agente na venda de lã aos soviéticos. Em 1950 e 1953 esteve na Rússia para assistir a leilões de peles. Quando interrogado como testemunha, admitiu que seus negócios dependiam da boa vontade dos soviéticos e, posteriormente, admitiu também que mantinha relações sociais e amistosas com vários adidos comerciais, identificados como membros do "MVD". A Comissão Real considerou seu depoimento como insatisfatório, acrescentando que "indubitavelmente não estava dizendo a verdade". Todavia, não pôde obter nenhuma prova evidente de espionagem contra o importador de peles.

c. Outro negócio mais complexo, relacionado com os adidos comerciais do "MVD", abrangia em sua direção muitos comunistas conhecidos. Trata-se da exportação de "gorros de lã" para a China. Um dirigente, nascido na cidade de New York e filho de pais lituanos, viajou com destino a Cantão, Hankow e Pequim, às custas do governo comunista chinês. Manteve relações pessoais com, pelo menos, cinco dos membros do "MVD" na Austrália, em outra ocasião. Como testemunha, não revelou atitude de cooperação. Entretanto, confessou que um indivíduo que havia trabalhado para sua firma era Bruce Milis. Entre os documentos retirados da Embaixada por Petrov, ao desertar, figurava um em que Milis era mencionado como tendo auxiliado secretamente o Partido Comunista. No interrogatório, Milis revelou que em 1943, quando foi declarado ilegal o Partido Comunista na Austrália, ele e outro membro haviam firmado

um contrato para a compra de um negócio por 14.000 dólares para ser usado com propósitos comunistas. Em 1953, Milis, trabalhando por intermédio do agente do "MVD" no grupo de adidos comerciais, esteve negociando um empréstimo de 135.000 libras do Sovexportfilm, Agência da URSS. Este dinheiro era parte do custo total de uma transação de 260.000 libras, alegadamente destinada à compra de um teatro. Petrov desertou antes que a transação fôsse ultimada, pelo que não é possível concluir o resultado final dêste negócio.

d. Outra área de interesse do "MVD" era a produção de chumaceiras destinadas a motores de aviação. A investigação concluiu que Arkadie Vkovlentch Vasiliev, russo de nascimento, que adquiriu a cidadania inglesa, em 1924, se dedicava à fabricação de chumaceiras para motores de aviação e tinha tentado ir à Rússia com fim de lá vender seus produtos. O governo de Moscou possuía informação de que Vasiliev se negara a admitir a colaboração dos ingleses e americanos em seu processo de fabricação, mas que desejava facilitá-lo para a União Soviética. Moscou deu ordens para que se obtivessem amostras das chumaceiras e dos processos técnicos de fabricação, ao mesmo tempo que advertia se Residente australiano que Vasiliev parecia estar sob vigilância do Serviço de Contra-Inteligência Australiano. Para prová-lo, Moscou deu o número de dois automóveis oficiais que seguiam Vasiliev enquanto falava com um adido comercial em Melbourne. É bastante estranho que Vasiliev, ao que parece, nunca tenha obtido um passaporte russo. Ficou sem conclusão no relatório se Vasiliev transmitiu, ou não, a informação que era de interesse para os soviéticos.

6. Cientistas

a. Entre as relações de um dos recrutadores principais, figurava um funcionário da Organização de Investigações Científicas e Industriais da Comunidade Britânica. Esse homem, ao mesmo tempo que negava ser membro do Partido, declarava: "O conceito materialista da História é que está mais de acordo com o pensamento científico, sendo por isso que o adoto". Os dois irmãos de sua esposa, identificados como comunistas, também figuraram na investigação. Era também conhecido de J. W. Legge, a quem já nos referimos anteriormente, como incumbido da penetração no Ministério de Relações Exteriores.

b. Outros agentes do "MVD", que eram ou haviam sido membros do Partido Comunista, estavam também empenhados em trabalhos de investigação atômica e outros relacionados com a pesquisa e o desenvolvimento de material de guerra. Um desses agentes tinha posição destacada em uma associação de cientistas. Sua função nessa associação era considerada tão importante que foi dispensado dos trabalhos exigidos normalmente de um membro do Partido Comunista. O relatório comprovou que essa organização, a Associação Australiana de Trabalhadores Científicos, era usada "com o propósito de atrair cientistas para o comunismo". Uma das funções atribuídas a este agente do "MVD" era concentrar seus esforços entre as pessoas dedicadas aos serviços de laboratório. Mais de

noventa cientistas dessa associação passaram a ser membro do Partido segundo o relatório da Comissão Real.

7. Emigrantes

a. Em essência, o levantamento pelos soviéticos da situação dos emigrantes em um dado país tem um duplo propósito. De um lado, há a investigação constante para descobrir, dentre os emigrados, os considerados traidores da União Soviética. Isto significa simplesmente que os emigrados (anteriormente ativos em sua oposição ao Soviete) e suas atividades têm de ser embaraçados ou combatidos pelos meios mais apropriados. De outro lado, há a prática usual de infiltração nos grupos de emigrados e, ainda, o recrutamento de membros para os propósitos dos soviéticos.

b. Petrov dispunha de um ajudante especial para dirigir o trabalho entre os emigrados. Tal indivíduo figurava como Adido à Embaixada, mas a sua função consistia, quase exclusivamente, de atividades junto aos emigrados. Um dos casos revelados pela Comissão indica que é preciso algo além das declarações dos Petrovs, para poder fazer-se uma contestação completa e adequada à operação do "MVD". Um homem, de nome Friedenbergs, foi assinalado por um censor de correspondência soviético como vivendo na Austrália. Um estudo de seus antecedentes revelou que se tratava de um advogado da Letônia, que havia cooperado com os soviéticos quando o país fôra ocupado pela URSS. Mais tarde, quando os alemães se retiraram da Letônia, Friedenbergs foi para a Alemanha, passando depois para a Austrália de onde escreveu à sua irmã. Petrov estabeleceu ligação com êle e Friedenbergs aceitou em informá-lo sobre os cidadãos da Letônia que viviam na Austrália. Entre os que foram indicados por Friedenbergs ao "MVD" estava um ex-coronel letoniano, sentenciado à morte pelos russos por haver lutado contra os soviéticos. O "MVD", por intermédio de Petrov, pagou a Friedenbergs 30.000 libras por seus serviços. Mais tarde, passou a ser dirigido por um dos auxiliares de Petrov. Quando Friedenbergs ainda se achava sob a orientação dêste, comunicou-lhe que a polícia australiana o havia interrogado sobre suas relações com os russos. Depondo perante a Comissão Real, Friedenbergs disse que era anti-russo, nunca havia dado informação alguma, nem prestado ajuda aos soviéticos, e que nunca havia visto Petrov nem seu auxiliar.

c. Muitos dos fatos denunciados por Petrov foram confirmados pela missão através de outras fontes. Como testemunha, Friedenbergs alegara que, quando fôra visitado pela polícia, haviam-lhe falado apenas de outros membros da comunidade letã e que não lhe fôra feita nenhuma pergunta acerca de ligações com o pessoal da Embaixada Soviética, o que está em contradição com a história que havia contado ao agente do "MVD". Em virtude da colaboração de Friedenbergs com os nazistas e sua fuga da Letônia, quando os soviéticos entraram de novo no país, é difícil entender porque não foi considerado como "traidor". Nada existe

no que foi apurado que, sob o ponto de vista soviético, justifique a confiança nêle depositada. Entretanto, foi solicitado e utilizado pelos soviéticos. Nada indica que se tivesse lançado mão de ameaças. Se assim fôsse, Petrov o saberia, já que fôra êle quem estabelecera ligação com Friendenbergs e o recomendara. O arquivo do "MVD", entregue por Petrov, indica que Moscou não conhecia os movimentos de Friendenbergs até que o censor interceptasse a carta escrita à sua irmã.

d. Há outros casos no relatório que têm características comuns, tendo o censor como ponto de partida. As cartas familiares parece que mereciam minuciosa atenção e, quando havia alguma possibilidade de tirar proveito do remetente, o "MVD" era informado. É da maior importância para os grupos de informação militar anti-soviéticos o fato de que, sob o sistema pós-Beria, tudo que os censores encontrassem ia para o "MVD". Havia duas reações possíveis, quando o "MVD" recebesse algo de um censor. A ordem subsequente de Moscou consideraria não só a possibilidade de que se tratasse de uma finta do serviço de contra-informações visando conseguir informações, como estudaria a oportunidade de conseguir mais um agente para seu serviço.

8. Organizações contra-espionagem e segurança

a. Em 1952, uma nova tentativa de atividades do "MVD", de âmbito mundial, foi comunicada aos Residentes da organização em todo o mundo. Referia-se a atividades de contra-informações em geral. As instruções estabeleciam haver uma "nova e excepcionalmente importante linha para nós". No dia 6 de janeiro de 1952, a direção ordenou o "recrutamento de agentes capacitados que tivessem acesso às organizações de informação militar e de contra-informações do inimigo, e que pudesse obter informes referentes a planos sobre atividades subversivas do bloco anglo-americano contra o Soviete e as Democracias do Povo".

b. Um segundo objetivo do novo programa era "ativar a descoberta de canais de transmissão dos informes inimigos e a substituição de agentes de confiança dos Serviços de Informação Militar inglês e australiano, com o fim de desmascarar agentes inimigos que estejam sendo e já tenham sido enviados para a Rússia, ou para as Democracias do Povo".

c. A 27 de setembro de 1952, foi expedida uma importante diretiva — uma ordem extensa e minuciosa de capital significação para os Estados Unidos. Começava com a introdução seguinte:

"A fim de descobrir e suprimir as atividades subversivas das organizações de "Informação Militar e Contra-Informações contra o Soviete", solicitamos ao senhor que consiga uma série de informações, consoante o seguinte questionário:

- (1) Localização e nomes das organizações de Informação Militar e Contra-Informações do Serviço de Informação Militar Americana, suas escolas, funções, estrutura, pessoal e atividades desenvolvidas;
- (2) Forma e processos de trabalho da organização do Serviço de Informação Militar Americano (agentes, processos de recruta-

- mento e adestramento, equipamento, passados fictícios, tarefas, documentação sobre os passados fictícios, locais e meios de penetração na URSS e Democracias do Povo, Métodos de ligação, etc);
- (3) Coordenação de atividades das organizações de Informação Militar e de Contra-Informação, nomes e funções da organização coordenadora e seu pessoal;
 - (4) Treinamento de Trabalhadores de Quadro de Informação Militar (escolas, seus nomes, direções, instruções para a matrícula, programa de instrução, etc.);
 - (5) Treinamento de agentes de Quadro na América e outros países capitalistas, disponibilidades de escolas para treinar sabotadores e terroristas, processo de transferência de agentes para a URSS e para as Democracias do Povo;
 - (6) Dados sobre a utilização feita pela Informação Militar Americana de "pessoas deslocadas", organizações de emigrantes, ex-ágentes de Quadro dos Serviços de Informação Militar japonês e alemão, trozkistas e titoístas, em trabalhos de Informação Militar contra a URSS e as Democracias do Povo;
 - (7) Dados referentes a colaboradores oficiais e trabalhadores técnicos da organização de Informação Militar e de Contra-Informação e escolas (posições ocupadas, natureza do trabalho que realizam, nacionalidade, cidadania, família, situação econômica, endereço, sistema de vida, qualidades e tendências pessoais, traços de caráter, pontos de vista políticos, relações, pormenores característicos, etc);
 - (8) Localização de organizações de Informação Militar e escolas (direções e descrições exatas), disposição das dependências, entradas, janelas, mesas, caixas-fortes e arquivos de documentos secretos em edifícios ocupados por uma organização de Informação Militar;
 - (9) Sistema de segurança dos edifícios em que se acham instaladas as organizações de Informação Militar (plano da disposição dos postos de vigilância), meios de comunicação desta organização (números e disposição dos telefones, existência de aparelhos especiais de sinalização, estações de rádio, etc.), tipos e números dos automóveis usados pelos agentes;
 - (10) Informações referentes a edifícios onde se realizam reuniões secretas (direção, descrição do local, disposição interna) e seus proprietários;
 - (11) Dados relativos a motoristas, cozinheiros, porteiros, camareiros e demais elementos a serviço da organização;
 - (12) Dados relacionados com os principais centros estrangeiros e seções secretas das organizações de Informação Militar americanas, nomes e pormenores sobre a personalidade de seus chefes, membros de seu estado-maior e demais pessoal integrante;

- (13) Dados sobre os meios de ligação com as seções e agentes (correio, depósito, cifra utilizada, métodos de proteção, ligações pessoais diretas e indiretas, lugares secretos para guardar documentos, etc.);
- (14) Dados referentes aos trabalhos atribuídos pelas organizações de Informação Militar Americana às seções secretas e agentes no estrangeiro, no que diz respeito à obtenção de informações relativas à URSS e às Democracias do Povo;
- (15) Dados sobre a coordenação de atividades da Informação Militar Americana com as organizações de outros países.

d. Petrov afirmou que nada havia verificado, através de sua rede, sobre a Informação Militar Americana. Isto, naturalmente, não importa que o restante das redes mundiais do "MVD" não houvessem tido êxito. Na verdade, há algumas informações públicas que indicam o contrário.

e. Rex Chiplin, que foi mencionado anteriormente como tendo ligação com as atividades do "MVD" na imprensa, pôde informar a Petrov, em 1950, que os agentes de segurança australiana vigiavam a Sra. Petrov e a um membro do grupo de adidos comerciais. Posteriormente diminuíram as atividades desses agentes, com o fim de reforçar a segurança efetiva contra o Serviço de Contra-Informações Australiano.

f. Para opor-se aos esforços de segurança dos australianos, de modo mais direto, Moscou ordenou que Petrov estabelecesse contato com M. R. Hughes, membro do Comitê Central do Partido Comunista da Austrália para investigar, por seu intermédio, quais dos agentes soviéticos no governo mantinham ligação com o Serviço de Segurança, e quais os que podiam ser usados nessa missão. Petrov declarou que Hughes o informou sobre dois agentes, um dos quais teria informado ao Partido acérca das operações de Segurança do Governo. Hughes negou que houvesse feito semelhante afirmação. Outras investigações realizadas pelo governo, entretanto, demonstraram, e esta prova foi usada pela Comissão Real, que vinte viaturas, utilizadas pela Polícia de Segurança, eram conhecidas, pelo seu número e uso, da Comissão de Direção Comunista. Ademais, os comunistas tinham descrições completas de mais de uma dezena de agentes de segurança, inclusive o tipo de trabalho feito em cada ano.

g. A operação do "MVD" contra os grupos de Segurança também fez conhecer outro aspecto do trabalho de Rex Chiplin, que foi mencionado anteriormente. Em 1952, Moscou ordenou que daí por diante só se estabelecesse ligação com Chiplin por intermédio de uma terceira pessoa, porque estavam sendo tomadas medidas de contra-informações a seu respeito. Como uma precaução provável para o momento em que terminasse a utilidade de Chiplin devido ao trabalho de contra-informações, Moscou ordenou que fossem averiguadas e transmitidas as fontes de Chiplin. Reforçava esta ordem indicando "não simplesmente como o Sr. fez, quando se tratava da mudança do material de cifras entre os Governos da Austrália e da América".

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

HOMENAGEM AO SESQUICENTENÁRIO

HISTÓRICO DO CURSO BÁSICO

I — INTRODUÇÃO

Atualmente a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é um estabelecimento de ensino superior que se destina a ministrar ao futuro Aspirante a Oficial da Ativa do Exército a formação básica de subalterno dos Quadros das Armas, de Intendentes e Engenheiros Militares (art. 1º do R-70, Decreto n. 42.211, de 27 Dez 57).

A seleção do futuro oficial é feita na fase antes da incorporação e continuada através de três anos, através de aprimorada educação Moral, Intelectual, Técnico-Profissional e Física.

Os alunos são praças especiais com títulos de cadetes.

Para cumprir sua finalidade, a AMAN mantém os seguintes cursos:

Básico — Infantaria — Cavalaria — Artilharia — Engenharia — Comunicações — Material Bélico — Intendência.

O Curso Básico é ministrado apenas no 1º ano acadêmico e é comum a todos os cadetes nêle matriculados, tendo por finalidade específica:

1) proporcionar os elementos de cultura científica que devem servir de base para o prosseguimento dos estudos nos anos seguintes e fundamentar a adequada preparação ao posterior aprimoramento Técnico-Cultural, em ciclos superiores do Ensino do Exército.

2) iniciar a formação militar do Aspirante a Oficial, ministrando intensivamente a instrução básica, acrescidas de conhecimentos essenciais das diversas Armas, do Serviço de Intendência e dos diferentes ramos da Engenharia Militar, tudo com o objetivo de enquadrar o novel cadete na vida da Academia, dar-lhe base para encetar a aprendizagem especializada em qualquer dos cursos subseqüentes e possibilitar-lhe a escolha consciente de um dos tais cursos.

Os outros cursos tem início no 2º Ano Acadêmico e visam a formação especializada nos diferentes cursos restantes. É, pois, dentre os cadetes do Curso Básico que é feita a seleção para os diferentes cursos.

O cadete do Curso Básico estuda no decorrer do ano letivo as seguintes matérias, em seus trabalhos escolares:

Seção A — Português — 90 horas anuais

Seção D — Geometria Analítica e Cálculo — 120 horas anuais

Geometria Descritiva — 90 horas anuais

Seção E — Física — 135 horas anuais

Química — 105 horas anuais

Seção J — Educação Física — 120 horas anuais

Seção L — Instrução Militar — 290 horas anuais.

Os trabalhos correntes que dão o rendimento de aprendizagem tomam 56 horas anuais e o Estudo possui 422 horas anuais em seu favor possibilitando ao cadete o tempo de rendimentação e apreensão dos assuntos ministrados.

O ano letivo é dividido em dois períodos letivos.

Os trabalhos para julgamento existente na Academia são:

- 1 — Tarefa de Estudo — destinados à média de aprendizagem, valendo, todavia, mais para orientar o cadete nos assuntos ministrados, do que para servir de pretexto para atribuição de notas rigorosas.
- 2 — Trabalhos correntes — realizados à razão de dois por período letivo.
- 3 — Exames finais:
 - a) Poderá ser uma prova escrita ou gráfica, ou, ainda uma prova mista (escrita e gráfica).
 - b) Uma prova oral.

Nos exames de 1ª época só serão submetidos à prova oral os cadetes que não lograrem aprovação com a primeira prova (citada na letra a) do n. 3 acima).

De acôrdo com os resultados que obtiver nos diferentes trabalhos para julgamento, o cadete:

- 1 — fará em primeira época a prova escrita (exame final) se obtiver conta de ano, ou conta de 2º período igual ou superior a quatro;
- 2 — fará exame oral de primeira época:
 - se não lograr aprovação (média aritmética igual ou superior a quatro em conta de ano mais grau de exame escrito):
- 3 — fará em 2ª época, ambas as provas, a escrita e a oral:
 - se fôr reprovado em 1ª época.

A seleção dos cadetes aprovados e promovidos ao 2º ano é feita de acôrdo com o seu merecimento intelectual e orientação da Seção Psicotécnica. O cadete escolhe seu curso e nêle ingressa, caso o seu grau o habilite a uma das vagas existentes no mesmo. Caso tal não

seja possível é mantido o mesmo critério para suas preferências demonstradas na escolha em ordem de seu interesse.

Após este esboço inicial, de como é no presente o Curso Básico, volvemos os olhos para o passado, buscando nas páginas de nossas tradições e na estrutura que ora nos sustenta — criação de gerações idealistas do passado, que urge preservar, aprimorar e aumentar — os aspectos originários do pensamento norteador desta atualidade.

II — EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Desde o início de seu funcionamento, a 23 de abril de 1811, até nossos dias, a Academia Militar passou por várias modificações na sua estrutura, as quais veremos neste trabalho. Nem sempre aí encontraremos a configuração que caracteriza o atual Curso Básico. Ele surge em algumas fases com a tendência e idéia de hoje, desaparece e ressurge novamente até que se sedimenta, e fica, então, plenamente configurado nas idéias do novo regulamento para a Academia Militar das Agulhas Negras.

1 — Pela Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, o Príncipe Regente D. João de Bragança, depois D. João VI, criava a Academia Real Militar, dando origem, praticamente, ao ensino militar orientado em nossa Pátria. A Real Academia Militar, teve suas aulas iniciadas a 23 de abril de 1811, com a assistência do Ministro da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que foi o seu verdadeiro criador. Nela, o curso comportava oito anos de estudos para a formação do oficial.

No 1º ano estudava-se Aritmética, Álgebra até equações dos 3º e 4º graus, Geometria, Trigonometria Retilínea e noções de esférica. No 2º ano vinham o Cálculo Diferencial e Integral e a Geometria Descritiva. No 3º ano estavam a Mecânica, compreendendo a Estática, a Dinâmica, a Hidrodinâmica e a Hidráulica. No 4º ano achavam-se a Trigonometria Esférica (completa); princípios de ótica; Sistema do Mundo; aplicações a Geodésia; Cartas Geográficas; Física. No 5º ano viam-se matérias propriamente militares, como Tática, Estratégia, Castrometação, Fortificação e Reconhecimento dos Terrenos e Química. No 6º ano vinham a Fortificação regular e irregular, Ataque e Defesa das praças, princípios de Arquitetura civil, Pontes, Canais, etc.; Mineralogia. No 7º ano estudava-se Artilharia e minas; História Natural nos dois reinos vegetal e animal. No 8º ano era dada a História Militar de todos os povos, campanhas principais, etc.

Como vemos, não havia a distribuição por arma e os Cursos de formação das mesmas, aparecendo apenas no 5º ano o ensino de assuntos militares.

Ocorreram alterações de ensino, em decreto de 2 de dezembro de 1818, dos quais pouco sabemos, a não ser o fato delas terem concedido mais dilatados horizontes ao ensino militar.

2 — Com a nossa emancipação política e a constituição do Império a 7 de setembro de 1822, a antiga Escola continuou a funcionar no mesmo local sob o nome de Imperial Academia Militar, em acôrdo com o decreto de 22 de outubro de 1833. O mesmo decreto attribuía ao ensino militar um plano geral muito desenvolvido, compreendendo os Cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.

Eram seis anos de estudo, sendo que no 1º ano eram ministradas as seguintes matérias: Matemática elemental, Desenho Geométrico e paisagem. Sòmente os engenheiros cursavam o 6º ano. Não encontramos aí a necessária especificação de como era procedida a divisão pelos cursos, ficando apenas expresso que só os engenheiros cursavam o 6º ano.

3 — A 3 de fevereiro de 1834, o decreto, desta data, reformou o ensino, passando o curso da Academia a oito anos. No 1º ano eram ministradas as cadeiras de Matemática e Álgebra até equações do 3º e 4º graus, Geometria e Trigonometria Retilínea, noções de esfera. O curso completo formava os engenheiros e artilheiros, os oficiais de Infantaria e Cavalaria cursavam apenas o 1º ano e o 5º.

4 — Outra modificação ocorre pelo decreto de 14 de janeiro de 1839, quando a Academia Militar da Côrte é reorganizada sob a denominação de Escola Militar — “destinada a habilitar devidamente os oficiais pertencentes às três armas do Exército, a classe dos Engenheiros Militares e a de Estado-Maior. O decreto de 22 de fevereiro de 1839 aprova o Regulamento da Escola Militar. O 1º ano tinha as seguintes matérias: Matemática Elemental, Topografia, Operações no Terreno e Desenho Topográfico. Instrução das armas de Cavalaria e Infantaria.

5 — Por Decreto n. 404, foi aprovado o Regulamento de 1 de março de 1845, que reformou o ensino. No 1º ano eram ministrados estudos de Aritmética, Algebra, Geometria e Trigonometria Plana, Desenho.

Haviam três cursos:

Infantaria e Cavalaria — 1º, 2º e 5º anos;

Artilharia e Estado-Maior — 1º, 2º, 3º, 5º e 6º anos;

Engenharia — todos os anos.

6 — É criado em 20 de setembro de 1851, por fôrça do Decreto n. 634, o Curso de Infantaria e Cavalaria, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, composto das mesmas matérias da Escola Militar da Côrte; também há criação da Escola de Aplicações, em 1 de maio, pelo Decreto n. 1.356, de 23 de janeiro de 1855. Estas alterações não afetaram o currículo do 1º ano.

7 — Em 1858, com o Decreto n. 2.116, de 1 de março, é, mais uma vez, reformado o ensino, sendo Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho. A Escola Militar passa a denominar-se Escola Central; a Escola de Aplicação do Exército passa a ter a denominação da Escola

Militar e de Aplicação e o Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul passa a denominar-se Escola Preparatória de São Pedro do Rio Grande do Sul.

a) A Escola Militar Preparatória destina-se ao ensino das doutrinas preparatórias exigidas para os cursos das diferentes armas e a instrução elementar e prática dos exercícios militares das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

b) A Escola Central era destinada ao ensino das Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais e doutrinas próprias da Engenharia Civil. Aí o curso era distribuído em três fases:

Curso Preparatório — compreendendo a História, a Geografia, a Aritmética, a Álgebra elementar (até equação do 2º grau), a Geometria e o estudo das línguas francesa e latina, com a duração de 1 ano;

Curso de Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais, compreendendo quatro anos.

Curso Suplementar da Engenharia Civil em dois anos.

c) A Escola Militar e de Aplicação, tinha um curso especial de dois anos destinando-se o 1º ano aos alunos das armas de Infantaria e Cavalaria.

Por êsse decreto verifica-se que tanto o 1º ano da Escola Central, como o 1º ano da Escola Militar de Aplicações já tinham alunos distribuídos por armas.

A Escola Militar Preparatória era um prenúncio do atual curso básico, habilitando os alunos daquela época ao ingresso na Arma, e tinha uma duração de um ano. Tôdas as armas tinham, também, que ver os seus elementos passarem pelo 1º ano da Escola Central e do 1º ano da Escola Militar de Aplicações.

Infantaria e Cavalaria — 1º ano da Escola Central (Curso de Matemáticas) e o 1º ano da Escola Militar e de Aplicações.

Cursos Científicos:

Artilharia e Estado-Maior — 1º, 2º e 3º anos do Curso de Matemática da Escola Central e dois anos da Escola Militar e de Aplicações;

Engenharia — quatro anos do Curso de Matemática da Escola Central e dois anos da Escola Militar de Aplicações.

8 — No ano de 1860, por decreto de 14 de maio, é mais uma vez reformado o ensino, na gestão do Ministro da Guerra Sebastião Rêgo Barros. A Escola Militar e de Aplicações passa a denominar-se Escola Militar. Para matrícula na Escola Militar era exigida a aprovação em tôdas as matérias do 1º ano da Escola Central.

9 — O decreto de 22 de abril de 1863 reforma o ensino, sendo Ministro da Guerra o General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

A principal diferença entre os Regulamentos de 1858, 1860 e o de 1863 era que os alunos militares completavam na Escola Central

a instrução teórica e prática adquirida durante os três anos na Escola Militar, inversamente do que era estabelecido nos anteriores. O Plano de Ensino da Escola Central mantinha-se quase idêntico. O curso teórico da Escola Militar, compreendia três anos, sendo que no 1º ano eram dadas as seguintes aulas: Álgebra superior, incluindo a Teoria das séries; Geometria Analítica; Física experimental; Química inorgânica e suas aplicações à pirotécnica militar; Desenho Topográfico e Reconhecimento do Terreno.

O 1º e o 2º anos da Escola Militar formavam os Cursos de Cavalaria e Infantaria; o 1º, 2º e 3º anos o de Artilharia. Os três anos mais da Escola Central formavam os cursos de EM de 1ª Classe ou de Engenharia Militar.

Neste caso no 1º ano os alunos praticamente estavam já distribuídos por Armas.

10 — A 10 de junho de 1863, por Decreto n. 3.107, é criada uma Escola Preparatória, anexa à Escola Militar.

11 — O Decreto n. 5.529, de 17 de janeiro de 1874, aprova novo Regulamento reformador do ensino militar, sendo Ministro o Conselheiro João José de Oliveira Junqueira. A Escola Central passa à jurisdição do Ministro do Império, deixando de fazer parte do ensino do Exército.

A Escola Preparatória, anexa à Escola Militar, era destinada ao ensino das doutrinas preparatórias exigido para os cursos militares e a instrução prático-elementar das diferentes armas. O curso era dividido em três anos. A Escola Militar destinava-se a instrução teórica e prática necessária e indispensável aos oficiais e praças do Exército que depois de habilitados nas doutrinas das Escolas Preparatórias, se propusessem a adquirir os conhecimentos especiais às três armas e ao Corpo de Estado-Maior de 1ª Classe ou de Engenharia. A Escola Preparatória, como observamos, era, naquela época, um curso de habilitação às Armas.

12 — Em 1881, pelo Decreto n. 8.205, de 30 de julho, os assuntos constantes dos currículos da Escola Militar são alterados.

13 — Sendo Ministro da Guerra o Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, foi produzido um novo Regulamento, reformando o ensino, e publicado pelo Decreto n. 10.203, de 9 de março de 1869. Passou a existir três Escolas Militares: uma na Corte, outra em Porto Alegre e outra em Fortaleza, capital do Ceará.

O ensino nestas escolas era constituído de dois cursos: Curso Preparatório e Curso de Infantaria e Cavalaria. Os alunos aprovados no Curso Preparatório e plenamente no Curso de Infantaria e Cavalaria poderiam matricular-se nos cursos superiores: o de Artilharia e o de Estado-Maior e Engenharia Militar — que eram ministrados na Escola Superior de Guerra, criada pelo decreto.

Na Escola o Curso Preparatório, um dos muitos assemelhados de antanho ao nosso atual Curso Básico, além das aulas consagradas ao

ensino das línguas portuguesa, francesa e inglesa, ao ensino da Matemática Básica Militar, da História e Geografia, existiam aulas destinadas ao ensino de Álgebra Superior, noções de Geometria Descritiva, noções de Cinemática Elementar e de Geometria Celeste. Topografia e Desenho Topográfico. Noções de Física, Química, Mineralogia, Geologia, Botânica e Zoologia.

14 — Já na República, com novas diretrizes, onde despontavam a superioridade científica e a segura orientação filosófica, é ocasionada nova mudança do ensino, por força do Decreto n. 330, de 12 de abril de 1890, promulgador do novo Regulamento.

1) O Ensino nas Escolas Militares da Capital Federal e do Rio Grande do Sul compreendia três cursos: o preparatório, o geral e o das três armas:

a) O curso preparatório era de três anos e só funcionava na Escola Militar do Ceará;

b) O curso geral era extenso, essencialmente teórico e destituído de cunho militar em todo o seu desenvolvimento. Apresentava quatro anos de estudos, havendo em cada um deles, dois períodos de quatro meses, compreendendo o primeiro período de quatro lições diárias da 1ª cadeira, o segundo lições diárias da 2ª cadeira, com repetição em dias alternados da 1ª cadeira; em ambos os períodos funcionava uma aula de matéria concreta com os respectivos trabalhos gráficos.

No 1º ano:

1ª Cadeira — Geometria, Álgebra e seus complementos (superior);

2ª Cadeira — Cálculo Diferencial e Integral; Geometria Descritiva e trabalhos gráficos correspondentes.

No 2º ano:

1ª Cadeira — Mecânica Geral, precedida do cálculo das variações e suas aplicações às máquinas simples e à balística no vácuo;

2ª Cadeira — Astronomia, precedida da Trigonometria esférica; aula de teoria das sombras e Perspectivas e desenho correspondente.

No 3º ano:

1ª Cadeira — Física (estudo completo) e noções de Meteorologia;

2ª Cadeira — Química (estudo completo); aula de Topografia (estudo completo).

No 4º ano:

1ª Cadeira — Biologia, precedida da síntese biológica das ciências anteriores;

2ª Cadeira — Sociologia e moral; aula de Desenho de Cartas Topográficas, construção e redução dessas cartas.

Este Curso Geral era básico e possibilitava o ingresso do aluno no Curso das Armas da Escola Superior de Guerra e difere do atual não só pelas matérias como pela ausência da Instrução Militar.

15 — Nova reforma é sentida pelo ensino, quando a 18 de abril de 1898, o Decreto n. 2.881, aprova novo Regulamento. Era Ministro da Guerra o Marechal João Thomaz de Cantuária.

Desaparecem, pelo novo Regulamento, as Escolas do Ceará e de Po. 'o Alegre. A Escola Militar reúne o seu curso ao da Escola Superior de Guerra e toma a denominação de Escola Militar do Brasil. Surgem duas Escolas — a Preparatória e de Tática, uma com sede em Realengo (antiga Escola Prática do Exército, criada em 1890 no Rio) e outra em Rio Pardo, Rio Grande do Sul (antiga Escola de Infantaria e Cavalaria do Rio Grande do Sul) — ambas destinadas a ministrar o ensino teórico e prático exigido para a matrícula na Escola Militar do Brasil.

O ensino da Escola Militar do Brasil destinado aos oficiais e praças do Exército constava de dois cursos: um geral, compreendendo o estudo teórico e prático das três armas, e outro especial, destinado às matérias peculiares ao Estado-Maior e Engenharia Militar.

Como vemos, as Escolas Preparatórias é que possibilitam ao aluno, pela sua conclusão com aproveitamento, ingressar na Escola Militar do Brasil. Não havia na organização da Escola Militar do Brasil um curso fundamental, básico para ingresso nas Armas.

16 — Quando no Congresso estava em discussão a Lei da Vacina Obrigatória, deu-se, em 14 de novembro de 1904, a eclosão de um movimento sedicioso político-militar, com participação da Escola. Em decreto de 16 de novembro do mesmo ano é mandado fechar a Escola.

O Decreto n. 5.698, de 2 de outubro de 1905, reforma a ensino, extingue a Escola Militar do Brasil e cria com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a Escola de Guerra; era Ministro da Guerra o Marechal Francisco de Paula Argollo.

Para matrícula na Escola de Guerra era necessária a apresentação de atestado de exames preparatórios, de acordo com o Regulamento do Ginásio Nacional.

A Escola de Guerra tinha por fim ministrar a instrução militar preliminar que, completado na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, habilitasse as praças de pré do Exército, ao desempenho das funções de oficial em qualquer das Armas. Seu curso era de dois anos.

1º ano:

1ª aula — Arte e História Militar: Organização e composição do Exército Brasileiro;

2ª aula — Estudo prático do Armamento em uso no Exército; Balística elemental e sua aplicação ao tiro das armas portáteis;

3ª aula — Geometria Anatótica: Geometria Descritiva; Planos cotados e Trabalhos gráficos correspondentes.

2º ano:

1ª aula — Fortificação de Campanha; noções de Fortificação permanente;

2ª aula — Noções de Direito Internacional aplicado à Guerra, precedida dos conhecimentos indispensáveis ao seu estudo; Legislação e Administração militares, precedidas do estudo da Constituição brasileira.

3ª aula — Topografia, especialmente suas aplicações militares, Convenções Topográficas; Desenho, cópia, redução e leitura de cartas topográficas;

4ª aula — Química.

A instrução prática nessa Escola compreendia 8 (oito) grupos:

1º) Trabalhos Topográficos; 2º) Instrução prática das unidades de combate; estudo descritivo e nomenclatura do Armamento, Equipamento, Arreamento, Munições e demais materiais de guerra regulamentares; 3º) Equitação e esgrima a cavalo; Hipologia; 4º) Esgrima de espada, florete e baioneta; 5º) Ginástica e Natação; 6º) Campanha, Bateria e Esquadrão; composição, atribuições e forma processual dos diversos conselhos militares sobre preceitos de subordinação, disciplina, honras e procedências militares; 7º) Higiene; 8º) Prática das línguas francesa (obrigatória), inglesa ou alemã (facultativa).

Na Escola de Guerra não era permitida a matrícula de oficiais. Daí o aluno ingressava na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, caso tivessem sido aprovados em todas doutrinas teóricas e práticas da Escola de Guerra.

Ora, é sem dúvida, pelas matérias e pela forma que a Escola de Guerra tinha o cunho de um Curso Básico e fundamental para o ingresso no Realengo onde fica anexa à Escola de Artilharia. e Engenharia de Realengo eram matriculados os **aspirantes** e **oficiais** da mesma arma, já formados na Escola de Aplicação.

17 — A 13. de abril de 1913 é transferida a Escola de Guerra de Porto Alegre, para o Realengo onde fica anexa à Escola de Artilharia. As três Escolas, de Guerra, de Aplicação de Infantaria e Cavalaria e a de Artilharia e Engenharia, passam a funcionar juntas sob um único comando.

18 — O decreto de 30 de abril de 1913, aprova novo Regulamento e estabelece a denominação de Escola Militar e de Escola Prática do Exército, ambas criadas com sede no Distrito Federal. Na Escola Militar eram adquiridos os conhecimentos necessários à matrícula na Escola Prática.

O ensino na Escola Prática compreendia cinco cursos: um fundamental, comum às quatro armas, e quatro especiais, sendo um para cada uma delas.

O Curso Fundamental tinha a duração de dois anos, compreendendo cada um deles uma parte teórico-prática e outra somente prática.

1º ano:

1ª aula — Conhecimentos essenciais de Geometria Analítica e cálculo transcendente;

2ª aula — Conhecimentos essenciais de Direito Constitucional, Administrativo e Internacional; Legislação Militar Brasileira;

3ª aula — Princípios gerais de organização dos Exércitos; Noções de Tática e Estratégia; História Militar do Brasil;

4ª aula — Conhecimentos essenciais de Geometria Descritiva; Perspectiva, sombras e desenho correspondente.

Ensino prático — Equitação; Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Tiro ao Alvo e esgrima; prática falada de francês, inglês e alemão.

2º ano:

1ª aula — Conhecimentos essenciais de Mecânica racional; noções fundamentais de Aeronáutica Militar;

2ª aula — Física (conhecimentos essenciais de Termologia, Eletrologia e Fotologia; Química descritiva (orgânica e inorgânica);

3ª aula — Higiene Militar, precedida de noções gerais de higiene;

4ª aula — Topografia, especialmente militar, desenho correspondente.

Ensino Prático — o mesmo do 1º ano.

Notamos agora, mais agudamente, a existência de um curso fundamental, básico, para habilitação dos alunos à Arma que ingressassem.

Para a matrícula na Escola era necessário ao candidato ter no mínimo 6 (seis) meses de praça e efetivo serviço num dos corpos do Exército, com exceção dos que tivessem o curso integral dos Colégios Militares, bem como os que tendo sido alunos de estabelecimento de ensino apresentassem a caderneta de reservista. Era necessária a apresentação do atestado de aprovação nas matérias ou exames finais feitos num dos Colégios Militares.

19 — Em acôrdo com o Decreto n. 12.977, de 24 de abril de 1918, é aprovado novo Regulamento para a Escola Militar, sendo Ministro da Guerra o Marechal Graduado José Caetano de Faria.

Na Escola Militar eram ministrados os conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de cada uma das quatro Armas. Não era permitida a matrícula de oficiais. Os alunos passam a constituir um Corpo, com a denominação de Corpo de Alunos.

O ensino compreendia cinco cursos, sendo um fundamental e quatro especiais, um para cada arma.

O Curso Fundamental era feito em dois anos, cada ano dividido em dois períodos de cinco meses, sendo um para exame.

O 1º ano compreendia — 1º Período.

Ensino Teórico-Prático.

1ª aula — História Militar do Brasil, Organização do Exército Brasileiro.

2ª aula — Conhecimentos essenciais sobre o armamento usado no Exército Brasileiro; descrição e funcionamento das armas de fogo portáteis.

3ª aula — Conhecimentos essenciais de Direito Constitucional Brasileiro e de Direito Internacional.

4ª aula — Conhecimentos essenciais de Geometria Analítica.

5ª aula — Noções Gerais de Higiene Individual e Coletiva.

Ensino Prático:

Ginástica, Instrução de Infantaria, 2ª classe de Tiro, Esgrima e Baioneta. Sinaleiros. Escola de Peça. Prática falada do francês e espanhol.

2º Período:**Ensino Teórico-Prático.**

1ª aula — Conhecimentos essenciais sobre a organização das armas e sobre a tática regulamentar de cada uma delas.

2ª aula — Descrição e funcionamento das armas de fogo não portáteis.

3ª aula — Direito Penal e Processual Militar Brasileiro.

4ª aula — Conhecimentos essenciais de Geometria Descritiva, Perspectiva, Sombras e Desenhos correspondentes.

5ª aula — Conhecimentos essenciais sobre Higiene Militar.

Ensino Prático — O mesmo do 1º Período.

No 2º ano do Curso Fundamental eram estudados os seguintes assuntos:

1º Período: Ensino Teórico-Prático.

1ª aula — Noções gerais sobre o Serviço em Campanha relativo a todas as armas; Participação e Ordens.

2ª aula — Fortificações de Campanha.

3ª aula — Conhecimentos essenciais de Cálculo Diferencial e Integral.

4ª aula — Topografia em geral; Descrição e uso dos principais instrumentos.

5ª aula — Física (conhecimentos essenciais de Termologia, Eletrologia e Fotologia) precedida de noções de Mecânica.

6ª aula — Pirotécnica Militar; Estudo de pólvoras e explosivos, especialmente adotado no Brasil (noções essenciais).

Ensino Prático:

Instrução Tática de Infantaria; 1ª classe de tiro; Tiro de metralhadora. Instrução individual e de conjunto da Cavalaria, até a escola de Pelotão. Equitação; Esgrima de espada. Execução do tiro com

canhão de campanha. Telefonia e Telegrafia. Prática falada do francês, espanhol e inglês.

2º Período — Ensino Teórico-Prático.

1ª aula — Estacionamento, Segurança, Reconhecimento e Serviços Auxiliares.

2ª aula — Fortificação Permanente; Ataque e Defesa de posições fortificadas (conhecimentos essenciais).

3ª aula — Conhecimentos essenciais de Mecânica Racional; noções fundamentais de Aeronáutica Militar.

4ª aula — Topografia militar; Desenho Topográfico.

1ª aula — Conhecimentos essenciais de Química Descritiva (inorgânica e orgânica).

6ª aula — Aplicação das pólvoras e explosivos; Minas Militares (conhecimentos essenciais).

Ensino Prático — o mesmo do 1º período.

Continua, aqui, a mesma aparência do Curso Fundamental com o Curso Básico atual, apesar dos dois anos de duração.

20 — Sendo Ministro da Guerra o General-de-Brigada Alberto Cardoso de Aguiar, ocorre nova remodelação no ensino, em 1919, ocasionada pelo Decreto n. 13.174, de 30 de abril, que aprova novo Regulamento.

Permaneciam os alunos reunidos sob um Corpo de Alunos.

O ensino compreendia cinco cursos: um Fundamental (em dois anos) e quatro Especiais (em um ano), sendo um deles para cada Arma. Cada ano dividia-se em dois períodos: o 1º, de março a junho e o 2º, de agosto a novembro. Os exames dos assuntos correspondentes a cada período eram realizados em julho e em dezembro.

O Curso Fundamental compreendia:

1º Período:

1ª aula — Conhecimentos essenciais sobre a organização geral do Exército Brasileiro, especialmente das Armas, e sobre tática regulamentar de cada uma delas.

2ª aula — Conhecimentos essenciais de Direito Constitucional Brasileiro e de Direito Internacional, Direito Penal e Processual Militar Brasileiro.

3ª aula — Conhecimentos essenciais de Geometria Analítica.

4ª aula — Noções gerais de Higiene (individual e coletiva). Conhecimentos essenciais sobre Higiene Militar.

2º Período:

1ª aula — Administração Militar.

2ª aula — Conhecimentos essenciais sobre o armamento usado no Exército Brasileiro.

3ª aula — Física (conhecimentos essenciais de Termologia, Eletrologia e Fotologia).

Ensino Prático:

Ginástica de Tropa a pé, Aperfeiçoamento da instrução do recruta de Infantaria, Esgrima a baioneta, Nomenclatura do Fuzil e do Mosquetão, Tiro do fuzil, Avaliação de Diligências, Sinaleiros, Nomenclatura sumária do material de Artilharia, Emprêgo e funcionamento dos aparelhos principais de peça. Atribuições e deveres inerentes a cada posto e função segundo o RISG 9 (Título II).

2º ano do Curso Fundamental

1ª aula — RSCG — Relação entre o Comando e a Tropa. Marchas e Estacionamentos, Exploração. Segurança. Serviços Auxiliares.

2ª aula — Fortificação de Campanha. Estudo Técnico e Tático. Ataque e Defesa das posições fortificadas de campanha e de fortificações de campanha sobre a carta e no terreno.

3ª aula — Conhecimentos essenciais de Topografia regular.

4ª aula — Conhecimentos essenciais de Cálculo Diferencial e Integral.

5ª aula — Conhecimentos essenciais de Química Descritiva (orgânica e inorgânica).

2º Período:

1ª aula — Noções de Fortificações permanentes, com referência especial a fortificação de costa. Estudo sucinto do Ataque e da Defesa das posições permanentes fortificadas.

2ª aula — Topografia Militar, Croquis e esboços topográficos e panorâmicos.

3ª aula — Conhecimentos essenciais de Mecânica Racional.

4ª aula — Estudo elementar das pólvoras, explosivos e artefatos.

Ensino Prático:

Ginástica de tropas a pé e montadas; Instrução para praças prontas, graduados e sargentos de Infantaria e Cavalaria; Emprêgo da ferramenta de sapa; Sinaleiros e Telefone de Campanha; Esgrima de baioneta; Tiro de fuzil; Tiro de mosquetão; Avaliação da Distância; Nomenclatura e manejo da metralhadora e do fuzil metralhador; Tiro de instrução de metralhadora e do fuzil metralhador; Equitação; Esgrima de espada a pé; Escola do servente; Escola da peça; Instrução de apontadores de artilharia; Tiro simulado de bateria; Instrução de condutores de tiro; Tiro real do canhão de campanha; Disposições disciplinares do RISG (Título IV).

21 — É assinado em 27 de fevereiro de 1924, o Decreto n. 16.394, que aprova novo Regulamento para a Escola Militar.

Fica expresso que a Escola se destina a ministrar aos alunos os conhecimentos fundamentais necessários ao desempenho da função de oficial de cada uma das Armas.

Todos os alunos matriculados eram incluídos na Unidade de Infantaria e nela permaneceriam durante o 1º e 2º anos do Curso. Ao iniciarem o 3º ano seriam distribuídos definitivamente pelas Unidades das quatro Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia).

O ensino compunha-se de um Curso Fundamental e de dois anos para todos cadetes e de um especial, de um ano para cada Arma.

O Curso Fundamental compreendia no 1º ano.

Ensino Geral:

1ª aula — Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral.

2ª aula — Física experimental. Noções de Meteorologia.

3ª aula — Geometria Descritiva, Perspectiva e Sombra, Desenho correspondente.

Ensino Militar Teórico — Estudo da missão do Exército e da missão social do oficial, Organização do Exército Brasileiro; Estudo do Regulamento de instrução física, precedido das noções de anatomia e fisiologia necessárias a sua execução racional; Estudo do Armamento portátil regulamentar e dos seus meios de conservação; Princípios que presidem a sua organização; Estudo dos Regulamentos de exercícios e combates da Infantaria; tiro das armas portáteis, de serviço em campanha, de transmissão, e de organização do terreno, na parte necessária ao ensino prático correspondente; Estudo do Regulamento para instrução e serviços morais nos corpos de Tropa, inclusive na parte disciplinar; noções elementares de Topografia; Estudo do terreno, sua morfologia e modo de representá-lo nas cartas.

Ensino Militar Prático — Instrução física militar; Escola do soldado, do grupo e do pelotão; Adestramento para o combate do Grupo e do Pelotão; Instrução Técnica do Tiro e Instrução individual do atirador para o combate (fuzil, fuzil-metralhador e granada) instrução do soldado, do grupo e do pelotão nas diversas situações de serviço em campanha (esclarecedor, Sentinela, Patrulha, pequeno pôsto); Construção dos tipos fundamentais dos elementos constitutivos da organização do terreno; Instrução do estafeta, do mensageiro, do sinaleiro e do telefonista, e organização do Pôsto de Comando de uma Companhia; Exercícios de orientação, de identificação do terreno e de execução e levantamento simples; Equitação; Socorros médicos de urgência.

2º ano — Ensino Geral:

1ª aula — Mecânica Racional;

2ª aula — Química;

3ª aula — Topografia e Desenho Topográfico;

4ª aula — Noções de Direito e Legislação Militar; Administração Militar.

Ensino Militar Teórico — Noções de Higiene e profilaxia, indispensáveis à saúde dos homens e à conservação do bom estado sanitário.

das habitações militares, em tempo de paz e de guerra. Estudo da Metralhadora e dos Petrechos de acompanhamento da Infantaria e dos carros de combate; continuação do Estudo dos Regulamentos, a saber:

Instrução física, exercícios e combate de Infantaria e seus anexos, tiros das armas portáteis, metralhadoras pesadas, Serviços em campanha, Organização do Terreno; Transmissões, de Instrução e Serviços Gerais nos Corpos de Tropa.

Ensino Militar Prático — Instrução física militar; Instrução correspondente à 1ª parte do Regulamento de Infantaria até o batalhão; revisão dos exercícios de adestramento para o combate do Grupo e do Pelotão; Adestramento para o combate da seção de metralhadoras leves e pesadas, de canhão 37 e do morteiro de acampamento; Exercícios de combate da companhia; Aperfeiçoamento da Instrução individual do atirador para o combate (fuzil, fuzil-metralhador, granada, metralhadora) e da instrução técnica do tiro; Exercícios de Serviço em Campanha. Marchas e Estacionamentos; Revisão das instruções dos Agentes de transmissões; instrução dos radiotelegrafistas. Organização de um posto de Comando de um Batalhão; Combinação dos elementos da organização do terreno; Grupos de Combate, Pontos de apoio; Centro de Resistência; Exercícios práticos de Topografia; Esboços planimétricos e panorâmicos; Exercícios de Redação de Ordens; Partes e Relatórios, concernentes a assuntos tratados na prática; Esgrima e equitação.

Ficou, neste ano, estabelecido um nome dentro da vida militar do cadete que perdura até nossos dias, o célebre — “Carro de Fogo”. Os alunos do 1º ano, no mês de julho, faziam um exame de habilitação versando sobre as matérias ministradas até aquêle mês. Era considerado inabilitado o aluno que tivesse média geral final inferior a três, neste exame, sendo desligado da Escola.

Além disto, nota-se no Curso Fundamental, principalmente no 2º ano, uma instrução peculiar ao curso de Infantaria atual, em alguns aspectos. Todavia, aí, ainda, os alunos somente ao ingressarem no 3º ano eram distribuídos pelas Armas, semelhante à distribuição feita atualmente na Academia ao ingressar no 2º ano.

22 — Por Decreto n. 18.713, de 25 de abril de 1929, é aprovado o novo Regulamento da Escola Militar. Sua finalidade é fazer com que sejam ministrados aos alunos os conhecimentos fundamentais indispensáveis aos oficiais de tôdas as armas e o ensino militar necessário ao desempenho dentro das mesmas até o posto de Capitão.

Todos os alunos ao serem matriculados na Escola eram incluídos na Infantaria e nela se conservavam durante o 1º ano; ao iniciarem o 2º ano eram classificados nas diferentes Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Aviação), de acôrdo com a classificação intelectual, escolha e o número de vagas. O salunos que optassem pela Aviação, eram desligados e mandados apresentar à Escola de Aviação Militar. O Curso da Escola, executado em três anos, compreendia um Ensino Fundamental, destinado aos alunos de tôdas as armas terrestres —

apesar do 1º ano incluído como já foi dito, na Infantaria — correspondia ao Ensino Geral do 1º ano pelo Regulamento de 1924. O Ensino Militar era idêntico ao seu correspondente do citado Regulamento, com exceção da equitação que deixou de ser ministrada no ensino militar prático do 1º ano. No 2º ano os alunos já eram distribuídos pelas diferentes armas.

Os mesmos exames de habilitação e as mesmas sanções referidas no Regulamento de 1924 eram mantidas.

23 — Nova modificação ocorre, quando em 13 de março de 1934, foi aprovado pelo Decreto n. 23.994, mais um Regulamento da Escola Militar do Realengo.

Ficava expresso que a Escola se destinava a ministrar aos cadetes como candidatos a oficial, um curso de quatro anos, os conhecimentos fundamentais indispensáveis aos oficiais das armas e o ensino militar necessário ao desempenho das funções de Tenente nos quadros das Armas, e, ainda, as noções que lhes permitam ulteriormente o papel de capitão.

O ensino Fundamental, o Fundamental Especializado e o Militar, Teórico, ficaram instituídos.

Ao 1º ano eram ministradas as seguintes matérias, assim distribuídas:

1º ano — Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral; Física Experimental, precedida de noções de Mecânica; Noções de Meteorologia; Geometria Descritiva e planos cotados, noções de sombra e perspectiva — Desenho correspondente; Noções de Sociologia, de Direito Constitucional, Administrativo e Internacional Público, R rudimentos de Economia Política.

Instrução Militar Teórica e Prática:

1º ano — Instrução militar fundamental, que comportava diversos assuntos sob os títulos: Educação Moral e Instrução Geral; Instrução Técnica (exercícios de Combate e Serviços em Campanha; Armamento; Material e Tiro); Topografia; Transmissões e Instrução Tática (Combate e Serviço em Campanha).

Após o 1º ano a Instrução Militar era especial e dizia respeito à arma que o cadete havia escolhido.

O cadete do 1º ano tinha um exame de habilitação em junho e seria considerado habilitado se obtivesse média 4 ou superior no conjunto das matérias do Ensino Fundamental e nenhum grau inferior a três.

O cadete inabilitado era excluído e voltava à vida civil. Além dêste, o cadete que se destinasse à Arma de Cavalaria teria de ser submetido ao exame de Aptidão. Havia, ainda um exame de fim de ano, destinado a aquilatar as possibilidade dos cadetes, quanto à promoção de ano, ou conclusão do Curso.

Os cadetes matriculados eram admitidos a título provisório no Corpo de cadetes; os que fôsem aprovados no Exame de Habilitação

eram nomeados — Cadetes da Escola Militar e admitidos no Corpo de Cadetes a título definitivo.

24 — No ano de 1935, foi suspensa por Decreto n. 192, de 20 de junho, a execução do Regulamento da Escola Militar, que havia sido aprovado pelo Decreto n. 23.994, de 1934. No Estado-Maior era ultimada a revisão reclamada pela falta de 2º Tenente dos Quadros das diversas Armas. Continuava vigorando o Regulamento aprovado pelo Decreto n. 18.713, de 25 de abril de 1929, com as modificações constantes das Instruções baixadas pelo Ministro da Guerra.

O Plano de Ensino do Regulamento de 1929, assim modificado, compreendia:

1º ano — Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Física Experimental, precedida de noções de Mecânica, Noções de Meteorologia; Geometria Descritiva, Planos Cotados, Noções de Sombra e Perspectiva, desenho correspondente; Noções de Direito Constitucional, Administrativo, Militar e Internacional, no que interessa à guerra; Legislação e Administração Militar, Prática do Processo Militar.

Os demais ensinamentos, bem como as disposições relativas ao Comando e Administração, continuariam a obedecer os preceitos do Regulamento de 1929.

25 — Pelo Aviso n. 414, de 2 de fevereiro de 1940, são aprovadas, pelo Ministro da Guerra as — Instruções Provisórias — para o funcionamento da Escola Militar, a partir de 1940, até que fôsse publicado o novo Regulamento. Ai era previsto que a Escola era destinada a ministrar aos cadetes, como candidatos a oficiais das diversas Armas, a instrução de formação, capaz de prepará-los para o exercício das funções até capitão.

O Plano de Ensino compreendia:

Curso Fundamental (assuntos comuns a tôdas as Armas) e Instrução Geral).

1º ano — Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral — conhecimentos essenciais de Homografia; Geometria Descritiva e Planos cotados — Conhecimentos essenciais de Perspectiva e Sombras — desenho correspondente; Física, conhecimentos essenciais de Meteorologia.

Instrução Militar:

1º ano — Infantaria — Instrução do recruta, tornando-o mobilizável no âmbito da Cia de Fzo; Educação Física e jogos Desportivos; esgrima de baioneta.

Instrução Geral — 2º ano:

Mecânica Racional, precedida dos conhecimentos essenciais de Cálculo Vetorial; Direito — conhecimentos essenciais de Direito Constitucional, Administrativo e Internacional Público; conhecimentos essenciais de Economia Política e Sociologia; Química, conhecimentos essenciais de Física — Química.

Instrução Militar — 2º ano:

Infantaria — Preparação do Cabo e do Sargento de Fuzileiros — estudo técnico dos serventes e Tiro; Educação Física e jogos Desportivos; Equitação (elementar); Esgrima de espada e florete; Higiene Militar, precedida de noções de Anatomia e Fisiologia — Socorros médicos de urgência.

A partir do 3º ano os cadetes recebiam instruções particulares das Armas. O ano letivo era dividido em três períodos:

1º — de três meses; 2º e 3º — de dois meses cada.

Ao concluir o 2º período cada aluno do 1º ano do Curso Fundamental tinha um grau de habilitação que se obtinha pela aplicação da

$$P1 + P2$$

fórmula $yh = \frac{\quad}{3}$, sendo YH igual ao grau de habilitação por

aula; P1 e P2 os graus do período por aula e correspondentes respectivamente aos 1º e 2º períodos letivos. O aluno que obtivesse menos de 3 no grau de habilitação por aula em todas as disciplinas do 1º ano, seria imediatamente excluído. Aquêlê que alcançasse menos de 3 para grau de habilitação por aula, no máximo em duas disciplinas do 1º ano, seria considerado adido ao Corpo de Cadetes e não receberia o espadim, desaparecendo tal situação com a aprovação nos exames em todas as aulas do referido ano.

O Curso Fundamental, novamente, como vemos, passou a ter a duração de 2 anos.

26 — Mais recentemente, em 25 de abril de 1940, por Decreto número 5.543 é aprovado o Regulamento da Escola Militar, 1ª Parte.

As linhas gerais desse Regulamento são as mesmas das instruções baixadas em fevereiro de 1940. No Plano de Ensino foram suprimidas — a aula sobre conhecimentos essenciais de Economia Política e Sociológica (2º ano do Curso Fundamental).

O Regulamento não divide o ano letivo em períodos e estabelece que no final do 5º mês, cada aluno do 1º ano teria um grau de habilitação por aula, que se obtinha pela média aritmética dos graus mensais correspondentes. As sanções e concessões são as mesmas das Instruções Provisórias.

A 22 de junho do mesmo ano, o Decreto n. 5.847, aprova a 2ª Parte do Regulamento da Escola Militar.

Ao matricular-se seria o aluno candidato ao Corpo de Cadetes, dando-se o ingresso definitivo depois que fôsse aprovado no exame de habilitação.

27 — Em Decreto n. 8.918, de 4 de março de 1942, é aprovado mais uma vez novo Regulamento para a Escola Militar — 1ª Parte.

A Escola, pelo novo Regulamento, destinava-se a ministrar aos cadetes, como candidatos a Aspirante a Oficial para cada Arma, o preparo de formação que os habilite ao exercício das funções de subalternos.

O Curso da Escola, executado em três anos, abrangerá um ensino fundamental para todos os cadetes, um ensino profissional e inerente a cada arma.

No 1º ano — Ensino Fundamental.

Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral; Física experimental e noções de Meteorologia; Direito Constitucional, Militar e Internacional; Geometria Descritiva, Planos cotados, Perspectiva e Sombra.

Ensino Profissional:

Infantaria — Preparação do soldado e do cabo fuzileiro, inclusive Armamento e Tiro. Estudo técnico das metralhadoras e morteiros; funções dos respectivos serventes (recebida pelo cadete originário do meio civil, transmitida pelo cadete originário da Escola Preparatória, para treinar com o Instrutor); Educação Física e jogos Desportivos; Equitação Elementar; Esgrima a baioneta; Higiene Militar, precedida de noções de Anatomia e Fisiologia humana; Socorros médicos de urgência.

Ao passar para o 2º ano o cadete era distribuído por arma e o cadete recebia as Instruções preliminares a cada arma.

O Regulamento previa o início do ano letivo para o 1º dia útil do mês de março e conclusão a 31 de dezembro. No fim do 3º mês, para o 1º ano, havia, uma prova parcial escrita. O cadete que neste exame obtivesse grau inferior a quatro na média ponderada dos graus do 1º e do 2º mês (pêso um) e do grau da prova parcial (pêso dois), em qualquer matéria era considerado sem aproveitamento e desligado da Escola.

O cadete era considerado reprovado se obtivesse grau de exame (fim de ano) inferior a quatro e inabilitado se tivesse grau três ou inferior em qualquer das provas.

28 — O Decreto n. 11.738, de 2 de fevereiro de 1945, aprova o Regulamento para a Escola Militar de Resende, 1ª Parte.

A Escola destina-se a ministrar aos candidatos a Aspirante a Oficial das Armas e do Serviço de Intendência o preparo de formação que os habilita ao exercício de oficial subalterno.

O 1º ano era comum a todas as Armas e consistia:

Ensino Fundamental — Geometria Analítica e Cálculo Diferencial e Integral; Física Experimental; Direito Público Constitucional, Penal Militar e Internacional; Geometria Descritiva, Planos cotados, Perspectivas e Sombras.

Instrução Militar:

Infantaria — preparo do soldado e do cabo fuzileiro. Estudo do Armamento Tiro. Rudimentação de Topografia, Estudo Técnico da metralhadora e morteiros e função dos respectivos serventes; conhecimentos sumários do Armamento, Munições e Material das diferentes armas; Educação Física Militar; Equitação elementar; Higiene Militar e Socorros Médicos de Urgência.

O Regulamento eliminava a prova de suficiência estabelecida nos Regulamentos anteriores para o 1º ano.

29 — A Portaria Ministerial n. 321, de 29 Set 52, introduz alterações no Regulamento em vigor, no que se refere a aprovação do final do ano.

- “Será considerado aprovado o cadete que tiver conta de ano igual ou superior a três em cada matéria ou grupo de instrução.
- A entrada em exame de 1ª época é permitida com qualquer conta de ano.
- O cadete que tiver média global 4 ou superior no ensino fundamental ou militar será habilitado a promoção ao ano seguinte, mesmo que tenha em uma matéria ou grupo de instrução média inferior a três, contanto que não seja inferior a dois e cinco décimos.
- É tornado facultativo no corrente ano o exame de Geometria Analítica.

29 — O Decreto n. 35.742, de 29 de junho de 1954, altera o Regulamento para a antiga Escola Militar de Resende atual AMAN sem afetar as características do 1º ano.

30 — Em 5 de julho de 1955, por ato do Chefe do Estado-Maior do Exército, é nomeada a comissão para rever e atualizar o Regulamento da AMAN (R-70), que iria consubstanciar a criação do atual R-70 citado.

Como vemos, por 29 meses o ensino militar sofreu variações, algumas delas radicais, até que ficasse estabelecido o processo atual de ensino. Dentro destas alterações constantes procuramos sempre mostrar a evolução do 1º ano, as quais como conclusão, podemos dividir em algumas fases, tendo em vista a identidade com o Curso Básico atual.

CONCLUSÕES

1 — De 1811 até 1905 (exclusive)

Com raras nuances, não é percebida a formação de um curso que habilitasse o ingresso nas Armas, sendo normal o início do Curso já coincidir com a entrada do aluno numa Arma. A única exceção neste período é feita à Escola Militar Preparatória, assim mesmo sem identidade de propósitos com o atual Curso Básico.

2 — De 1905 até 1924 (exclusive)

Começa a aparecer a tendência da criação de um curso nas Escolas Militares, habilitando o aluno ao ingresso na Arma.

3 — De 1924 até 1934

Sofre um interregno a tendência observada no período anterior, pois a inclusão, mesmo pró-forma, na Infantaria quebrava a identidade de um Curso Básico, independente do conceito da Arma.

4 — De 1934 até nossos dias

Do início dêste período até nossos dias, firma-se pouco a pouco o propósito de existir um curso, que por suas características formasse e preparasse o cadete para ingressar nas diferentes Armas. Tal Curso concretiza-se com a criação atual do Curso Básico.

III — TRAÇOS CARACTERÍSTICOS E TRADICIONAIS DO CURSO BÁSICO

Na vida da Academia, as tradições erguem um simbolismo engrandecedor, dêste que agita no soldado a alma e embala o coração.

Entre elas figuram algumas que pertencem tradicionalmente ao Curso Básico e são de especial destaque para o cadete do 1º ano: são elas:

1. A entrada pelo "Portão de Entrada dos Novos Cadetes".
2. O recebimento do Espadim e a confiança do título de Cadete.
3. A escolha da Arma ou Serviços pelos cadetes aprovados.

Vejamos em traços gerais como transcorrem estas datas significativas para o 1º ano.

1. A entrada pelo Portão de Entrada dos Novos Cadetes.

No dia 20 de março do ano de 1944, na então Escola Militar de Resende, sob o comando do Cel Mário Travassos, abre-se pela primeira vez o Portão de Entrada dos Novos Cadetes e abria-se também uma página de tradições na vida tradicional da Academia.

O cerimonial atual, em linhas gerais, é o mesmo daqueles tempos.

A solenidade inicia-se com os futuros cadetes formados na Esplanada Ministro Dutra, frente voltada para o Portão Monumental, em formação emassada. Ai é lida a Ordem do Dia pelo Cap Aj CC e é chamado o mais jovem cadete da turma que ingressara na vida acadêmica, o qual é recebido pelo cadete mais jovem da turma anterior, a quem cabe abrir e fechar o portão na solenidade. O cadete mais jovem é o primeiro a transpor o Portão de Entrada com o seu antecessor e dêle receberá a chave após o fechamento, para no ano vindouro abrir e fechar o portão para uma nova turma.

É dado o toque de — Pela coluna da direita. Ordinário! marcha! — Os novos cadetes tomam a marcha e em coluna por um transpõem o Portão, ingressando, desta forma na vida Acadêmica.

Do outro lado do Portão tomam uma formação em coluna por seis e após emassar o dispositivo, deslocam-se pela Av do Exército, onde, em cada lado, está formada uma fileira de cadetes antigos — é o recebimento dos novos cadetes pelos antigos.

A entrada em coluna por um no Portão de Entrada dos Novos Cadetes, simboliza a expressão da própria vontade e o prêmio justo e merecido de cada um em seu esforço para ingressar na Academia.

B) Entrega do Espadim e confirmação do título de cadete:

Em 1931, no dia consagrado ao Patrono do Exército — Duque de Caxias — era criado o Corpo de Cadetes e instituído em memória ao Grande Chefe e em sua honra o símbolo do cadete — O Espadim — miniatura do Sabre de Caxias e a materialização da honra militar.

Nos termos do art. 158 do Regulamento de 1934, aprovado pelo Decreto n. 23.994, os novos cadetes prestavam um compromisso que tinha o seguinte cerimonial:

“Diante do Corpo de Cadetes, formado em uniforme de parada, os novos elementos, recém-admitidos pela proferição frente à Bandeira Nacional e ao Estandarte da Escola Militar o seguinte compromisso:

— Como soldado da República, me comprometo a honrar a farda de cadete, símbolo do futuro do Exército e da segurança da Pátria, cuja honra, integridade e instituição, defenderei com o sacrifício da própria vida; como candidato a oficial assumo o compromisso de cumprir rigorosamente todos os deveres de militar e cidadão, e colocar a dignidade pessoal acima de tudo.

Em tempos atuais a entrega do Espadim e a confirmação do Título de Cadete é uma cerimônia cívica grandiosa, como já o era no passado.

Ao som da banda e mediante o comando de “Ordinário Marche”, sob a vista de todos os assistentes, entram no Pátio Tenente Moura os cadetes.

A entrada em massa, com grande frente e profundidade, realizada de modo impecável, mostra o alto grau de preparação e o esmero pela apresentação da Academia. Ao ser comandado “Alto!” está pronto o dispositivo — nem um penacho da barretina tremula e o alinhamento e cobertura são perfeitos. Mediante um toque o centro do dispositivo abre-se e ficam formadas duas alas, para o recebimento da Bandeira Nacional e do Estandarte da Academia. As duas alas, frente para o interior, prestam a continência à Bandeira que passa no meio, sendo tocada na ocasião a marcha batida que no âmbito da Academia caracteriza o deslocamento da Guarda Bandeira. Outro comando e cerra-se o dispositivo, sendo lida na ocasião a Ordem do Dia alusiva à data. Após a leitura as madrinhas e padrinhos são convidados a fazer a entrega do espadim aos cadetes — é o momento mais alegre da cerimônia. Feita a entrega do símbolo do cadete, sendo ele portador da miniatura do Sabre de Caxias, símbolo da honra militar, são dados os toques de “Sentido!” Desembainhar Espadim! Perfilar espadim e apresentar espadim!”

É chegado o momento solene da cerimônia — do seio daquela massa de jovens, nas vozes cheias de ideal e na vibração de seus corações — reboa pelo pátio o juramento do cadete, como que depositando aos pés do Condestável uma oração de devoção, um preito de lealdade aos princípios que ele sempre defendeu.

“Recebo o Sabre de Caxias como o próprio símbolo da honra militar.”

Terminado o juramento é dado o toque de "Perfilar Espadim e Embainhar Espadim!" sendo prestada a continência às autoridades presentes. Abre-se, como no início, o dispositivo e é realizada a retirada da Bandeira, para, então, ser dado o comando de "Fora de Forma!" realizado em ordem e mediante uma evolução que retira todos os cadetes do pátio em diversos grupamentos.

Graças ao seu esforço durante o ano letivo o cadete poderá escolher a sua Arma ou Serviço, para tal ele recebe uma orientação da Seção Psicotécnica que o orienta segundo suas características, verificadas através de testes.

O cadete recebe uma folha de escolha de Arma ou Serviço, onde coloca em cinco espaços em branco, numerados de 1 a 5, em ordem de seu interesse, a Arma ou Serviço que escolheu.

A Seção Técnica da Academia, baseada no número de vagas existentes nos diferentes Cursos e obedecendo à classificação do cadete na turma, lota os Cursos, seguindo a preferência demonstrada pelo cadete.

D) A fundação e início do funcionamento da AMAN:

Com a criação em 1934, pelo Decreto n. 6.012, foi criada a Escola Militar de Resende, que deveria ser instalada em 1 Jan 44. Pelo mesmo decreto era determinada, para 31 Dez 44, a extinção da Escola Militar com sede em Realengo.

A 25 de janeiro de 1944 o Cel Mário Travassos, é exonerado do Comando da Escola Militar do Realengo e nomeado para exercer, interinamente, o cargo de Comandante da Escola Militar de Resende.

A 1 de março de 1944, apresentam-se os primeiros 15 cadetes que desejam cooperar nos trabalhos de instalação da nova Escola e a 11 do mesmo mês apresentam-se, vindos de Realengo, mas 120 cadetes. Todos eles cadetes do 1º ano, repetentes que auxiliavam, assim, a instalação da atual AMAN.

A 17 de março apresentam-se os restantes candidatos à matrícula, oriundos das Escolas Preparatórias, Colégio Militar e candidatos civis aprovados em concursos.

A 20 de março inicia-se o 1º ano letivo e pela primeira vez dá-se a solenidade da Entrada pelo Portão de Entrada dos Novos Cadetes.

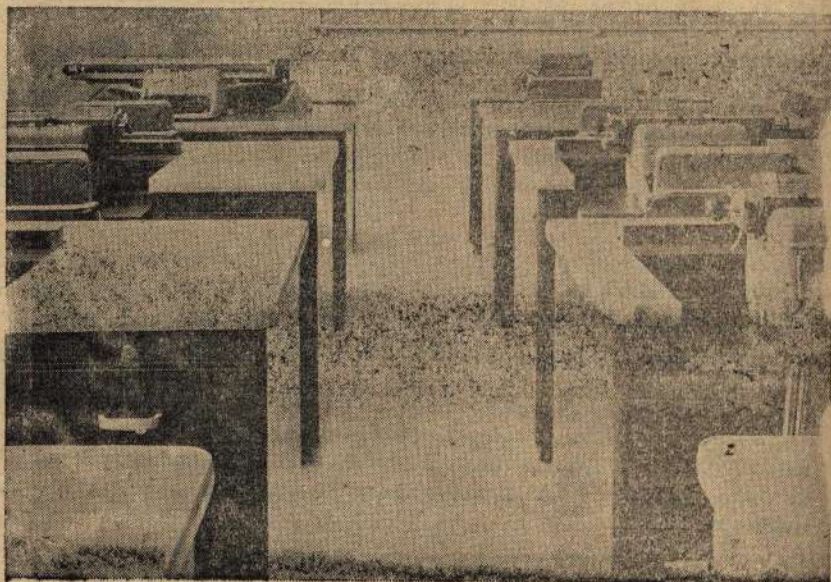
Ao 1º ano apenas coube a honra de iniciar as aulas e os trabalhos da nova Escola juntando mais este dado à relação imensa de muitos serviços prestados e de muitas tradições marcadas a seu favor na Academia Militar.

INSTALAÇÕES DO NOVO PARQUE DO CURSO DE INTENDÊNCIA

1. GABINETE DO INSTRUTOR-CHEFE



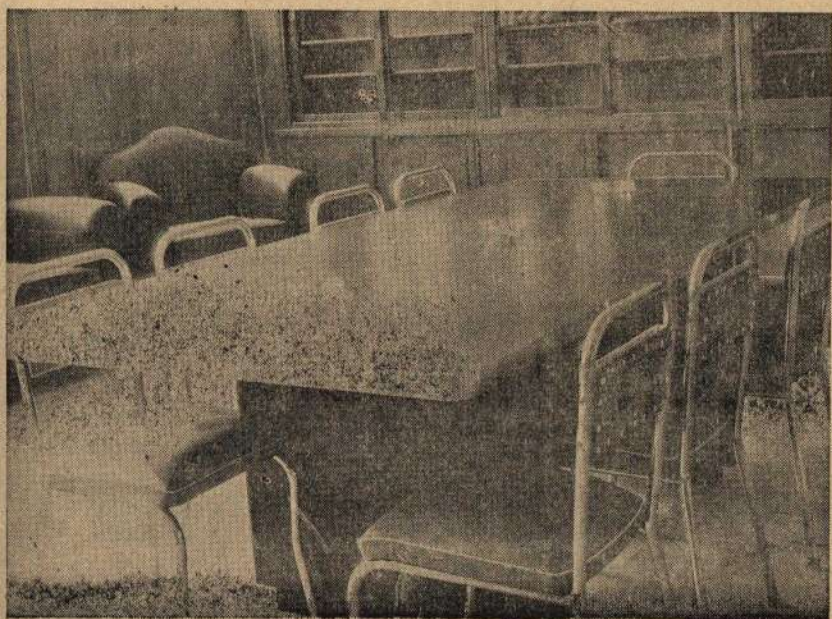
2. SALA DE ADMINISTRAÇÃO — Sala de Aula Especializada para instruções peculiares ao Serviço de Intendência



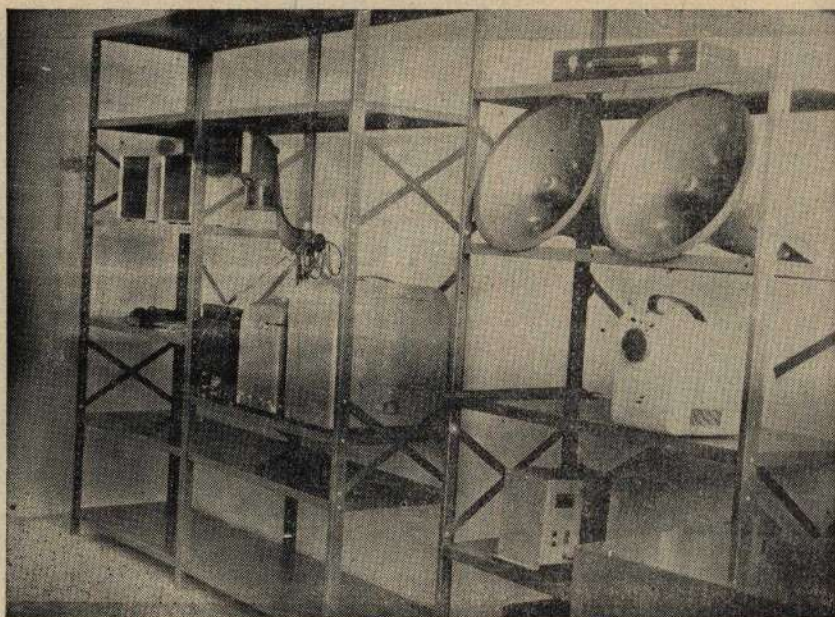
3. ANFITEATRO — Capacidade para 100 alunos



4. SALA DE REUNIÕES



5. SALA DE MEIOS AUXILIARES





REPÚBLICA DO SUDÃO

Superfície: 2.505.700 km².

População: 10.226.000 habitantes.

Forma de Governo: República.

Bandeira: Faixas horizontais, azul, amarela e verde.

Moeda: A libra sudanesa, equivalente a 2,80 dólares (cerca de Cr\$ 500,00).

Capital: Kartum, conhecida como a "Triplíce capital", porque se compõe de três cidades: Kartum, Omdurman e Kartum do Norte, ligadas por pontes que cruzam os rios Nilo Azul e Nilo Branco, 340.000 habitantes.

Cidades principais: Port Sudan, com 56.000 habitantes, centro comercial no Mar Vermelho; Wad Medani, com 57.000, capital administrativa da região de Gazira; El Obeid, com 70.000, cidade principal do Sudão Ocidental; Atbara, com 35.000, centro industrial.

Data Nacional: 1 de janeiro.

A história primitiva do Sudão confunde-se com a da Núbia, região que caiu sob o domínio dos faraós, da XVIII Dinastia (1580 A. C.), libertando-se por uma revolta dez séculos depois. No tempo dos romanos, foi fundado um poderoso reino local, com capital em Dongola. No Século VI, este reino abraçou o cristianismo. Nove séculos depois, foi conquistado pelo poderoso reino de Fungí, no Nilo Azul, que adotara o islamismo, sendo sua capital, Sanaar, um dos centros culturais do Islã.

Em 1820, o pachá turco do Egito, Mohamed Ali, enviou duas expedições, que conquistaram o país, criando o Sudão Egípcio e fundando sua capital, Kartum. Essa conquista foi dilatada mais tarde até as fronteiras meridionais do Sudão. Uma revolta nacional, encabeçada por um líder Hohamed Armed, chamada o "Mahdi", capturou Kartum em 1885, e manteve o Sudão independente até 1898.

Em 1898, de uma expedição anglo-egípcia resultou a criação do Sudão Anglo-Egípcio, condomínio com administração separada.

Desde os fins da I Guerra Mundial, começou a desenvolver-se um movimento nacionalista pela independência total do país e, em 1953, a Grã-Bretanha e o Egito concordaram em que o povo sudanês decidisse do seu destino mediante um plebiscito, após três anos de governo próprio, sob supervisão internacional. Foi então eleito um Parlamento inteiramente sudanês, que, em dezembro de 1955, sem esperar o plebiscito, declarou a independência e proclamou a República. Em novembro do mesmo ano, todas as tropas egípcias e britânicas retiraram-se do país.

Em 1 de janeiro de 56, a R. do Sudão foi reconhecida como um Estado inteiramente soberano; a 19 desse mês, entrou para a Liga dos Estados Árabes e, a 15 de novembro do mesmo ano, foi admitida na Organização das Nações Unidas.

CONDIÇÕES ECONÔMICAS

A região norte do país é uma continuação do Deserto da Líbia; seu aproveitamento depende essencialmente da irrigação. A região sul é fértil, com abundante água e em certos lugares, coberta de florestas.

A produção agrícola principal é o algodão de fibra longa, cultivado, mediante irrigação, nas áreas de Kassala e Tókar, ao norte, e em estreitas faixas, marginais do Nilo. Outros produtos compreendem o trigo, milho, cevada, feijão, sésamo, borracha, tâmaras etc.

A pecuária é desenvolvida, com a criação de ovelhas (6 milhões), bovinos (5.500.000), camelos (2.000.000), asininos (500.000), cavalos (20.000) e outros.

A indústria moderna, recentemente introduzida no país, é encorajada por medidas governamentais. Legislação especial favorece o nascimento de novas indústrias. Por enquanto, o esforço industrial sudanês inclui uma moderna fábrica de cimento, que atende a quase toda a necessidade do país; modernas fábricas de óleo de amendoim, de sésamo e de caroço de algodão; salinas em larga escala, em Port Sudan; preparo e enlatamento de carnes; manufatura têxtil, cortumes, etc. Organiza-se a fabricação de açúcar e o preparo do fumo.

Em recursos minerais, há depósitos de ferro, cobre, linhito e ouro, este último explorado em Gebeit, perto do Mar Vermelho.

Um gigantesco empreendimento de caráter econômico, na zona rural, é o que vem sendo feito com êxito, na fértil área de Gazira, chamado as vezes "a maior propriedade cooperativa do mundo livre", porque é operada por uma parceria do governo e de 23.000 fazendeiros individuais. Aí, se verifica o mais espetacular exemplo de irrigação bem sucedida, pois 1.000.000 de acres de terras artificialmente irrigadas produzem quase todo o volume da safra algodoeira do país. É nessa região que se encontra a gigantesca Reprêsa do Senaar, no Nilo Azul.

Com êsses processos, espera o governo no futuro, cultivar tôda a área potencialmente irrigável entre o Nilo Azul e o Nilo Branco — um total de uns 5.000.000 de acres.

FINANÇAS E COMÉRCIO

Em sua política de desenvolver o comércio exterior, o governo sudanês tem concluído acôrdos de pagamentos com vários países. O sucesso dêsse plano é mostrado pela sensível modificação na sua balança comercial. As importações, de 66.900.000 milhões de dólares em 1947, passaram em 1956, para 129.900.000. As exportações, no mesmo período, subiram de 63.600.000 para 192.200.000.

As exportações do país consistem principalmente em algodão, goma-arábica e sésamo. A maior parte da goma-arábica do mundo, provém da área semi-árida de Cordofan, no oeste do Sudão. As importações incluem artigos manufaturados, cigarros e tabacos, carvão, fertilizantes, produtos do petróleo, veículos a motor, metais e gêneros de consumo como café, açúcar e chá.

Os bancos e filiais que operam no Sudão são o Banco Nacional do Egito, o Barclay's Bank, o Banco Otomano, o Crédit Lyonnais, Misr Bank e o Banco Árabe.

EDUCAÇÃO E CULTURA

O governo do Sudão acha-se empenhado num plano quinquenal de expansão educacional que termina em 1960. No ano orçamentário de 1957-58, os gastos com a educação foram de 5.685.200 libras sudanesas equivalentes a 12,5% do orçamento total.

O governo declarou a instrução primária gratuita e obrigatória. O "currículum" escolar começa aos 7 anos de idade e se prolonga por 12 anos, através das escolas intermediárias e secundárias, mantidas pelo governo, além de numerosas escolas particulares. O ensino superior é ministrado na Universidade de Kartum, com faculdades de Medicina, Direito, Artes, Ciências, Economias, Veterinária e Agricultura; no Instituto Técnico de Kartum, de treinamento profissional; e no Instituto de Educação de Bakhter-Ruda, para formação de professôras.

Existem no Sudão cinco bibliotecas públicas. A de Omdurman, na capital, conta com 25.000 volumes e tem uma frequência mensal de 3.000 pessoas.

A imprensa é representada por 11 jornais diários em Kartum, sendo dois em inglês e o resto em árabe; mais 27 periódicos publicados em todo o país, um em grego e o resto em árabe.

A radiodifusão é feita, em árabe, inglês e dialetos sudaneses do sul, pelo Serviço de Radiodifusão, que tem seus estúdios em Omdurman e é administrado pelo Ministério dos Assuntos Sociais.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

Dada a extensão do país (mais de um quarto da superfície do Brasil), os transportes e comunicações constituem um problema importante. Há entretanto, uma rede ferroviária de cerca de 4.000 quilômetros, ligando a capital com o Egito e com Port Sudan, no Mar Vermelho e uma rede rodoviária de cerca de 22.000 quilômetros. Além disso, a navegação fluvial, pelo Nilo cobre aproximadamente 4.000 quilômetros.

O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais. Povo democrático e cristão, cuja cultura latina se enriqueceu com a presença de influências autóctones, africanas e asiáticas, somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas que neste século desabrocham para a vida internacional. Além disso, os processos de miscigenação com que a metrópole portuguesa nos plasmou facilitaram a nossa democracia racial que, se não perfeita como desejaríamos é, contudo, a mais avançada do mundo. Não temos preconceitos contra as raças coloridas, como ocorre em tantos povos brancos ou predominantemente brancos; nem preconceitos contra os brancos, como acontece com os povos predominantemente de cor;

"Afonso Arinos, Ministro das Relações Exteriores."

ERKOWIT, A PETRÓPOLIS DO SUDÃO

A República do Sudão possui uma costa de quilômetros sobre o Mar Vermelho. Nela fica Port-Sudan, seu principal porto e grande centro comercial. O clima, dada sua posição equatorial, é naturalmente quente. Entretanto, a 40 quilômetros ao sudoeste de Port-Sudan, há um paraíso de verdura, de temperatura amena, de repouso, de maravilhosas paisagens — que é Erkowit, centro privilegiado de turismo e veraneio.

Erkowit é um platô côncavo entrecortado por morros que se elevam até 1.000 metros acima do nível do mar, cobertos por árvores, bosques e grama. O verdejante do local é devido em parte à natureza do solo, mas principalmente à umidade do inverno (Shaboura) junto com os ventos marítimos que batem no penhasco oriental resfriando e regando a região. É um encantador lugar de atraentes panoramas. Os cumes dos morros oferecem uma magnífica cena do Mar Vermelho a 40 quilômetros de distância. As rampas dos morros são cobertas por vegetação sempre verde e atraentes trilhas em ziguezague, que levam ao alto e constituem o encanto dos apreciadores do montanhismo.

O nome de Erkowit deriva de uma planta semelhante ao alfaneiro, que lá cresce em abundância. Outra teoria diz que provém de um nome original "Arakit", derivado de uma planta sempre verde com florzinhas muito miúdas, de forte perfume, e seus pequenos galhos são usados como escovas de dentes.

O local começou a ser procurado em 1901, por turistas e outros visitantes. Tornou-se em seguida o quartel-general de verão do Estado-Maior do Governador do Sudão. Mais tarde, novos melhoramentos foram realizados ligando-o com tôdas as partes do Sudão e, com o resto do mundo. Um hotel moderno e bem equipado foi estabelecido pelo Serviço de Abastecimento do Sudão. Construíram-se modernos campos de esporte e desenvolveram-se todos os elementos de conforto e acomodação tornando o local perfeito para os que procuram repouso e tranqüilidade.

As vizinhanças apresentam grande número de belos passeios. Organizam-se excursões em automóveis ou a camelo, conduzidos pelos famosos "Hadendawa" (os "Fuzziwuzzy" de Kipling), divulgando-se, assim, a natureza do Sudão, seus animais silvestres e o primitivo modo de vida do interior. Nas cercanias, o visitante encontra também antigas inscrições rupestres e velhas minas de ouro que foram exploradas, séculos atrás, pelos egípcios, romanos e árabes e constam do mais velho mapa do mundo, o Papiro Turin. Erkowit tem também uma longa história, datando de cerca de 4.000 anos. Seus habitantes, no Século I, empenharam-se em guerras com os reis da Etiópia e foram os famosos Blemmies que combateram os exércitos romanos no Egito, pelos Séculos II e III, e excitaram a admiração do grande historiador Gibbon.

Erkowit é, assim, a Petrópolis do Sudão.

OS PRINCÍPIOS DA TÁTICA ANTI-REVOLUCIONÁRIA

J. HOGARD

1º — “Tratar de igual para igual com um movimento revolucionário totalitário não põe fim ao seu designio; facilita e ajuda seu sucesso”.

2º — “Todo território onde se realiza uma revolução armada deve ser isolado moral e materialmente do exterior, ao máximo possível”.

3º — “O processo da guerra revolucionária pode ser bloqueado tanto mais facilmente quanto mais cedo fôr combatido. Esta batalha de contenção se apóia na onipresença permanente das Forças da Ordem (no sentido amplo)”.

4º — “A conduta da luta contra a revolução totalitária só se pode conceber como a aplicação de uma estratégia e de uma tática da mesma espécie, verdadeiramente gerais (no sentido “civil-militar” e não mais “interar mas”), combinando em todos os escalões os meios de toda natureza, políticos, psicológicos, administrativos, econômicos, sociais, culturais, militares, tendo em vista conservar (ou reconquistar) o apoio popular ao governo legal e, simultaneamente, destruir a organização e as Forças Armadas revolucionárias.

A aplicação deste princípio essencial implica na realização da unidade de comando (no mínimo moral e intelectual), da unidade de informação, da ação psicológica, etc”.

5º — “A vitória contra a revolução totalitária, armada ou não, se apóia, antes de tudo, na destruição da “organização” político-administrativa-militar revolucionária. Esta “organização” deve ser considerada como o verdadeiro inimigo”.

6º — “A conquista (ou a conservação) de um amplo apoio popular é ao mesmo tempo o objetivo das autoridades legais e um meio essencial à vitória”.

7º — “A conquista (ou a conservação) do apoio popular, se baseia :

a) — Na conquista psicológica da população (ou na conservação da sua adesão moral). Esta se fundamenta de uma parte na exploração das contradições ideológicas da Revolução e de outra na Fé nos conceitos universais da civilização e na difusão desses conceitos”.

b) — No aperfeiçoamento contínuo da ordem antiga objetivando uma ordem nova capaz de consolidar as esperanças da população.

c) — Na organização do meio. Esta organização deve, em caso de necessidade e onde fôr preciso, tomar provisoriamente uma forma militar adaptada à organização civil (autodefesa). Sob sua forma de autodefesa em particular, esta organização será tanto mais sólida mais ela estiver de acordo com o desejo da população e quanto mais ela fôr encorajada por personalidades enérgicas e indubitáveis.

8º — “A destruição das Forças Armadas revolucionárias não é um fim, porém, antes de tudo, um meio para conquistar o apoio popular”.

9º — “Ad estruição das Forças revolucionárias pseudo-regulares não pode ser obtida apenas por meio do combate. Porém é possível “sufocá-las” e forçá-las a retornar à guerrilha, ocupando em força as zonas onde elas possuem seus recursos humanos e material e fisicamente as sediando-as permarias”.

10 — “O único método para reduzir as guerrilhas à impotência e, em seguida, fazê-las desaparecer consiste (antes retirando-lhes pouco a pouco o apoio da população) em esgotá-las monentemente com unidades adequadas em qualidade em quantidade, que atuam sempre na mesma zona e entre a mesma população que conhecem perfeitamente”.

11 — “A segurança dos eixos e pontos sensíveis em uma zona de guerrilha repousa, antes de tudo, não em uma proteção estática, sempre aleatória, porém, na criação de uma insegurança constante para as guerrilhas”.

HISTÓRIA

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA MILITAR

Major J. R. DE MIRANDA CARVALHO

"O valor prático da História é a projeção do "filme" do passado com auxílio do material de projeção do presente sôbre a tela do futuro" — **Liddell Hart.**

A Real Academia Militar, na época do Príncipe D. João e do Conde de Linhares na Pasta da Guerra, já incluía no seu currículo a História Militar. De lá para cá tivemos tempo bastante para adquirir muita experiência, pois século e meio se escoou desde aqueles dias; porém, em que pêsse o nosso considerável avanço em vários setores, lamentavelmente temos de reconhecer o quão pouco progredimos neste aspecto básico para as nossas Forças Armadas: a compreensão da importância da História Militar e a conseqüente utilização de seus valiosos ensinamentos.

É desalentadora a freqüência com que se encontra a ignorância total do valor da História Militar para a formulação da doutrina militar, a organização das Forças Armadas, o preparo para a guerra e a conduta das operações. Muitos ainda continuam a julgá-la um assunto para mera "erudição" — uma fonte de conhecimentos úteis apenas aos que se deleitam em acumular na memória um cabedal destinado a ilustrar sua palestra nas rodas sociais ou a dar um toque invejável a uma eventual entrevista jornalística.

Não são poucos os que continuam a pensar que o estudo da História consiste em decorar os nomes dos generais célebres, os complicados topônimos estrangeiros que quase sempre balizam os seus itinerários, o modo pelo qual se processou esta ou aquela batalha e... só!

Para outros, a utilidade da História Militar está na série de magníficas soluções que pode fornecer para intrincados problemas: um receituário de fórmulas mágicas capazes de tirar os chefes de apertos. Em caso de dificuldade, basta rebuscar na memória uma situação semelhante ocorrida no passado com um grande Capitão e aplicar a sua solução... Sucesso garantido!

Quem assim está escrevendo, poderia ser imaginado um pretensor conhecedor profundo dêste campo, por isso, antes de prosseguir, achamos de bom aviso dizer ao nosso caro leitor que bem longe estamos de nos julgarmos entre os que conhecem suficientemente a História Militar e entre os que estão capacitados para dela extrair as preciosas lições, susceptíveis de contribuir convenientemente para a urgente conceituação da nossa doutrina militar. Fique bem claro sermos apenas alguém que, havendo se interessado pelo assunto, mal conseguia vislumbrar uma pálida perspectiva da imensidade de sua ignorância neste particular.

Desde que nos falece credencial bastante na seara em causa, não nos pareceu lícito apresentar uma argumentação própria neste pequeno artigo, destinado a alertar os responsáveis pelo destino de nossas Forças Armadas para os males que nos poderão advir se voltarmos as costas à questão tão importante, qual seja a utilização dos ensinamentos da História na estruturação dessas Forças. Assim, fomos compelidos a buscar palavras de autoridade universalmente reconhecida sobre a Arte da Guerra. Julgamos serem essas palavras uma base sólida na qual podemos assentar este apêlo, cujo atendimento é altamente recomendável, se realmente desejarmos situar as nossas Forças Armadas no papel que realmente a elas está destinado no âmbito da Nação.

Faremos um pequeno "inquérito" a respeito do verdadeiro valor da História Militar, sobre a sua utilidade, procurando ouvir as mais credenciadas vozes.

Decidimos que Frederico, o Rei Soldado, poderia ser a nossa primeira testemunha inquerida. Eis o que dizia: "Não obstante ser o estudo da História própria para os príncipes, ele não é menos útil aos blebeus. O homem das leis, o político, o guerreiro, que têm recorrido a ela, aprenderam a conexão que o presente tem com o passado; eles adquiriram uma experiência prematura".

Pensamos, a seguir, na impossibilidade de deixar de consignar aqui uma opinião de Napoleão, e encontramos esta: "Os Comandantes em Chefe são guiados pela experiência e pelo gênio. As táticas, as manobras, a ciência do engenheiro e do artilheiro, podem ser aprendidas nos compêndios. O conhecimento da estratégia só é obtido através do estudo das campanhas dos grandes generais. Gustavo Adolfo, Turenne e Frederico, bem como Alexandre, Anibal e Júlio César seguiram estes passos".

Jomini, um dos maiores teóricos da Arte da Guerra, acrescentou a essa máxima do Grande Corso: "De tôdas as teorias da Arte da Guerra a única razoável é a que se fundamenta no estudo da História Militar".

A profundidade das concepções de Clausewitz sobre a filosofia da guerra, suas leis e seus princípios, impede deixarmos de considerar aqui o seu pensamento: "Os exemplos históricos esclarecem tudo e constituem prova convincente nas ciências experimentais. Isto é apli-

cável, melhor que em outro qualquer assunto, na Arte da Guerra", Mesmo depois de tão autorizada definição, seria imperdoável subtrair ao leitor êste saboroso conselho de Bismarck: "Os tolos dizem que aprendem com sua própria experiência. Prefiro aprender à custa da experiência dos outros..."

Estaria de acôrdo com isso Von Moltke? Parece que sim: "Os melhores ensinamentos para o futuro se encontram nas lições do passado".

O tempo dêesses homens já se distancia tanto de nós... não seria de admirar se êsses conceitos estivessem arcaicos, invalidados pela obsolescência.

Sondemos, pois, entre os chefes de época mais recente; vejamos o que opinaram os líderes da 1ª Guerra Mundial, a começar por Von Schlieffen, autor do famoso plano da ofensiva alemã de 1914: "Para quem aspira tornar-se um grande comandante, há um livro aberto, chamado História Militar, que se inicia com a luta entre Caim e Abel e que não termina com as campanhas napoleônicas".

As magníficas vitórias dos alemães sôbre os exércitos russos, consagradas pelos nomes de Tannenberg e dos lagos Masurianos fêz-nos procurar a palavra de Hindenburg: "Não há mestre melhor para a condução dos exércitos que a História das Guerras".

Diziam ser o grande Foch possuidor de uma "mente geométrica"; todos conhecem o quanto a França lhe deveu no Marne e, o valor incalculável dos seus estudos sôbre a guerra. É dêsse excepcional mestre esta orientação: "Estudemos os fatos que a História nos oferece, para compreendêmos os complexos fenômenos da guerra".

A lembrança de já haverem decorrido 42 anos desde o final das lutas em que Foch, Hindenburg e Von Schlieffen, tornaram-se célebres, faz pensar que também os argumentos que êstes grandes soldados nos emprestam poderiam ser julgados por demais antiquados, sem valor para os tempos em que vivemos, a era por excelência do progresso técnico-científico, a era dos foguetes e das armas nucleares. O caminho melhor seria invocar testemunhas de acontecimentos mais recentes, de generais e pensadores militares cuja autoridade sobressaiu na 2ª Guerra Mundial.

MacArthur, um dos artífices da vitoriosa campanha dos americanos no teatro de operações do Pacífico, forneceu-nos estas significativas idéias: "A profissão militar, mais do que qualquer outra, depende necessariamente da interpretação inteligente do passado, como preparação para o futuro. Impossibilitado, no tempo de paz, de exercer praticamente sua profissão, o soldado vê-se compelido a explorar ao máximo os ensinamentos da História, com o objetivo de manter-se preparado e em condições de, numa emergência, desobrigar-se com acôrto de seus deveres. Os ensinamentos colhidos mediante a análise dos fatos históricos são aplicados às condições do presente e do futuro próximo, visando a obter a síntese perfeita dos métodos, das organizações e da doutrina".

George S. Patton Jr. jamais será esquecido: tôdas as vêzes em que se cogitar dos mais audazes generais da História seu nome terá um destaque especial. Por isso, achamos interessante dizer aqui que Patton antes de partir para combater na Europa, expendeu considerável espaço de tempo, estudando no terreno da Geórgia e das Carolinas as operações de Sherman na Guerra de Secessão, particularmente as suas espetaculares incursões objetivando as retaguardas do adversário. Além disso, transcrevemos um pensamento do Comandante do magnífico III Exército dos Estados Unidos: "Para ter êxito, o militar deve conhecer a História, lendo-a objetivamente: as datas e as minúcias táticas são inúteis. Quem assim o fizer chegará à conclusão de que a guerra é simples".

Após êsse ligeiro relance na opinião de dois dos mais credenciados chefes norte-americanos na 2ª Guerra Mundial, considerando o acatamento que tradicionalmente tem envolvido as idéias dos líderes militares alemães, decidimos trazer aqui alguns pensamentos externados pelos chefes mais categorizados da Wehrmacht no último conflito e alguns episódios por êles narrados que traduzem bem como a História Militar era ou é vista entre êles.

Procurando entre os arquitetos da Blitzkrieg, ocorreu-nos inicialmente a pessoa de Heins Guderian, general considerado o "pai das panzers alemãs". Guderian, após a guerra, escreveu um livro, onde registrou suas experiências, que foi publicado em inglês sob o título de "Panzer Leader". É um trabalho muito difundido no mundo inteiro.

Eis alguns trechos selecionados entre suas páginas:

"... O quanto permitiu a História Militar, concentrei-me na Campanha de 1806 de Napoleão, uma campanha que na Alemanha até então não recebera a devida atenção, certamente por causa da derrota sofrida pelos alemães; no que concerne ao comando das tropas na guerra de movimento, ela é, no entanto, uma campanha muito instrutiva. Também lidei com a história das cavalaria alemã e francesa no outono de 1914. O estudo das táticas da cavalaria em 1914 provou ser muito útil para o desenvolvimento de minhas teorias que começavam a encarar a utilização tática e operacional do movimento."

Guderian assim fala, quando se reporta ao período de gestação da Blitzkrieg, após declarar textualmente pouco antes:

"Foram principalmente os livros e os artigos dos ingleses Fuller, Liddell Hart e Martel que excitaram meu interesse e deram alimento aos meus pensamentos. Êsses soldados de larga visão estavam então procurando fazer do carro de combate algo mais que uma arma de apoio à Infantaria. Compreenderam sua relação com a crescente motorização da nossa época e assim se tornaram os pioneiros de uma nova forma da guerra total.

Aprendi com êles a concentração dos blindados, tal como empregada na Batalha de Cambrai. Além disso, foi Liddell Hart quem deu ênfase ao emprêgo das forças blindadas em penetrações profundas,

operando contra as retaguardas do inimigo e que também propôs um tipo de Divisão Blindada combinando os elementos blindados com unidades de Infantaria Blindada. Profundamente impressionado por essas idéias, tratei de desenvolvê-las num sentido prático para o nosso exército. Assim, devo muitas sugestões de nossos futuros desenvolvimentos ao Capitão Liddell Hart."

Antes de prosseguir ouvindo alguns outros generais alemães, achamos que esta citação tão enfática que Guderian faz de Liddell Hart justifica uma curiosidade especial sobre o que este último pensa:

"Uma vez que Guderian se diz meu "discípulo" no campo dos blindados, pode ser de interesse histórico mencionar que o conceito das penetrações estratégicas profundas pelas forças blindadas se desenvolveu no meu espírito partindo dos estudos dos movimentos das colunas autônomas levados a cabo pelas forças inteiramente móveis de Gengis-Kan, nas Campanhas Mongóis do Século XIII, enquanto sua aplicação contra os exércitos modernos maciços, dependentes das ferrovias para seu suprimento, nasceu da análise das "marchas" de Sherman e dos raids de Forrest na Guerra de Secessão Americana..."

O depoimento de Liddell Hart mostra claramente a vastidão do campo de pesquisa oferecido pela História e o que nêle se pode extrair de útil para a criação de novas técnicas operacionais. Aos que ainda disso têm dúvida, lembramos que o emprêgo das teorias consubstanciadas na Blitzkrieg resultou na derrota da França — que possuía bem mais de 100 Divisões em arma e um número de carros de combate superior aos dos alemães — em pouco mais de 10 dias após o início da ofensiva.

Mas, continuemos a ouvir alguns outros depoimentos.

Günther Blumentritt durante a última guerra foi Chefe do Estado-Maior do IV Exército alemão, que foi lançado na direção de Moscou em janeiro de 1942. Deixou essa função para ser o Chefe da Seção de Operações do Estado-Maior do Exército alemão, e terminou a guerra como comandante do I Exército Pára-quedista. Nos seus escritos de pós-guerra, sentimos ser êle um dos mais esclarecidos generais alemães e colhemos um testemunho valioso para o nosso inquérito:

As vésperas da invasão da Rússia em 1941: "... A tarefa (planejamento da invasão) demandava trabalho preciso e detalhado. Todos os livros e cartas sobre a Rússia desapareceram das bibliotecas. Lembrou-me que a mesa de trabalho de Von Kluge, no seu Quartel-General em Varsóvia, estava sempre repleta de tais publicações. A Campanha de Napoleão em 1812, foi objeto de muito estudo. O Marechal Von Kluge leu os trabalhos do General Caulaincourt sobre essa campanha com a maior atenção: êles revelavam as dificuldades do combate e mesmo da vida na Rússia. Os locais onde o "Grande Armée" havia travado suas batalhas e escaramuças, foram assinalados nas nossas cartas..."

Mais tarde, quando narra o drama do fracasso alemão ante Moscou: "... E, então, os fantasmas do "Grande Armée" e a lembrança do desastre de Napoleão começaram a povoar insistentemente os nossos sonhos. As memórias do General Caulaincourt podiam sempre ser vistas sobre a mesa do Marechal Von Kluge: era sua Bíblia".

Não estranhamos, pois, quando encontramos a seguinte idéia de Blumentritt sobre a História Militar: "Para se compreender a evolução normal da Doutrina Militar e prever o seu desenvolvimento futuro, é essencial um conhecimento generalizado da História Militar".

Não haveria dificuldade em colher a opinião de vários outros chefes da Wehrmacht a respeito da História, mas se continuássemos ouvindo-os talvez nos alongássemos demais e não poderíamos expor aqui as idéias dos que hoje estão em campo oposto ao das democracias, dando assim maior universalidade ao nosso inquérito.

Raymond L. Garthoff escreveu um livro denominado "How Russia Makes War", de grande interesse para todos os militares e que foi traduzido pela Biblioteca do Exército sob o nome de "Doutrina Militar Soviética". Nessa obra se encontram vários trechos que serviriam ao nosso inquérito, mas a exigüidade de espaço e o precioso tempo que estamos tomando ao nosso leitor só nos permitiu transcrever estes:

Citando o "Pravda" (1937): "Jamais consideramos indigno aprender a arte militar com os nossos inimigos. Nas nossas escolas militares estudamos Clausewitz, Moltke, Schlieffen e Ludendorff. Temos trabalhado com obstinação e aplicação e em vários aspectos pensamos haver superado nossos mestres".

Reportando-se ao "Bolchevik", de março de 1944, que escrevia: "É necessário saber tirar as lições de cada batalha para chegar às conclusões práticas... A experiência das guerras passadas, quando fazemos sua completa análise, constitui o elemento mais importante para a formação de nossos generais, oficiais e soldados".

"Como no Ocidente, os periódicos militares contribuem para o progresso da doutrina. Na União Soviética tudo, naturalmente, é oficial, mas, no domínio da tática, encontramos por vezes idéias novas e divergentes. Em tais circunstâncias, os diretores das revistas advertem que o artigo é apresentado como "assunto a discutir". Entre essas revistas, a mais importante é a "Voïennaia Mysl", editada pela Seção de História do Estado-Maior Geral..."

"O Serviço Histórico do Estado-Maior Geral tem um papel muito importante, tanto quanto seu homólogo ocidental, na formação da doutrina. Sua influência, que se exerce por intermédio de pareceres oficiais, do periódico "Voïennaia Mysl" e de livros publicados, constitui possivelmente o fator que mais contribui para o desenvolvimento da doutrina operacional."

* * *

Em nosso rápido "inquérito" procuramos auscultar vozes autorizadas de todos os tempos e das mais variadas nacionalidades. O

desejo de não fatigar o nosso paciente leitor, faz-nos encerrar aqui as citações escolhidas entre as inúmeras encontradas. Mas, antes de encerrarmos este artigo, destinado à meditação dos responsáveis pelas nossas Forças Armadas, queremos ainda, mais uma vez, ouvir a palavra de Liddell Hart:

“Há uma tendência moderna e por demais comum de considerar a História como assunto especializado. Pelo contrário, ela é o corretivo para a especialização. Vista corretamente é o mais amplo dos estudos, abarcando todos os aspectos da vida. Fundamenta a educação mostrando como a humanidade repete os seus erros e que erros foram esses. É a experiência universal infinitamente maior, mais ampla e mais variada do que a experiência de qualquer indivíduo. Quantas vezes ouvimos pessoas alardearem o conhecimento do mundo e da vida porque têm 60 ou 70 anos de idade e a maior parte delas podem ser consideradas “jovens de 60 ou 70 anos”. Não tem valor bastante a pessoa letrada que possui uma mente com menos de 3.000 anos.”

“É freqüente a convicção do “soldado prático” de que o vulto da experiência no campo (de batalha) vale mais que o estudo aprofundado, como credencial para a chefia na guerra. O corolário lógico disso seria que o homem que participou de mais combates deveria ser a maior autoridade em tática.

Podemos, em conexão, lembrar a história do Marechal de Saxe e de um idoso general que urgia a adoção de sua opinião por haver ele presenciado mais operações na região que outro qualquer. Replicou-lhe o marechal que possuía uma mula que atravessara 20 campanhas e que continuava a ser uma mula.

A experiência de qualquer indivíduo, por mais vasta que seja, é restrita a certas fases e locais e pode, no máximo, compreender uma percentagem infinitesimal dos fatos e condições da guerra. Longe está de poder ser comparada com a experiência universal contida pela História Militar.”

* * *

Findamos aqui este apêlo lembrando que o fato de ignorarmos o valor prático da História Militar ou de desconhecermos como dela poderemos extrair os ensinamentos indispensáveis à justa formulação da nossa Doutrina Militar, à organização das nossas Forças Armadas e ao preparo dos possíveis condutores das operações dessas Forças, não nos exime, de modo algum, da responsabilidade das consequências graves que poderiam advir se abandonássemos elemento tão valioso à consecução desses trabalhos vitais para a Nação.

PERSISTÊNCIA DA ESTRATÉGIA POLÍTICA DA URSS

MICHEL GAELES

Com relação à zona capitalista, a URSS busca uma política de "coexistência pacífica". M. Khrouchtchev fez uma longa explanação, durante o XXI Congresso do P.C.U.S., em fevereiro de 1959, explicando que a União Soviética estava convencida de que a competição econômica pacífica viria a permitir aos povos do mundo ver qual o regime mais conveniente.

Essa política de "coexistência pacífica", não resta dúvida, é, atualmente, sincera, porém, como toda política soviética, nada tem de absoluto. Ela repousa na realidade do perigo que uma nova guerra traria para a humanidade. Se a URSS tivesse a certeza de ser militarmente capaz de suprimir a "ameaça capitalista", sem que isso lhe custasse muito, por que haveria de manter, por mais uma jornada, sua política de coexistência pacífica?

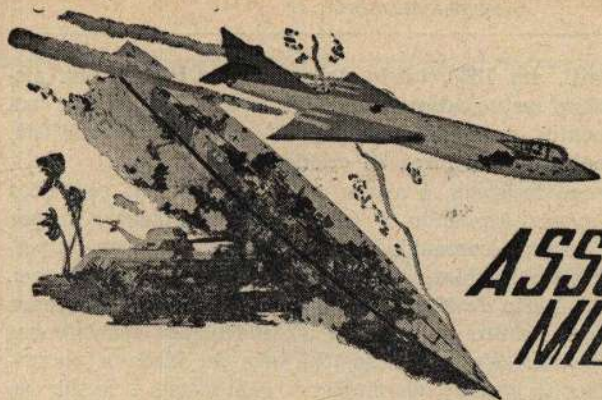
Aliás, a política de coexistência pacífica é uma política geral que não exclui o emprêgo e meios militares, em certos casos particulares. Se, em um dado momento, um partido comunista, na iminência de conquistar o poder, ou um movimento nacionalista, perto de obter a independência de seu país, solicitar o apoio soviético, por que recusá-lo? É suficiente agir com bastante discrição para não suscitar as reações que poriam em discussão os princípios fundamentais da coexistência pacífica.

A política de coexistência pacífica é, portanto, mais um aspecto entre muitos outros da política soviética, sempre ao serviço da instauração "revolucionária" do "socialismo" no mundo.

A passagem do capitalismo para o socialismo, portanto, só se pode fazer, segundo os soviéticos, pelo processo revolucionário. Desde que o XX Congresso do Partido Comunista soviético assim decidiu, em março de 1956, o processo revolucionário pôde então conhecer duas formas: a forma insurreccional tradicional (revolução na rua, deposição pela força das instituições estabelecidas) e a forma parlamentar, incorporada ao marxismo-leninismo por M. Khrouchtchev. Os soviéticos julgam possível que, em certos casos, os comunistas possam ter êxito em conquistar (se necessário com a ajuda de outros partidos) a maioria parlamentar e depois se apossar dos órgãos do Estado.

Entretanto, e eis a causa principal de suas divergências com os iugoslavos, os comunistas continuam sempre repelindo qualquer tese evolucionista do capitalismo. M. Khrouchtchev não se deixou, absolutamente, seduzir por sua viagem aos Estados Unidos e os discursos que tem pronunciado, na União Soviética, confirmam que suas concepções nesse domínio não foram modificadas.

A política adotada, em relação aos Estados capitalistas visa, portanto, ao desenvolvimento das relações econômicas, culturais e políticas. A União Soviética quer assim conseguir os produtos que lhe são úteis e criar o clima de paz e de colaboração favorável a seus desígnios. Ainda aqui a URSS não abandona, por completo, o seu desejo de ver o fim dos Estados capitalistas. Ela pensa, simplesmente, que a coexistência pacífica é o melhor meio de garantir esse fim. Primeiro, é preciso esperar pelo enfraquecimento dos Estados capitalistas por meio da ação dos movimentos nacionalistas dos países coloniais.



ASSUNTOS MILITARES

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

A RELIGIÃO DO POVO JAPONÊS

Prof. NOBUKIYO NOMURA

Em meados do século V o budismo e o confucionismo foram introduzidos no Japão. Antes disso havia no país a religião tradicional, o shintoísmo. Com o tempo, entretanto, as três religiões se mesclaram, desenvolvendo-se e chegando no estágio atual.

Nos primeiros tempos somente a aristocracia japonesa tinha o budismo como religião, pois só os mais eruditos podiam compreender os seus complicados problemas filosóficos.

Em princípios do século IX já havia seitas originadas do budismo primitivo. A seita Jodo, por exemplo, pregava que o Homem poderia, pela oração ao Amida Buda, conseguir sua reencarnação no Paraíso: a seita Jodo Shinshu pregava que os pecadores, pela fé no mesmo Amida Buda, atingiriam a Salvação. Não podemos deixar de citar aqui a mais importante delas todas, a que procurava a Salvação através da meditação — a famosa seita conhecida pelo nome de Zen.

A influência destas ramificações do budismo foi muito forte em todas as atividades do povo japonês, e ainda hoje pode ser muito facilmente notada. A cerimônia de chá, o arranjo de flôres, os jardins japoneses, estão todos fortemente permeados pelo espírito do Zen. O jardim de Ryoanji, em Kyoto, inteiramente coberto de areia branca, com algumas rochas dispostas aqui e acolá, é um exemplo típico. O credo confucionista, que considera todas as relações humanas como originadas da piedade filial, foi a coluna mestra na formação da moderna maneira de pensar do povo japonês.

O confucionismo, o budismo e o shintoísmo, através dos séculos, infiltraram-se na vida japonesa de tal modo que suas características particulares originais, hoje em dia, quase não podem ser notadas.

O cristianismo, comparado com as três primeiras religiões, é ainda, por assim dizer, considerado aborígene. Sua propagação teve início com

a Restauração de Meiji, em 1868, tendo deixado forte impacto na moderna cultura japonesa, principalmente na literatura, na música, em vários outros movimentos de natureza social. O movimento socialista, por exemplo, deve muito de sua força ao cristianismo.

O shintoísmo, sendo indígena, é o que mais se adapta às condições de vida do povo japonês, baseando-se em grupos sanguíneos, grupos pertencentes a uma mesma comunidade, etc. Conforme recentes pesquisas realizadas, o número de shintoístas principalmente nas zonas rurais, ainda é muito grande. Perto de 90 por cento deles tem mais de 50 anos de idade, ao passo que dentre os fiéis de 35 a 50 anos seu número diminui consideravelmente. No grupo dos 20 anos de idade a porcentagem cai ainda mais. O número de mulheres shintoístas é menor do que o de homens, não havendo, na pirâmide das idades correspondente ao sexo feminino, decréscimo tão acentuado como acontece no caso dos homens.

O cristianismo difere completamente do shintoísmo, principalmente no que se refere à sua distribuição pela população do país. Há muito poucos cristãos, comparado com os que acreditam nas outras religiões. Os cristãos concentram-se principalmente nas zonas urbanas, sendo seu número ínfimo nas zonas rurais. Há também relativamente mais cristãos nas camadas mais altas da sociedade, e jovens principalmente.

Nas eleições e outras manifestações políticas, os cristãos são geralmente socialistas, mais mesmo que conservadores. Ao que parece o espírito tradicionalista dos cristãos é favorável a reformas sociais.

A atitude do povo japonês para com a natureza é única no mundo. Tem como que uma verdadeira atração pela natureza, o que pode ser principalmente notado por um exame da religião nativa — o shintoísmo. O shintoísta considera a religião uma fonte de inspiração, de vitalidade. Sua atitude de "ajustamento mental" é muito comum, havendo uma tendência muito forte para o animismo, e isto não só entre shintoístas como também entre os cristãos. Pode ser explicado assim o amor do japonês por tudo que é natural.

O japonês é moderado ao externar suas emoções, que o pode ser notado entre budistas, shintoístas, ou confucionistas. O ideal budista, por exemplo, é o da paz de espírito, imperturbável por vicissitudes emocionais, enquanto que entre os povos europeus cristãos pode-se notar uma muito forte instabilidade emocional.

Se bem que os conceitos do amor budista e cristão sejam muito semelhantes, há grande diferença no que concerne à emocionabilidade dos seus seguidores, e esta diferença pode ser notada inclusive na arquitetura e na música religiosa.

Sob um ponto de vista psicológico, a religião japonesa não dá muito valor à consciência do pecado, sendo até mesmo muito otimista neste particular.

Em resumo, as religiões do Japão, se bem que se apresentem sob formas diferentes, trabalham juntas para a formação moral do povo nipônico, encorajando-o nas dificuldades da vida diária, formando, destarte, uma cultura única e sólida.

A DEFESA NACIONAL mantém intercâmbio com as seguintes revistas estrangeiras :

AMÉRICA DO SUL

Argentina :

- Revista Nacional de Aeronáutica — Combustíveis y Energia;
- Boletim del Centro Naval — Revista del Suboficial;
- Revista de los Servicios del Ejército — Revista del Tiro;
- Técnica e Indústria — Boletim de Combustibles;
- Boletim Mensual de Estadística — Boletim de Informaciones Petroleras — Revista Militar — Revista de la Escuela Superior de Guerra — Revista del Servicio de Informaciones del Ejército — Revista de Publicaciones Navales — Biblioteca Nacional de Aeronáutica.

Bolivia :

- Revista Militar.

Chile :

- Memorial del Ejército de Chile — Revista de Marina.

Colômbia :

- Revista de las Fuerzas Armadas — Armada.

Equador :

- Revista Militar — Revista Municipal.

Paraguai :

- Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación — Boletim Naval.

Peru :

- Revista de Chorrillos — Revista Policial del Peru — Revista Militar del Peru — Revista de Marina — Revista de CIMP.

Uruguai :

- Revista Militar y Naval.

Venezuela :

- Revista de las Fuerzas Armadas — Revista del Ejército, Marina y Aeronáutica.

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos :

- Armor-Army Information Digest-Army.

México :

- El Legionário.

AMÉRICA CENTRAL

Cuba :

- Boletim del Ejército.

EUROPA

Alemanha Ocidental :

- Ibero Amerikanische Bibliothek.

Bélgica :

- La Revue Maritime Belge

Espanha :

- Guion — Ejército.

França

- Revue des Forces Terrestres — Revue Militaire Générale — Revue Militaire D'Information — Defense Nationale — Revue des Forces Aeriennes Françaises.

Itália :

- Revista Militaire — Notizzario di Aviazione — Rivista Marittima — Rivista Aeronautica.

Portugal :

- A Defesa Nacional — Revista Militar — Revista de Cavalaria — Revista de Marinha.



Preço do Exemplar

Cr\$ 30,00

SMG

IMPrensa DO EXÉRCITO

RIO DE JANEIRO — 1961